

Cultura Viva

avaliação do programa
arte educação e cidadania



Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Organizadores

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Cultura Viva

avaliação do programa
arte educação e cidadania

Brasília, 2010



Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Organizadores

Participação na Pesquisa

Coordenação Ipea

Frederico A. Barbosa da Silva
Herton Ellery Araújo
Erica Erthal Risi

Coordenação SPPC/MINC

Antônia Rangel
Frederico Brito

SPPC/MINC

Célio Turino
Antônia Rangel
Frederico Brito
Patrícia Franco
Ana Paula Gumy
Elisiório Palermo
Luana Nunes
Eliete Braga

Ipea

Aladya Porto
Alessandra Santos Bezerra
André Luiz Souza
Augusto de Araújo Maia
Bruna Ribeiro Sampaio
Erica Erthal Risi
Fátima Madeira
Frederico A. Barbosa da Silva
Grasiela Licório
Herton Araújo
Isabella Trevisol
Jhonatan Ferreira
José Valente Chaves
Maira Bonna Lenzi
Marcos Valentini
Nara Núbia Vieira
Suylan de A. Midej
Raul Simões
Paula Ziviani

FUNDAJ

Ana Eliza M. V. Lima
Amina Couto
Anita Dubeux
Aramis Macêdo Leite Júnior
César Pereira
Helyon Fonseca Rego
Isabel Raposo
Magda de Caldas Neto
Tabira de Souza Andrade
Valtemira Mendes Vasconcelos

Professores universitários, gestores de políticas municipais e de pontos de cultura

Albino Rubim
Claudia Sousa Leitão
Giancarlo Stefanuto
José Márcio Barros
Lia Calabre
Mário Brasil
Marta Colabone

Cultura viva : avaliação do programa arte educação e
cidadania / Frederico A. Barbosa da Silva, Herton
Ellery Araújo: organizadores.- Brasília : Ipea, 2010.
148 p. : gráfs., tabs.

1. Cultura. 2. Política Cultural. 3. Acesso à Cultura.
4. Brasil. I. Silva, Frederico Augusto Barbosa da. II.
Araújo, Herton Ellery. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 306.0981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretária de Assuntos Estratégicos.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

PARTE I: A PESQUISA	11
1 Políticas públicas culturais e os objetivos da avaliação	
2 O programa arte, cultura e cidadania – cultura viva	
PARTE II: DESENHO CONCEITUAL – POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE	49
3 Apresentação	
PARTE III: RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS – A INSTÂNCIA ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL	63
4 Apresentação dos pontos	
5 Gestão dos pontos	
PARTE IV: SÍNTESE FINAL	103
6 Considerações metodológicas finais sobre a avaliação	
7 Como tipificar os pontos de cultura	
8 Como sintetizar os resultados	
ANEXO	111
REFERÊNCIAS	141

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, as políticas culturais brasileiras ganharam desenhos com contornos desafiadores. As mudanças processadas na economia nas últimas décadas foram seguidas por profundas transformações nas relações entre Estado e sociedade, o que criou o caldo próprio para o desenvolvimento de experiências e políticas culturais baseadas na autonomia e no protagonismo social. Atualmente, é inegável que a cidadania cultural – baseada na democracia cultural e nos direitos culturais – representa um dos pilares do Estado democrático, e que este se apoia nos fortes dinamismos da sociedade.

Neste livro o leitor é remetido a um exame atento do “Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva”, conduzido pela Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC), que tem como princípio norteador a cidadania cultural. O roteiro da obra é expressão do acúmulo de conhecimentos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas, o que resulta em um olhar simultaneamente compreensivo e crítico do programa.

A análise mostra o papel do programa no sentido de potencializar os dinamismos culturais locais, ao promover a integração de jovens na mecânica e no aprendizado da autonomia, da ação cultural e da solidariedade. Destaca-se, ainda, a capacidade do programa em articular agentes culturais entre si e em diferentes escalas territoriais. Os resultados também não deixam de surpreender: em média, são onze pessoas trabalhando em cada ponto de cultura, sendo sete delas com remuneração, o que corresponde a quatro mil pessoas. Entre os frequentadores habituais dos pontos encontram-se os jovens, que perfazem aproximadamente 125 mil pessoas. Quanto à sua sustentabilidade, os pontos de cultura vêm demonstrando habilidade para manter relações estáveis com outras instituições, além do próprio MinC: 83% têm outros parceiros financeiros, e 97% se relacionam estavelmente com escolas, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e secretarias, entre outras.

Entremeados a esses aspectos positivos o leitor encontrará também uma cesta de desafios que pode muito bem ser estendida a outras áreas possuidoras de políticas similares. Na verdade, constatou-se que o Estado brasileiro ainda não dispõe de instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e a forma de execução do “Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva”, e que, portanto, faz-se necessário capacitá-lo, dotando-o de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para que possa continuar a perseguir, de modo sempre mais eficaz, os objetivos da cidadania cultural.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

Juca Ferreira
Ministro da Cultura

INTRODUÇÃO

Este livro tem por objetivo apresentar os resultados do processo de avaliação, coordenado pelo Ipea no decorrer dos anos 2007 e 2008, do programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva (anteriormente denominado Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva).

O trabalho consolida informações provenientes de um conjunto de instrumentos da pesquisa avaliativa, quais sejam, o *modelo lógico* (ML), o *grupo focal*, a *aplicação de questionário* e a *observação de campo*.

Os dados, indicadores e interpretações apresentados abrem espaço para apreciar parte da realidade complexa que constitui e envolve os pontos de cultura, permitindo consolidar hipóteses para a reflexão sobre o desenho e a implementação de políticas públicas e alimentando o debate a respeito dos significados das políticas culturais no Brasil, seus desafios e limites. Isto em um quadro no qual a cultura estabelece profundas e inextrincáveis relações com o desenvolvimento social, a democracia e a proteção e promoção da diversidade cultural.

Para tanto, a obra conta com quatro partes. A parte 1 apresenta a pesquisa, seu desenho teórico, objetivos, instrumentos e resultados sintéticos. Ali são apontados os marcos teóricos e metodológicos referenciais para a interpretação do programa enquanto política pública e objeto de pesquisa avaliativa. A parte 2 explora referências analíticas para a análise do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva enquanto política voltada para a *juventude*, de base *comunitarista* e estimuladora do *protagonismo* e da *participação social*. A parte que segue relata os resultados dos questionários aplicados diretamente aos pontos de cultura, caracterizando-os como instância organizacional comunitária. Por fim, a parte 4 expõe uma síntese a partir de considerações empíricas a respeito das relações entre o Ministério da Cultura (MinC) e os pontos de cultura.

A PESQUISA

1 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E OS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

As políticas culturais federais são organizadas em programas referentes a problemas. Para eles são elaborados enunciados que delimitam um campo de questões, estratégias e ações suficientes para enfrentá-los, resolvê-los ou minimizá-los. A este conjunto de proposições denomina-se *teoria do programa*, que orienta as ações, dando coerência conceitual ao conjunto de operações e resultados do programa.

Os programas da área cultural federal têm denominadores comuns relacionados com a garantia de direitos culturais e com a construção da democracia cultural. Em última análise, os direitos culturais têm como objeto o processo de formação dos indivíduos, o reconhecimento de suas formas de vida em suas dimensões simbólicas e materiais, o enriquecimento de seu repertório e a ampliação de sua capacidade de ação cultural sobre a realidade.

Os direitos culturais devem garantir aos indivíduos e às coletividades o direito à criação, à fruição, à difusão de bens culturais, além do direito à memória e à participação nas decisões das políticas culturais. Dizem respeito também à internalização, pelos indivíduos e grupos sociais, dos recursos sociais gerados no processo de desenvolvimento. Envolvem enriquecimento material e simbólico e devem ser garantidos pelo Estado, conforme preceitua a Constituição Federal (CF) de 1988, de forma democrática e por meio de políticas de desenvolvimento econômico e social.

O desenvolvimento, por sua vez, significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria da qualidade de vida. Assim, deve ser medido pela distribuição dos recursos gerados que permitem a apropriação e transformação do mundo, e por critérios como liberdade e equidade, os quais são determinados pela capacidade de uso, criação e recepção de recursos culturais objetivos. No campo cultural, o desenvolvimento supõe ampliação e consolidação de circuitos culturais, conceito que será apresentado mais adiante.

De sua parte, o Ministério da Cultura (MinC) incentiva a produção artística e desenvolve programas de proteção ao patrimônio cultural, conforme o comando constitucional, por intermédio dos seguintes programas: Engenho das Artes; Monumenta; Brasil – Patrimônio Cultural; Museu, Memória e Cidadania; Livro Aberto; Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural; e Desenvolvimento

da Economia da Cultura (PRODEC). Finalmente, desenvolve o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, que apoia, valoriza e dinamiza as culturas tradicionais e comunitárias, promovendo também a sua articulação com meios modernos e tecnológicos de produção e difusão cultural.

Os programas governamentais têm a avaliação como componente destacado, pois permite o aprendizado institucional, com a correção de erros e a manutenção de acertos, assim como faculta a percepção da efetividade das ações.

No entanto, a avaliação de programas culturais impõe dificuldades de diversos tipos, entre eles a delimitação do objeto daquelas políticas e da natureza dos processos e objetivos a serem avaliados. Em primeiro lugar, deve-se responder a uma questão básica: o que é fazer política cultural? Não se trata de uma pergunta retórica, e respondê-la, pelo menos em parte, permite delimitar especificidades do desenho e dos dinamismos singulares deste tipo de política comparativamente a outras, cujos objetos e objetivos são mais padronizados, homogêneos e claramente definidos. Para o caso da análise do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, é necessário estabelecer relações com as especificidades das ações públicas na área e com os seus objetivos.

Em geral, verificam-se confusões a respeito da cultura como objeto de política. Ainda é comum se dizer ou ouvir que a cultura não deve e não pode ser administrada, que a intervenção ou planejamento são impossíveis; como se as artes, peças de teatro, apresentações musicais, exposições de artes plásticas e fotografias, dança, para dar alguns exemplos, não fossem elas mesmas objeto de cuidadoso planejamento.

De fato, a confusão tem uma razão, que decorre da fluidez dos processos culturais e da ideia de que a cultura deve ter autonomia em relação ao campo administrativo, aos mercados e ao cotidiano das comunidades, em geral tradicionais e pouco permeáveis à criatividade.

Obviamente, o planejamento político e a atuação do Estado na forma de política pública têm lógica diferente daquela que orienta os agentes culturais. Não é o caso de se discutir tal assertiva; trata-se simplesmente de contextualizar a questão que ora interessa apresentar, isto é, a necessidade de definir o fazer-se política no espaço da cultura e precisar o objetivo deste trabalho, que é avaliar uma determinada ação pública relacionada à cultura, não à arte, ao fazer estético ou às experiências singulares ou individualizadas do fazer cultural.

Propõe-se neste livro que *as unidades de análise das políticas culturais devem se relacionar à capacidade de incentivar, multiplicar, consolidar e reconhecer circuitos culturais, articulando-os e coordenando-os em diferentes escalas*. Os sujeitos destes verbos são as instâncias organizacionais.

O foco será dado às *instâncias organizacionais* (Estado, mercados e comunidades) e às suas capacidades de coordenar e proporcionar articulações políticas entre os agentes culturais de forma a atingir os fins almejados. A ênfase recairá, no entanto, sobre o *poder público federal*, em particular o MinC, que exerce certa governabilidade sobre recursos estratégicos e sobre os pontos de cultura, constituídos na forma da instância organizacional comunitária (ou da sociedade civil), realizadora de ações e dinamizadora dos circuitos culturais.

A referência analítica das contribuições apresentadas é o pensamento de J.J. Brunner (1985a), reinterpretadas para os fins desta análise. Brunner defendia o conceito de que as políticas culturais têm como objeto os *circuitos culturais*. Estes envolveriam um fluxo de eventos articulados, incluindo produção, transmissão e recepção (consumo ou reconhecimento), realizadas por agentes culturais (do teatro, dança, audiovisual, artes plásticas, literatura, cultura popular etc.) e articuladas por formas de organização social (administração pública, mercado e comunidade).

Os circuitos associam sistematicamente agentes culturais e instituições que regulam a comunicação entre eles, seja na forma de trocas monetárias ou simbólicas, seja na produção de regras.

O importante é que a comunicação deve ser vista como um processo de ordenação do fluxo das ações e informações. A diversidade dos circuitos culturais indica a necessidade de uma multiplicidade de ações de políticas culturais, cada uma delas com desenhos e formas de ação específicas, a par de arranjos institucionais variados.

Os incentivos à consolidação dos circuitos implicam, adicionalmente:

- a. valorizar a diversidade e reconhecer atores no jogo político e cultural;
- b. incentivar a comunicação dos agentes culturais entre si; e
- c. estimular a comunicação com as instituições reguladoras.

A questão central da avaliação de políticas públicas, que envolve padrões de ação, coordenação e comunicação entre os agentes, é saber da qualidade dos padrões de comunicação.

Como se verá, a questão *a* é contemplada pelo programa Arte, Cultura e Cidadania e tem um sentido de processo e de princípio. No entanto, depende de *b* e *c*. Estes, por sua vez, ainda sofrem de muitas deficiências e problemas em razão de sua característica mais operacional e imediata.

Há que se afirmar que a resposta a essas questões deve ser dada em dois níveis. Primeiramente, responde-se no âmbito dos valores políticos mais amplos,

o que requer relacionar a política cultural ao campo dos valores democráticos. O segundo nível relaciona-se a um espaço de questões específicas, referentes à realização das políticas e ações propriamente ditas.

O programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva visa garantir os direitos culturais e construir a democracia cultural. Atua no estímulo a circuitos cujos agentes culturais principais são associações periféricas e comunitárias que, sem políticas deste tipo, não ganhariam visibilidade nem receberiam apoio público.

Os principais elementos que caracterizam e justificam o programa são expostos a seguir. Antes, contudo, cabe contextualizar os sentidos que, em termos típicos, qualificam as políticas culturais, os seus objetivos ou significados mais gerais.

A cultura tem se constituído em preocupação da agenda política e em objeto de ação pública sistemática desde a década de 1930. A partir de então, tem provocado esforços variados para delimitá-la, com diferentes profundidades e graus de êxito. Por vezes, a cultura é associada a processos de transmissão de saberes de formação individual, quando se confunde com a educação. Outras vezes, se refere à produção artística, ao patrimônio material edificado ou ainda ao seu sentido antropológico, incorporada à seara dos costumes, crenças coletivas, rituais, saberes tradicionais ou coletivos, modos de viver.

Em muitas situações relacionadas à ação pública, essas referências são usadas de forma a misturar as diferentes extensões do conceito ou da demarcação do objeto. Para delimitar o objeto de ação, não é necessário estabelecer um conceito específico de cultura. Tal definição seria uma mera formalidade, diante das dificuldades e dos usos conferidos a ele na aplicação e delimitação das ações e programas públicos na área. Some-se a isto a polissemia e multiplicidade de formas nas quais se apresenta. De qualquer maneira, é necessária uma delimitação do objeto de ação das políticas culturais e das intenções das políticas culturais.

1.1 Circuitos culturais: direitos, democracia e diversidade cultural

Nesta avaliação, o objeto de ação das políticas culturais é constituído pelos circuitos culturais. A intenção ou objetivo das políticas culturais relaciona-se com a democracia política e social. As políticas culturais não têm uma finalidade em si, mas visam a processos mais amplos relacionados aos valores políticos e à igual dignidade conferida à vida de cada um. Portanto, ligam-se a processos e valores mais gerais de desenvolvimento social. Enfim, as políticas culturais relacionam-se com a cultura política.

É possível definir as políticas culturais por sua conformação em processos de democratização de acesso a bens tradicionais ou legítimos, a exemplo da disseminação da música ou balé clássico, do teatro e das belas letras. Entretanto, aqui se

diz que estes são um subconjunto do objetivo da política cultural, porquanto esta intenção é apenas uma possibilidade entre outras.

Da mesma forma, é possível valorizar certas práticas populares como contra-hegemônicas, ou mesmo como alternativas a uma suposta atitude aristocratizante. Há múltiplas possibilidades de definir os objetivos de políticas culturais, tais como integração nacional, desenvolvimento da indústria cultural nacional, fomento ao turismo cultural. Contudo, ressalte-se, estas intenções são subconjuntos do objetivo da política cultural.

Como valor orientador desta avaliação, tem-se que o principal objetivo das políticas culturais seria a democracia cultural. Ela não se constitui apenas em direito a acesso ou recepção de obras de arte, nem em direito à informação e formação, ou sequer unicamente em direito à produção ou aos recursos que a propiciem, ou ainda direito a ter sua forma de expressão e de vida reconhecida enquanto detentora de igual dignidade e legitimidade. A *democracia cultural* deve ser vista como o conjunto destes elementos. Está também associada à democracia social e política, ou seja, a democracia cultural é instrumento de objetivos sociais e políticos e finalidade em si. Associa direitos culturais com democracia e com a ampliação dos canais de participação e exercício da política.

Mais uma consideração se faz ainda necessária aqui. O *direito cultural*, a partir da leitura do texto da CF de 1988, liga-se ao direito de produzir, fruir, transmitir bens e produções culturais, bem como reconhecer formas de vida. Em resumo, conecta-se à democracia cultural. É dever do Estado a tutela do direito cultural, garantindo sua realização por meio de ações e políticas.

A democracia cultural, como conjunto de eventos que envolve distribuições de bens, oportunidades, participação na criação e em fluxos de decisão, se irradia para os processos contínuos de desenvolvimento. *Ela significa crescente melhoria das condições de vida e reconhecimento de que formas alternativas de vida e cultura devem ser consideradas em sua dignidade, inclusive por contribuírem para o desenvolvimento e para o convívio e interação dos diferentes, ou para a interculturalidade.*

Em relação às políticas, deve-se dizer que, especialmente no âmbito cultural, não devem ser reduzidas a mecanismos instrumentais e burocráticos com o escopo de “integrar a nação”, como ocorreu nos períodos autoritários, ou de “criar hegemonias ou contra-hegemonias”, “desenvolver ou levar consciência ao povo”, como pretenderam diversos atores políticos e grupos culturais no Brasil.

Longe de se limitarem aos seus objetivos gerais, como democracia cultural e promoção da diversidade, as políticas culturais devem traduzir seus objetivos em ações e processos específicos, os quais são chamados de *circuitos culturais*.

O uso do conceito de *circuitos culturais*, mais operacional que o de *cultura*, tem um desdobramento. Leva à necessidade de considerar que, em vez de “cultura”, enquanto objeto físico ou conjunto de crenças capturável, existem circuitos culturais, caracterizados pela capilaridade, mobilidade, descentralização e multiplicidade em suas articulações e interdependências.

Destarte, as políticas culturais não devem ser vistas do ângulo meramente instrumental, diante das complexidades do seu objeto e do seu tratamento. Os circuitos culturais referem-se a processos de diferentes naturezas (política, social, econômica) e à coordenação de ações, quando objeto de política.

Por fim, é necessário acrescentar que aqui está presente a ideia de valorização da diversidade cultural e da pluralidade de formas de vida. O conceito de direito cultural, ligado à democracia cultural, oferece-se não apenas como uma definição geral, mas como uma possibilidade de interpretação da CF, sobretudo da leitura dos artigos 215 e 216, embora o termo não esteja objetivado e formalizado no texto constitucional.

Portanto, não é necessário um conceito específico de cultura. O problema levantado pela antropologia, sobre o reconhecimento de que as culturas são diversas e plurais, é suficiente e está contemplado pela Constituição.

O direito cultural relaciona-se não com o predomínio de culturas ou formas particulares, mas com o processo de enriquecimento e reconhecimento das diferenças e da diversidade.

Nesse sentido, a descrição de democracia feita pelo filósofo norte-americano John Rawls (2002) é razoável para as finalidades deste trabalho: a democracia não se refere a definições morais particulares e a concepções amplas específicas, mas a certa ordenação básica (delimitada, inclusive, nas constituições) que permite a convivência entre concepções particulares. Introduce-se assim a ideia de respeito à igual dignidade das culturas e à equidade no tratamento que lhes deve ser garantida.

Um conceito operativo de cultura, ou mais especificamente de política cultural, tem que levar em consideração essas ideias de direito cultural, suas relações com o pluralismo e com a diversidade cultural.

Nesse quadro amplo, as tensões entre controles formais – vistos como simples controle da legalidade – decorrentes da inserção da cultura no quadro de políticas públicas, assim como a realidade dos processos sociais e culturais complexos, serão evidentes, constituindo-se até mesmo em um dos obstáculos à realização de princípios constitucionais no âmbito cultural.

Embora a segurança jurídica seja indispensável como valor e meta, ela deve também se ajustar às heterogêneas capacidades e necessidades dos grupos, sob pena de ter como consequência resultados contrários aos desejados. Além disso,

devem ser consideradas as formas de Estado que se constroem no Brasil, pautadas pela participação e controle democráticos. Ao mesmo tempo, devem-se observar ainda a natureza e as características dos circuitos culturais.

Se a CF de 1988 define que as políticas culturais constituem-se em dever do Estado, elas devem ter coerência com a leitura dos objetivos da própria Constituição. Portanto, há que se dizer que a resposta deve ser dada no âmbito dos valores políticos mais amplos, impondo a vinculação da política cultural ao campo dos valores democráticos, à ideia de desenvolvimento, participação, respeito e promoção da diversidade, também expressos como fundamentais na Carta Magna de 1988.

Assim, o conjunto dos arranjos institucionais, inclusive jurídicos, com seus inúmeros controles de legalidade das políticas, deve considerar a realização de direitos e de políticas em toda a extensão de sua complexidade. Pode-se então definir os dois conjuntos de referências para a avaliação e a democracia social e política com desenvolvimento e cultura da seguinte forma:

- *desenvolvimento* é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política; e
- *desenvolvimento cultural* é o conjunto de transformações que permitem a ampliação das atividades culturais, da interculturalidade e do reconhecimento da diversidade.

A avaliação é exatamente o ajuizamento a respeito dos processos integrados de decisão, formulação, implementação e execução de um programa de ações para chegar àqueles objetivos ou a partes destes processos.

1.2 Instâncias organizativas: Estado, mercado e sociedade civil (comunidades)

As políticas culturais devem ganhar ênfase substantiva na direção dos princípios e objetivos aqui mencionados. A partir das formulações de Brunner, redefiniram-se estas para os propósitos de harmonização do conceito de políticas culturais com o objeto de intervenção na área cultural.

As políticas culturais têm como objeto os circuitos culturais, formas de organização social que associam sistematicamente agentes culturais e instituições que regulam sua comunicação, ou seja, produção, transmissão e recepção (consumo ou reconhecimento).

Com efeito, os macrocircuitos culturais estão expressos no texto da CF de 1988, que indica a necessidade de implementar políticas culturais na educação, nas comunicações de massa, na indústria e nos mercados culturais (livros, imprensa, indústria fonográfica, televisão, cinema, serviços audiovisuais, fotografia, publicidade), e também, obviamente, nas artes, assim como políticas que

promovam as ações de proteção das condições de desenvolvimento de sociedades indígenas e comunidades tradicionais. Estas atividades acionam circuitos diversos, que se inter-relacionam, se articulam, se movem e se cruzam em vários pontos.

O objetivo de dinamização dos circuitos culturais responde claramente à ideia de democracia cultural, pois envolve respeito pelo diverso em toda a sua extensão (produção, recepção, transmissão e reconhecimento) e admite a existência de uma multiplicidade de agentes culturais que efetivamente produzem e usam instrumentos e bens culturais no dia a dia.

As políticas públicas culturais envolvem programas públicos que coordenam as ações de agentes culturais, e estes podem ter como instâncias organizativas os mercados, a própria administração pública ou as comunidades (sociedade civil).

Assim, é dever do Estado garantir e proteger os direitos culturais. Deve-se reconhecer que o Estado pode tanto executar quanto incentivar e reconhecer formas culturais relacionadas a dinamismos de mercado ou comunitários.

Além disso, pode-se dizer que os mercados e comunidades, enquanto instâncias reguladoras, planejam ações e realizam suas políticas culturais, pois associam agentes culturais a circuitos. Não interessa aqui esta acepção ampliada de política cultural; apenas se afirma que o conceito de circuito cultural é compatível com a leitura do que está exposto na CF de 1988, nos artigos culturais e no conjunto do texto. Dessa maneira, a CF é referência para o conceito aqui disposto.

Consoante esse entendimento, o conceito de circuitos culturais não se confunde com o de cultura, isto é, a cultura é a constelação ou configuração de múltiplos circuitos, móveis, fluidos, que se encadeiam e se relacionam de forma complexa entre si e com instâncias organizativas. Estes circuitos podem ser tomados em diferentes escalas: local, regional, nacional ou transnacional. Sua interpenetração nas diferentes escalas, inclusive na escala transnacional, pode ser observada tanto na influência da recepção de conteúdos audiovisuais no comportamento de produção da cultural local, como nos reflexos do uso de técnicas de produção cultural regionais em circuitos de transmissão e consumo nacionais, e assim por diante. Claro está, portanto, que o objeto das políticas culturais são os circuitos culturais, e que estes envolvem agentes culturais em processos de produção, recepção, transmissão e reconhecimento.

Para um eficiente entendimento por parte do leitor a respeito do que são essas políticas, é necessário partir-se de uma definição geral até se chegar à de política cultural.

As políticas podem ser definidas como instrumentos de realização de direitos. Pode-se recorrer, entretanto, a outras maneiras para concebê-las. Faz-se aqui apropriada uma ligeira pausa para que se discutam algumas destas concepções.

Há uma articulação entre direito e políticas públicas pela vinculação destas ao texto constitucional. O campo do direito constrói uma interessante narrativa a respeito destas relações. Em primeiro lugar, o Estado liberal seria neutro em relação às possibilidades de intervenção e de respostas aos problemas sociais. Seria também pautado pela ideia de legalidade formal, intrinsecamente concernente à segurança jurídica.

Enquanto isso, o Estado social seria uma organização institucional complexa, apta a criar condições materiais para o exercício das liberdades. Portanto, este tipo de Estado não seria neutro no que tange à realização da igualdade que cria condições e oportunidade para a realização das liberdades. Não descarta os objetivos de segurança jurídica e controles da legalidade, mas adiciona a realização de objetivos substantivos como forma de atuação do poder público.

A fim de explicitar as concepções de políticas públicas e de avaliação, vale a pena depender algum tempo na discussão do conceito e sua evolução. Para economia de exposição, a apresentação parte da comparação da reflexão de Bucci (2002; 2006) em dois de seus textos e depois amplia a descrição. A delimitação proposta visa qualificar as relações entre direito e políticas públicas e, claro, repercute nas formas de avaliação, nos objetivos de controle político e monitoramento de ações, bem como nas metodologias de análise e avaliação de políticas.

Em primeiro lugar, a autora define:

Políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002).

A preocupação é localizar as políticas públicas em um dos ramos do direito, em particular no sentido de relacioná-las ao direito constitucional e administrativo, justificando-as com base na tradição de intervenção do Estado social. O texto constitucional oferecerá normas gerais e o direito administrativo as realizaria. Enquanto o direito administrativo se ocuparia da instituição estatal em sua vertente executiva, o constitucional trataria da organização do poder e dos direitos dos cidadãos. A autora constata que a situação topológica coloca falsos problemas, e propõe uma rearticulação do direito público e não mais do direito administrativo isoladamente (BUCCI, 2002, p. 250). Também pondera que as políticas públicas são atividades e ações que fogem do padrão de raciocínio estritamente jurídico de aplicação de normas gerais em situações nas quais a validade jurídica (normas e atos que compõem o direito) deixa de se confundir com a validade política. Outro ponto relevante ainda levantado pela autora é que a objetivação da política não é feita em padrão jurídico uniforme. De qualquer maneira, ela associa as políticas públicas não ao tradicional esquema *se-então*, referente à aplicação da norma, mas ao esquema *fim-meio*, vinculado ao trabalho de adequação

da ação à norma e da norma à ação, visando garantir segurança jurídica e um quadro estável e racional de ação direcionada a fins.

Posteriormente, afirma:

Política pública é programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial –, visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política deve visar a realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à consecução e o intervalo de tempo em que se separa o atingimento dos resultados (BUCCI, 2006, p. 39).

A incorporação das expressões *processo* e *conjunto de processos juridicamente regulados* (BUCCI, 2006,) ao conceito e não à visão geral das políticas públicas, em que este elemento já estava presente, é um aprimoramento da visão instrumental e formal em comparação ao primeiro texto. Ela decorre da percepção da importância do aspecto processual da política pública, mesmo que em registro jurídico, pois a mesma deve ser percebida como um conjunto juridicamente ordenado de atos, mas também de ações (“atividades” que não coincidem com atos juridicamente delimitados) e arranjos institucionais complexos.

A primeira concepção, na verdade, limita a percepção da política pública à sua organização e programação formal – embora, repita-se, a percepção da complexidade da política já estivesse presente desde o primeiro momento. Decorre do conceito que o Estado dá unidade às forças reais e heterogêneas presentes no processo político e, também, que o programa de ação corresponderia a uma programação orçamentária com objetivos e metas formais, bem a exemplo da tradição do direito administrativo e do planejamento circunscrito à orçamentação, quando muito associado a metas financeiras e físicas.

Assim, o programa oferece o delineamento geral e os conteúdos das políticas, definindo quais serão os objetivos a serem alcançados com a implementação da política, e quais serão os instrumentos-meio para sua realização.

Em realidade, embora a linguagem e o instrumento de formalização seja o direito administrativo e a concepção de política esteja próxima da ideia de programação formal, a autora situa as políticas públicas nos quadros e na dimensão da eficácia social ou efetividade, relacionando-as, portanto, com causas, efeitos e consequências extrajurídicas ou substantivas. Ainda aqui é preciso lembrar que grande parte da tradição faz do direito um sistema de veto à atividade do Estado e de proteção dos cidadãos contra atos do Estado, o que, em grande medida, resulta em importantes controles formais das atividades políticas.

A política pública é então composta por objetivos, elementos operacionais, avaliação, arranjos político-administrativos, meios financeiros e outros recursos. Além disso, apresenta indicativos de intervalo de tempo para materialização de resultados. Estes parâmetros permitem avaliar a política, ou seja, permitem responder à questão sobre a realização de objetivos no prazo determinado.

O quadro 1 sintetiza alguns dos elementos que permitem uma comparação entre os dois momentos de elaboração conceitual. Na verdade, a concepção da autora é muito próxima nos dois momentos, embora a formalização conceitual vá agregando elementos e enriquecendo os pressupostos.

QUADRO 1
Políticas públicas: uma definição a partir do raciocínio formal

Definição de política pública	Conceito	Elementos	Pressupostos da análise
Coordenação de meios para atingir fins socialmente relevantes e politicamente determinados.	Conjunto de processos que envolvem a escolha racional de prioridades e definição de interesses públicos nos quadros de vários interesses concorrentes. Resultados qualificados em instrumentos legais e de direito. Quadro de ações formalizadas em programação formal e no contexto de ajuste de meios aos objetivos.	A administração materializa comandos constitucionais gerais. Postura substantiva na efetivação de direito e na efetividade social. Reconhecimento da centralidade do Estado e aceitação de que este coordena a ação de inúmeros agentes. Os processos administrativos são também políticos.	As políticas públicas contêm elementos extrajurídicos: atividade, ação e efetividade. Espaço institucional para explicitação de fatores reais de poder e resolução de conflitos. As metas e objetivos são intencionais e conscientes. Unidade dada pelo poder público (Teoria Geral do Estado). Importância da análise do desenho institucional, conhecimentos, legislação, quadro de pessoal, disponibilidade financeira etc.
Coordenação de meios e processos para atingir fins socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, realiza objetivos, seleciona prioridades, reserva meios etc.	Idem. Políticas, planos, programas – que mantêm relações complexas entre políticas e com o contexto jurídico.	Idem. Reconhecimento de que a política envolve princípios, valores, moralidade, não redutíveis ao direito positivado e formal etc.	Idem. Incorpora a dimensão histórica à análise.

Elaboração dos autores.

No segundo conceito, a descrição das políticas públicas inclui outros processos institucionais e jurídicos, não podendo estas serem compreendidas apenas do ponto de vista da programação orçamentária, da sua processualística e da delimitação de escolhas e objetivos.

A formação da política tem inúmeros condicionantes legais. Do conceito extrai-se a ideia de programa de ação, ação de coordenação e processo. No entanto, embora o programa contenha modelagem jurídica, inclui igualmente inúmeros aspectos extrajurídicos, pelo menos à luz de uma teoria pura do direito, a exemplo de princípios como *democracia*, *diversidade cultural* e *participação*.

Tal como no primeiro conceito, também aqui se visa à efetividade por meio da coordenação de agentes diversos:

Pensar em política pública é buscar a coordenação, seja na atuação dos poderes públicos, Executivo, Legislativo e Judiciário, seja entre os níveis federativos, seja no interior do governo, entre as várias pastas, e seja, ainda, considerando a interação dos organismos da sociedade civil e o Estado (BUCCI, 2006, p. 44).

De maneira diversa do conceito inicial emana o termo *processo*, como sequência de atos tendentes a um fim em que se agregam elementos contraditórios.

Interessante notar que a primeira tentativa de definição de políticas públicas afirmava que:

(...) políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são “metas coletivas conscientes” e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato (BUCCI, 2002, p. 204).

Como se vê, naquele momento não se incorporava a ideia de que a realização das políticas seria processual, e situava-se sua metodologia a certa distância das ciências sociais empiricamente orientadas. Enfatizava-se a ação pública, a coordenação e os fins politicamente determinados, numa clara proximidade a uma visão instrumental.

Essa mudança é relevante para a delimitação das formas de análise, e também para o reconhecimento de sua complexidade. A política pública não é um dispositivo institucional simples, passível de ser analisado unicamente por intermédio da comparação de finalidades com meios suficientes para realizá-los, mas refere-se a múltiplos processos interdependentes.

Três aspectos devem ser destacados. O primeiro é que, embora o mandamento constitucional tenha eficácia, o modo como as políticas efetivamente são e quais objetivos são delineados apenas pode ser interpretado no processo de

implementação e execução, pois esta dimensão das políticas não está predeterminada normativamente. A relação entre Constituição e políticas é objeto de múltiplas formulações, significando que analiticamente deve-se procurar pelas relações complexas entre princípios, normas, regras, valores políticos e morais, e processos políticos.

O segundo ponto é que a expressão jurídica das políticas públicas pode se apresentar de diferentes formas, relacionadas com disposições constitucionais, leis, normas infralegais, decretos, portarias e até mesmo instrumentos jurídicos de outra natureza, contratos de concessão, convênios etc. (BUCCI, 2006, p. 11).

O último aspecto é que a análise da estruturação das políticas se dá caso a caso, não havendo padrões *a priori* ou formais, sendo a definição apenas típico-ideal, ou seja, deve ser acrescida de descrições empíricas e históricas.

Essa é uma das funções da avaliação: articular uma visão de conjunto e ao mesmo tempo oferecer elementos para compreender a maturação da política ou programa, mesmo que metas e objetivos não tenham sido plenamente atingidos e problemas ainda tenham que ser sanados.

Para o caso das políticas culturais, há vários conceitos, em geral semelhantes e com elementos análogos aos apontados por Bucci na sua primeira formulação. Por exemplo, o conceito utilizado por Canclini é bastante geral e aproxima-se de uma visão instrumental:

A política cultural é um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2005).

Independentemente de algumas indefinições inevitáveis, os autores convergem em aspectos centrais: as políticas públicas são programas de ação (conjuntos) que coordenam meios à disposição do Estado e atividades privadas, ou seja, há a participação do poder público, mas com cooperação privada (empresas, instituições da sociedade civil, comunidades etc.) para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados.

Canclini define os objetivos das políticas culturais como desenvolvimento simbólico, satisfação de necessidades culturais e situação-objetivo desejada. Ora, estes objetivos foram definidos e sintetizados na seção anterior como relacionados à democracia cultural, aos direitos culturais e ao desenvolvimento cultural. Afirmou-se ainda que estes desígnios podem ser definidos e interpretados a partir da CF de 1988.

Os conceitos de Bucci e Canclini são perfeitamente adaptáveis aos fins de definição de políticas culturais, tendo como objeto as constelações móveis e fluidas que constituem a cultura e os circuitos culturais, à diferença de outras políticas que envolvem simples transferências ou políticas públicas prestacionais.

Agrega-se aqui que, além de o objeto das políticas culturais ter características diferenciais, dadas as suas imprecisões, ele também envolve ações de coordenação na dimensão dos seus múltiplos processos, momentos em que as instâncias organizativas devem ser localizadas, e sua atuação, qualificada.

Essa consideração é importante por uma razão simples: a presença de múltiplas escalas é sensível nas políticas culturais, o que torna complexa a coordenação das ações e a delimitação dos circuitos culturais.

A mera coordenação de ações das instâncias administrativas (União, estados e municípios) já é em si complexa, pois envolve uma grande heterogeneidade de recursos, além de direções ou objetivos múltiplos, circuitos culturais com diferentes densidades organizacionais e naturezas distintas.

Deve-se lembrar que as instâncias organizacionais se referem à administração pública, aos mercados e às comunidades. Portanto, a modificação destas instâncias implica e provoca mudanças nos circuitos culturais (BRUNNER, 1985b, p. 11), pois reconfigura as relações, processos de articulação e interdependências entre formas organizativas e circuitos culturais.

Para os propósitos desta avaliação, basta dizer que as necessidades culturais referem-se à garantia de direitos, ou seja, direito de produzir, difundir (transmitir), receptor (fruir) e ter a própria cultura tratada com igual respeito e dignidade (reconhecimento). Deve-se avançar para explicitar outros mecanismos de coordenação da ação dos atores e maneiras de conceber não apenas os desenvolvimentos, mas a análise das políticas e os mecanismos internos de funcionamento. Os mecanismos de coordenação envolvem:

- a. a explicação conceitual e argumentativa do programa;
- b. o desenho de ações, que delimita os problemas a serem enfrentados e oferece elementos de convergência das ações;
- c. a formação de pactos de comportamentos e de ações a serem empreendidas, que, por sua vez, devem ser objeto de ações comunicativas, ou seja, devem ser objeto de ações de entendimento e construção de consensos;
- d. os mecanismos e processos de comunicação, que vão desde trocas em redes digitais até encontros locais, regionais e nacionais;

- e. o alinhamento de objetivos, elaborado a partir de complexos mecanismos de trocas (cursos de capacitação, oficinas coletivas, encontros para troca de experiência, planejamentos estratégicos etc.);
- f. os processos de comunicação informal, merecedores de reconhecimento; e
- g. os dispositivos de formatação jurídico-legais.

Em face da centralidade do agente público, deve-se reconhecer que a implementação de políticas públicas culturais implica construção de instrumentos e qualificação das instâncias administrativas estatais, assim como de suas capacidades, para coordenar e obter a cooperação das instâncias de mercado ou comunitárias para o desenvolvimento de circuitos culturais.

No entanto, cada circuito tem uma lógica e mecânica de funcionamento singular. A busca de padrões de ação do Estado ou dos agentes provoca uma perda importante da percepção do real funcionamento das políticas. O esforço de disciplinamento destes dinamismos, embora em parte inevitáveis, pode acarretar resultados não previsíveis, adversos aos objetivos de dinamização dos circuitos culturais ou da realização dos objetivos do programa.

Dessa forma, pode-se afirmar que a predominância inicial do enfoque jurídico ou legalista, e depois a do enfoque formalista da administração, preponderantes do final do século XIX até meados do século XX, e ainda presentes nas análises e na atuação das instituições, não oferece os elementos analíticos suficientes para o entendimento de grande parte das políticas públicas.

Essas perspectivas tampouco oferecem instrumentos conceituais para que os agentes envolvidos na execução de políticas adaptem suas atividades aos processos políticos e aos contextos de atuação cambiantes e não padronizados.

Embora as normas jurídicas abstratas e impessoais digam respeito a valores como segurança jurídica e ofereçam padrões para controles das ações públicas, sua observância é insuficiente para dotar os agentes de instrumentos adequados para a realização de objetivos e resolução de problemas.

Para sintetizar essas ideias, segue uma breve citação:

(...) a administração pública ficou presa entre considerações jurídico-institucionais (repertórios de leis e regulamentos, âmbitos de competência e jurisdição, instâncias e procedimentos formais) e as considerações administrativas menores sobre cumprimento de ordens e execução de decisões prévias. Ao aproximar a administração pública do processo decisório das políticas e da sua complexa colocação em prática, seria possível resgatar seu esquecido sentido clássico de governo, de bom governo, e poder-se-ia reconstruir a visão integral de seu objeto de estudo (VILLANUEVA, *apud* SARAVIA, 2006, p. 27).

O quadro 2 sintetiza os elementos da análise e da definição mais ampliada de políticas públicas em registro situacional, a partir de um raciocínio histórico, que envolve os processos sociais de maturação das políticas, e não apenas formal.

QUADRO 2

Políticas públicas: uma definição a partir do raciocínio das ciências históricas

Definição de política pública	Conceito	Elementos	Pressupostos da análise
Sistema de decisões públicas que objetiva, por ações ou omissões, preventivas ou corretivas, manter ou modificar a realidade social, por meio de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos necessários para atingir os objetivos.	Conjunto de decisões situacionais e estratégicas que objetivam manter ou modificar o contexto de forma a favorecer o cumprimento de objetivos.	Ações estratégicas; ações contextuais; ações relacionais; racionalidade situacional.	A análise é histórica e contextual; a avaliação é abrangente; os processos não se resumem às construções jurídico-formais.

Elaboração dos autores.

Nessa derradeira concepção de políticas públicas, seus respectivos processos enfrentam o desafio de lidar com situações singulares e com incertezas decorrentes da presença de muitos agentes com objetivos contraditórios, conflitantes, e mesmo antagônicos.

Nos processos das políticas, os agentes encontram-se diante do desafio de criar consensos em quadros de conflitos cognitivos intensos (ou, para simplificar, com entendimentos e explicações variadas a respeito do que seria relevante nas políticas), de indefinições sobre os sentidos exatos dos objetivos a serem atingidos, assim como dos meios a serem utilizados.

Dessa forma, faz-se necessário outro conceito de políticas públicas:

(...) trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

Essa maneira de conceber as políticas parte de uma premissa e leva a uma constatação empírica: as políticas públicas são de extrema complexidade, e os atores administrativos encontram-se diante de profundas debilidades não apenas para implementá-las, mas também para avaliá-las, dada a ausência de padrões e uniformidades e a presença de contradições.

Por fim, cumpre colocar aqui ainda que os modelos de controles e de análises formais não oferecem elementos para avaliar os processos fluidos e empíricos das políticas públicas. Ademais, a consolidação de políticas envolve uma lógica política e contextual, como é o caso das políticas em foco, que consideram princípios como base e mudanças situacionais como parte da realização da democracia cultural e social.

1.3 Avaliação

A avaliação foi elaborada por um conjunto de instrumentos que permitiram direcionar a ênfase da análise para certos aspectos do desenvolvimento do programa, e depois relacioná-los em uma visão integrada. Foi composta pelo modelo lógico (ML), por um questionário aplicado *in loco* aos coordenadores dos pontos de cultura – momento o qual se aproveitou para a realização de observações e aprofundamento de questões com os próprios coordenadores – e por um grupo focal, conforme será aqui descrito. O ML propiciou reconstruir a lógica do programa e as expectativas que o acompanham. O questionário permitiu caracterizar os pontos de cultura, e o grupo focal ajudou na reconstituição das visitas de campo e das percepções que estas deixaram nos entrevistadores.

As formas de avaliação são muito diversificadas. Há inúmeras modalidades e tipos. As modalidades podem ser reduzidas em duas:

- a. *instrumental*, na qual se busca avaliar de forma quantitativa ou qualitativa se as ações atingiram os fins almejados, propondo-se razões para o sucesso ou o fracasso; e
- b. *compreensiva*, na qual a coerência entre meios e fins é contextualizada na moldura de valores e princípios políticos amplos, conflitivos e até contraditórios, e no quadro de processos que demandam longa maturação institucional; as ações públicas neste contexto são estratégicas e propõem-se, além de alcançar objetivos determinados e mais ou menos quantificáveis, à transformação de situações políticas, sociais, culturais etc.

A outra forma de indicar diferenças entre as duas modalidades é aproximar avaliação da modalidade instrumental e pesquisa avaliativa da avaliação compreensiva. Não é necessário que se postule uma ruptura absoluta de preocupações entre elas. De qualquer maneira, pode-se afirmar que há uma maior preocupação com as relações lineares entre *meios-fins* na primeira, e relações não lineares

entre *situação-finalidade* na segunda. Figueiredo e Figueiredo (1986), por exemplo, afirmam que a avaliação de políticas objetiva emitir um juízo de valor acerca da medida em que aquilo que foi programado anteriormente foi alcançado, e que a análise de políticas lida com a avaliação do processo de decisões e dos inúmeros fatores que influenciam e condicionam o processo decisório.

No entanto, as formas de conceber as avaliações contêm muitos pontos em comum. Em geral, elas se voltam para o processo decisório, pressupõem racionalidade, e sua referência é o conjunto integrado do ciclo de amadurecimento das políticas ou programas. Mesmo quando a análise é parcial e se direciona a partes específicas dos programas de ação, há um momento metodológico de construção do modelo de relações e explicações propostas pelos enunciados de base da ação/programa.

O quadro 3 sintetiza alguns dos elementos conceituais que interessam a esta avaliação.

QUADRO 3

Classificação, tipos e modelos de avaliação de políticas públicas

Critério de classificação	Tipo ou modelo	Posição da avaliação do programa Cultura Viva
Função ou finalidade	Formativa Somativa	A avaliação é formativa.
Momento em que se realiza	Ex-ante Durante Ex-post	O momento da avaliação ocorre durante o processo de maturação.
Aspectos a serem avaliados	Necessidades Planejamento Gestão Empenho Opinião Objetivos e metas Resultados Impactos	Capacidades de coordenação e realização da instância organizativa estatal e empenho (cobertura); características da instância organizativa da comunidade, suas necessidades, existência de planejamento, características da gestão e opinião sobre o programa; reflexão sobre a realização de objetivos, metas, resultados, impacto.
A posição do ator que realiza a avaliação	Interna Externa Autoavaliação Mista	A posição é mista, com a presença da voz de diferentes atores no processo de avaliação.

Elaboração dos autores.

A função da avaliação determina as razões para se avaliar. A função formativa tem como objetivo aprimorar o conjunto de ações, gerando, portanto, um processo de aperfeiçoamento contínuo do programa. A função somativa relaciona os objetivos pretendidos e os alcançados, avaliando se o programa, em razão daquela relação, é adequado ou não. Esta pesquisa está no campo da primeira, isto é, da *avaliação formativa*.

O momento indica se a avaliação é feita antes da implementação e execução, projetando resultados desejados, suas consequências e dificuldades, durante o processo de execução, ou ao término do programa. Esta avaliação se situa no segundo tipo, isto é, foi realizada durante a implementação. Neste caso, uma série de ações ainda se encontrava em processo de desenho, redesenho e amadurecimento. Outras, como a ação Agente Cultura Viva, já estavam, no ano de 2007, em processo de finalização por questões operacionais. Optou-se por realizar uma avaliação de conjunto do programa, tendo como centro a ação Pontos de Cultura, sem se enfatizar demasiadamente uma ou outra das ações componentes.¹ A única ação sobre a qual a avaliação se deteve com maior atenção foi a Cultura Digital.

A posição do avaliador nesta avaliação é *mista*, levando em consideração o diálogo constante entre coordenadores do programa, a equipe de avaliação, e também a metodologia que procurou estabelecer o foco de interesse tanto dos gestores do programa em nível ministerial quanto da sociedade civil/comunidade. Portanto, a metodologia estimulou a avaliação e a relação dialógica das equipes envolvidas com a instância organizacional estatal e comunitária. Outras possibilidades são a avaliação interna, externa, e a autoavaliação.

O principal objetivo da pesquisa avaliativa é fornecer uma base de informações relevantes que permita perceber e compreender o funcionamento dos pontos de cultura (instância organizativa comunitária) e suas relações com o Estado, em especial com o Ministério da Cultura (instância organizativa estatal) e com outros agentes culturais e sociais.

Em paralelo, outra meta é o entendimento claro do conjunto de ações e seus objetivos. Associado a este, a avaliação permite corrigir o curso de ações com base no estabelecimento de uma visão relativamente precisa de problemas processuais e de desempenho. E viabiliza ainda o aprofundamento, expansão, ou incremento das ações.

A partir desse alicerce conceitual, foram desenvolvidos indicadores para o acompanhamento da consolidação e do desempenho das ações do programa, ao menos em alguns dos seus elementos constitutivos.

1. Ver descrição do programa e dos resultados do modelo lógico.

Nesse último sentido, a avaliação oferece elementos para o fortalecimento do programa e de sua gestão, ao elaborar uma visão mais abrangente e gerar subsídios para a ação estratégica e para o pensamento crítico a respeito das ações do Cultura Viva.

Esse método – que permite estabelecer indicadores, explorar a realidade da implementação, estabelecer as condições de avaliação do programa e indicar elementos para seu aperfeiçoamento – possibilitou traçar um plano de avaliação intensiva do programa Cultura Viva, envolvendo a triangulação de métodos qualitativos e quantitativos.

A pesquisa se desenvolveu a partir de um *plano de avaliação*, sintetizado a seguir em seus principais resultados:

- a. elaboração do modelo lógico;
- b. elaboração e desenho de questionário com pesquisadores de diferentes instituições;
- c. aplicação dos questionários e realização de entrevistas com gestores dos pontos de cultura;
- d. realização de grupo focal com os pesquisadores que participaram da aplicação dos questionários e com a equipe da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do MinC ; e
- e. análise dos resultados consolidados dos momentos anteriores.

1.3.1 Modelo lógico (ML)

O primeiro passo da avaliação do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva foi a elaboração do modelo lógico do programa. Este surgiu no governo federal a partir da constatação de alguns dos problemas e deficiências na concepção e no gerenciamento de parte dos programas governamentais, e das fragilidades que impactavam os resultados e os processos internos das secretarias ou outras estruturas de implementação das ações públicas. Neste contexto, o método forneceu instrumentos que permitiram a construção de referências conceituais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e para a sua avaliação.

A metodologia foi desenvolvida no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), composta pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria de Orçamento Federal (SOF), e Ipea. Ela tem como meta a melhoria no processo de formulação de programas do Plano Plurianual (PPA). Além da qualificação do planejamento, o ML propicia a discussão coordenada dos princípios de organização dos programas e, ao mesmo tempo, o compartilhamento das apostas conceituais, das explicações e

das razões de certas práticas que servem de fundamento ao programa. Estes procedimentos permitem expor o que se denominou de *teoria do programa*.

A aplicação do ML foi demandada ao Ipea pela SPPC/MinC com o fito específico de formular indicadores próprios para a avaliação e verificar se o programa estaria pronto para ser avaliado, isto é, se continha os componentes clara e suficientemente elaborados para sua avaliação. Em caso negativo, seriam necessárias reformulações de desenho e de implementação.

Gradualmente, os objetivos foram ampliados para além da construção da teoria do programa, isto é, das explicações que o fundamentam e da sua possibilidade de avaliação. Após várias reuniões entre Ipea e SPPC, definiu-se o caminho que levou à pesquisa de avaliação de campo, justificada pela heterogeneidade das ações, do perfil de agentes e das atividades culturais envolvidas, e ainda pela ausência de informações para construção de indicadores de desempenho.

A aplicação do modelo lógico foi realizada com presença da totalidade da equipe do programa e revelou algumas preocupações comuns. Destacaram-se como *elementos desfavoráveis* do contexto em que se dá a implementação do programa:

- a. insuficiências do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do programa, composto por um número baixo de servidores estáveis, o que gera dificuldades no processo de gestão, tendo em vista que esta característica reforça tendências de alta rotatividade, dada a presença de terceirizados, e dificulta tornar rotineiro o domínio de procedimentos e do processo de qualificação;
- b. dificuldades na celebração de convênios, devidas em especial a interpretações divergentes de normas, situação de inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória;
- c. inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou institucionalização; e
- d. insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública.

Em relação aos *elementos favoráveis*, foram indicados:

- a. a legitimidade da qual o programa passou a gozar entre os agentes culturais;
- b. o surgimento de oportunidades conferidas pelo aparecimento de novas tecnologias, mormente aquelas que favorecem a comunicação e o estabelecimento de redes (educação a distância, troca de experiências e soluções etc.);

- c. a priorização por parte do governo; e
- d. a emergência de novos atores no campo cultural que apoiam as ações do programa.

Uma vez que o modelo lógico gera uma representação visual com as apostas explicativas (causas e consequências) e a avaliação de vulnerabilidade das ações propostas, voltar-se-á a ele adiante, quando da apresentação do programa na seção 2. A seguir, apresentam-se resultados do *grupo focal*.

1.3.2 Grupo focal

A técnica de grupo focal foi adotada com o objetivo de que os pesquisadores e a equipe de gestores federais pudessem formalizar e enunciar claramente o que foi observado durante a pesquisa de campo e que não estava bem representado nos questionários.

Essa técnica é constituída basicamente de um tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos. Planeja-se o encontro, que é organizado a partir de um guia de perguntas que visam obter informações relativas a um tema específico. O ambiente é não diretivo e em geral tem a coordenação de um moderador capaz de obter a participação e a formação de opiniões sobre o tema objeto.

Um dos argumentos recorrentemente destacados foi que o programa é diferenciado por enfocar as comunidades, valorizando sua cultura, diversidade e autonomia mais que a dependência, uma vez que os pontos de cultura levam à construção de cidadania e ao resgate da autoestima e da cultura popular. Assinalou-se com certa veemência que é preciso tempo para que o programa se consolide, inclusive com a necessidade de mais clareza na definição de suas estratégias.

Quanto à gestão, o grupo focalizou o problema da falta de capacitação para gestão por parte dos coordenadores dos pontos de cultura, as dificuldades na prestação de contas e para planejar as atividades a serem desenvolvidas (apesar da grande quantidade de reuniões e de discussões em grupo), e a falta de pessoal para desenvolver as ações. Também chamou atenção o grande número de organizações não governamentais (ONGs) como proponentes e, em muitos casos, a dificuldade de separarem-se os efeitos de adesão ao programa de outros, relativos às dinâmicas das associações.

Outra questão de destaque foi a possibilidade de o Ministério da Cultura se converter apenas em um repassador de recursos, já que as funções de coordenação, qualificação e acompanhamento de ações são frágeis. Dessa forma, surgiram críticas quanto à falta de estrutura do MinC, fenômeno admitido pela própria SPPC, e foram apontados problemas e dificuldades de articulação de MinC com os pontos.

Ainda foram ressaltados os riscos da descentralização (convênios da SPPC/MinC com estados e municípios), que mantém os problemas e adiciona um

mediador no processo de transferência de recursos. A imagem do arquipélago foi utilizada para situar e sintetizar o programa: faltam pontes entre as ilhas, que são os próprios pontos; por isso o impacto é local, localizado. Sintetizam-se a seguir alguns dos resultados do grupo focal.

1. A descontinuidade dos repasses de verbas por parte do MinC é, inegavelmente, o que mais prejudica a atuação dos pontos de cultura. Muitos deles inclusive vivem de forma sazonal em função desta realidade, o que interfere na ação e realização de seu trabalho.
2. Foram recorrentes também a presença da desatualização de dados cadastrais e a reclamação quanto à dificuldade de orientação, por parte do MinC, quanto a questões gerenciais dos pontos.
3. Dada a heterogeneidade de configurações dos pontos de cultura e a diversidade sociocultural das comunidades com as quais interagem, seu formato interno deveria ser mais flexível.
4. A despeito do reconhecimento da necessidade de articulação com as secretarias estaduais e municipais, há um grande temor no que se refere às ingerências político-partidárias, o que denota ceticismo quanto ao processo de descentralização dos editais para estados ou municipalidades. Além disso, a atual capacidade do MinC de acompanhamento, avaliação e descentralização é vista como insuficiente para garantir autonomia, transparência e participação. Entende-se que, onde houver mecanismos de participação e controle social, a regionalização poderá ser um sucesso.
5. A impressão da maioria, depois do longo processo de pesquisa, é que o MinC não se preparou institucionalmente para a complexidade do desafio, seus desdobramentos e articulações, em termos de pessoal, infraestrutura, e fluxos técnicos e administrativos.
6. Quanto aos Encontros Nacionais dos Pontos de Cultura – Teia, sua importância é inegável, mas seus efeitos e capacidade de articulação são vistos como restritos e insuficientes, necessitando de ações mais regulares e contínuas.
7. Houve certo consenso sobre a necessidade de se investir na formação e capacitação dos gestores dos pontos de cultura, tanto no que se refere à gerência de projetos quanto ao planejamento estratégico no campo da cultura. Verificou-se que são realizadas muitas reuniões e processos coletivos de tomada de decisões, mas que tais instrumentos não garantem eficiência e eficácia na execução dos planos e ações. Além disso, o Cultura Viva parece ainda não ter consolidado uma espécie de comunidade de práticas capaz de reinventar modelos de gestão cultural. Os problemas e as contradições entre o instituído e o instituinte são grandes.

8. No concernente aos impactos nas realidades locais, há um consenso acerca da sua contribuição para trazer à cena pública sujeitos, grupos e manifestações culturais antes secundários e invisíveis para as políticas públicas de cultura.

1.3.3 Questionário

A pesquisa de campo levou em conta a totalidade dos pontos de cultura conveniados até dezembro de 2007, segundo as informações disponíveis no cadastro do SPPC/MinC. O objetivo era visitar e entrevistar todos os pontos, não apenas uma amostra desta população. Os 544 pontos que constituíram o universo da pesquisa estavam distribuídos como segue:

- 457 pontos de cultura conveniados diretamente ao MinC;
- 36 pontões diretamente conveniados ao MinC;
- 33 pontos de cultura conveniados a uma rede municipal ou estadual; e
- 18 redes.

Para a pesquisa, foram considerados os 526 pontos e pontões de cultura, uma vez que as 18 redes são as próprias prefeituras conveniadas ao MinC, que por si só não atuam como ponto de cultura. Ficou definido que a pesquisa de campo seria realizada em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), responsável por entrevistar 229 pontos de cultura nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o Ipea iria a campo entrevistar os outros 297 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No total, foram visitados 239 municípios em todos os estados brasileiros, sendo 107 pela FUNDAJ, e 132 pelo Ipea.

Foram cinco as etapas de construção do questionário estruturado:

1. delimitação das informações a recolher (as discussões foram feitas com pesquisadores, gestores públicos e de pontos de cultura);
2. formulação das questões;
3. sequência e formato das questões;
4. revisão do esboço do questionário; e
5. pré-teste do questionário.

Foram promovidos diversos encontros para a elaboração de um questionário que fosse único e igualmente aplicado em todos os pontos, tendo sido necessário, para tanto, abranger questões sobre a diversidade entre os tipos de convênios, atividades, infraestrutura, entre outros.

As discussões e formatação desse material tiveram início em julho de 2008 e contaram com a colaboração de especialistas na área cultural e agentes culturais,

entre os quais professores universitários, gestores de políticas municipais, gestores de pontos de cultura, a SPPC, as equipes do Ipea e da FUNDAJ.

Por tratar-se da primeira pesquisa em âmbito nacional, a expectativa era conhecer melhor os pontos, suas atividades, atuação, dificuldades, desafios e sugestões dos gestores e, com base nestas informações, criar indicadores de acompanhamento do programa Cultura Viva.

Em setembro de 2008, o questionário foi concluído e um grupo de entrevistadores se reuniu em Brasília e no Recife para aplicá-lo em campo com o intuito de fazer um pré-teste com as questões elaboradas. O questionário-piloto foi aplicado em dez pontos e os entrevistadores observaram se as questões eram bem compreendidas, se captavam o que foi discutido nas reuniões etc. Após algumas correções, o questionário ficou pronto para ser utilizado na pesquisa de campo.

Com base nas informações da SPPC, foram feitos contatos por telefone, enviados *e-mails* explicando o conteúdo da pesquisa, as questões levantadas de forma geral e providenciado o agendamento da data para entrevista.

Preferencialmente, o questionário deveria ser respondido pelo gestor ou, na sua falta, por outra pessoa que trabalhasse de forma direta na gestão do ponto.

Com relação à estrutura das questões, deve-se dizer que algumas delas aceitavam múltiplas respostas, tendo sido todo o questionário respondido de acordo com a percepção e o conhecimento do entrevistado.

A pesquisa não teve efeito de auditoria das atividades ou gastos, e em alguns pontos houve recusa ou falta de informação por parte do entrevistado.

Entre os meses de outubro de 2008 e janeiro de 2009, as equipes foram a campo para aplicar o questionário, que é relativamente longo, contando com 129 questões distribuídas em 18 itens, conforme a seguir:

1. identificação dos pontos;
2. identificação dos gestores com caracterização socioeconômica;
3. dados do ponto;
4. acessibilidade;
5. infraestrutura;
6. posse de bens e equipamentos;
7. ingresso no programa;
8. elaboração do projeto;
9. relacionamento com o MinC/rede;
10. atividades realizadas pelo ponto;
11. público atendido pelo ponto;

12. gestão do ponto;
13. receitas;
14. despesas;
15. excedentes e déficits;
16. divulgação;
17. articulação/comunicação; e
18. avaliação do programa e perspectivas.

A aplicação de cada questionário durou entre uma e três horas aproximadamente, e todos os entrevistadores foram instruídos a fazer anotações em cadernos de campo. Neles constavam informações pessoais do entrevistador a respeito da facilidade de comunicação com os gestores, considerações sobre os espaços físicos e atividades, problemas enfrentados etc. Os cadernos de campo correspondem a uma análise à parte e contêm informações não tabuladas, que neste momento não serão aqui abordadas.

Dos 526 pontos de cultura conveniados até 2007, foram analisados os questionários aplicados a 386.

Vários gestores de pontos não foram localizados, não puderam ser entrevistados na data programada ou se opuseram à entrevista. Além disso, foram excluídos da análise, mesmo que seus gestores tivessem sido entrevistados, aqueles locais que não receberam verba do MinC, e que portanto não haviam começado a funcionar como ponto de cultura. Também não foram objeto de exame aqueles que haviam interrompido suas atividades por atraso no repasse de verbas ou outra razão, assim como aqueles cujas atividades já estivessem concluídas.

O mais importante na análise dos resultados da aplicação dos questionários, e que ora se apresenta, é observar que os problemas levantados pelos gestores federais durante a elaboração do modelo lógico do programa Cultura Viva foram corroborados pelos gestores dos pontos de cultura, embora por ângulos diversos.

A grande parte dos gestores dos pontos cujos questionários foram considerados válidos respondeu que a filosofia do programa era adequada à realidade da cultura, mas que problemas na gestão, nos marcos legais e no processo de repasse de recursos reclamavam mudanças.

Citam-se exemplos de resposta para a indagação: o programa Cultura Viva está bem adequado à realidade do mundo da cultura? Por quê? Os padrões de respostas a seguir apareceram com maior frequência e enfatizaram as dificuldades de gestão em contraposição ao bom desenho conceitual do programa.

1. “A filosofia do programa, sim. O programa deu a oportunidade da cultura realmente ser viva, mas a burocracia não. É preciso mudar a parte burocrática, ela amarra a filosofia da coisa”.

- 2. “Como teoria, está. O problema é a gestão”.
- 3. “Conceitualmente, sim. O que não está adequada é a gestão do programa [pelo MinC], pois devido à descontinuidade as conquistas obtidas acabam sendo prejudicadas”.
- 4. “Em termos de filosofia, a proposta está adequada; porém, na operacionalização, os requisitos legais tornam difícil a realização das atividades”.

Como se pode verificar, a filosofia e as concepções do programa foram bem valoradas. Em contrapartida, quesitos como implementação e execução foram objeto de crítica.

O quadro 4 sintetiza a percepção dos gestores de pontos de cultura sobre quais os problemas enfrentados e contrapõe algumas das ações propostas para solucioná-los. Note-se que, mais uma vez, as opiniões se alinham, em grande parte, com aquelas explicitadas pelos gestores federais na elaboração do modelo lógico.

QUADRO 4
Principais problemas enfrentados pelos pontos de cultura

Região	Maiores problemas enfrentados pelos pontos	Ações que poderiam potencializar o papel dos pontos
1ª opção	Atraso nos repasses de recursos	Articulação com outras políticas públicas (educação, saúde etc.)
2ª opção	Insuficiência de recursos	Simplificação de procedimentos (formulários, prestação de contas etc.)
3ª opção	Complexidade dos procedimentos (formulários, prestação de contas etc.)	Ampliar o montante de recursos do MinC/Rede

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Os maiores problemas apontados se referem à questão dos repasses de recursos, que sofrem descontinuidades e atrasos frequentes por razões diversas, entre as quais contingenciamentos, condicionamento a complicadas prestações de contas, e mudanças constantes das regras que definem quais gastos podem ser realizados.

Associado a essa primeira opção, foi levantado pelos coordenadores dos pontos de cultura que os montantes de recursos são insuficientes e que a complexidade dos procedimentos dificulta o desenvolvimento das atividades.

Nas respostas, enquanto solução imediata para a segunda questão, propôs-se a simplificação de procedimentos, o que exigiria mudanças dos marcos legais que definem o funcionamento do setor público, em especial quanto às regras de uso de recursos financeiros. Também foi frequente a referência à descentralização de recursos para os municípios e à capacitação das equipes dos pontos, soluções

que, em parte, contornam problemas e dificuldades do MinC, dadas suas limitações institucionais.

A descentralização para as redes foi uma ideia muito frequentemente apresentada (segunda opção agregada para o Brasil). O tema tem variações sensíveis de frequência para as grandes regiões e estados. Em alguns casos, há muita desconfiança em relação à participação das municipalidades, por razões políticas e por argumentos que apontam que as prefeituras teriam condicionantes similares às do órgão federal, ou seja, estariam sujeitas à mesma legislação (Lei nº 8.666, de 21/06/93). Aliás, vale assinalar, grande parte dos gestores avalia que os princípios presentes na lei são importantes, embora devam ser adaptados para instituições com as características e especificidades das pequenas associações.

2 O PROGRAMA ARTE, CULTURA E CIDADANIA – CULTURA VIVA

O programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva articula associações da sociedade civil e tem conseguido, com certo êxito, proporcionar o acesso destes agentes a recursos públicos, facultando fortalecimento e reconhecimento de circuitos culturais com bases comunitárias e associativistas.

De qualquer forma, deve-se enfatizar que a política pública propriamente dita refere-se às ações e ao uso de mecanismos variados de coordenação disponíveis:

- a. prestar informações claras a respeito dos critérios de funcionamento do programa;
- b. estabelecer marcos regulatórios que facilitem as ações, sem descuido da transparência desejável no uso dos recursos públicos;
- c. qualificar as ações administrativas realizadas pelas associações e comunidades (cursos, oficinas, capacitações em temas diversos, inclusive gestão e prestação de contas); e
- d. incentivar as ações por meio de repasses financeiros e equipamentos.

Nessas dimensões, a pesquisa demonstrou que há problemas nas condições estruturais da administração central do programa em relação à inadequação dos marcos legais para o uso por parte de pequenas associações. Em particular, evidenciou-se ainda grande confusão quanto à interpretação e aos usos que podem ser dados às normas federais que disciplinam transferências e prestações de contas.

O programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva contribui para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local, e também pode contornar o problema do isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais disponíveis em outros meios. Os seguintes enunciados sintetizam os principais aspectos do programa:

Programa Arte, Cultura e Cidadania

Problema: desvalorização da produção cultural dos grupos e comunidades e sua exclusão dos meios de produção, fruição e difusão cultural.

Objetivos: fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais.

Público-alvo: Populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural. Adolescentes e jovens expostos à situação de vulnerabilidade social.

O programa foi implantado em 2004, envolvendo um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e desenvolvidas com diferentes graus de consolidação enquanto ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (Mestres dos Saberes), e Escola Viva. Parte de uma metodologia de reconhecimento das iniciativas associativistas e comunitárias já existentes, para depois estimulá-las por meio de transferências de recursos definidos em editais, e da doação de *kits* de cultura digital (equipamentos de informática, câmeras, *kit* multimídia e uma pequena ilha de edição) que permitem que cada ponto de cultura realize sua própria produção audiovisual. Os *kits* também têm como objetivo interligar os pontos em rede via internet banda larga, contribuindo para abrir canais de comunicação direta entre as ações do poder público e as ações da comunidade, e destas entre si.

Os pontos de cultura, eixo central do programa e principal foco desta pesquisa avaliativa, são unidades de produção, recepção e disseminação culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais. Os pontos são espaços que unificam e expandem as ações aqui citadas. Há exceções a esta lógica, as quais serão examinadas em tempo oportuno adiante.

Além dos pontos de cultura, outras referências na organização das ações são: os pontões (pontos especiais encarregados de estabelecer articulações entre diversos pontos) e as redes (o poder público municipal ou estadual atua como mediador das transferências federais para os pontos), que são as unidades de ação que configuram as *instâncias organizacionais* públicas, isto é, aquelas que agem sobre os *circuitos culturais* e ligam os agentes culturais à administração pública.

As ações componentes do programa são descritas pela SPPC da forma que segue.

Programa Cultura Viva. O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Com a missão de “des-esconder” o Brasil,

reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo”, em 2004, a então Secretaria de Programas e Projetos Culturais (atualmente Secretaria de Cidadania Cultural) do MinC iniciou a implantação dos pontos de cultura, que são a expressão de uma parceria firmada entre Estado e sociedade civil. Por meio de edital público, os pontos recebem recursos do governo federal para, assim, terem condições de potencializar seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídia, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros. Além dos pontos de cultura, o programa Cultura Viva é integrado por um conjunto de ações: Cultura Digital, Griô, Escola Viva e, mais recentemente, Cultura e Saúde.

Pontos de Cultura. O ponto de cultura é a ação prioritária do programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para o repasse de recursos, e o ponto de cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O ponto de cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade. Atualmente, existem já cadastrados mais de 800 pontos de cultura em todo o Brasil, que foram selecionados pela antiga Secretaria de Programas e Projetos Culturais, hoje Secretaria de Cidadania Cultural, do MinC, por meio de editais. Cada um dos pontos recebe uma quantia de R\$ 60 mil/ano, divididos em parcelas semestrais e renováveis por três anos, para investir de acordo com a proposta do projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, é utilizada para aquisição de equipamento básico multimídia em *software* livre, composto por microcomputador, miniestúdio para gravação de CD, câmera digital e outros materiais que sejam importantes para o ponto de cultura. Esta iniciativa está integrada a uma das ações do programa Cultura Viva, a Cultura Digital.

Pontos de Rede. Pontos de rede são todos os pontos de cultura que, uma vez aprovados, passam a integrar a rede de pontos de cultura e que, atuando em diferentes níveis – municipal, estadual e federal –, passam, nessa qualidade, a também participar dos encontros setoriais que definem a gestão compartilhada do programa Cultura Viva e dos pontos de cultura entre o poder público e a sociedade civil, por meio de fóruns, teias e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Pontões de Cultura. Quando em uma localidade houver certa densidade de pontos de cultura, o MinC propõe a constituição de pontões. Grupos de pontos e governos locais também podem pleitear a condição de pontão de cultura. Os pontões

são articuladores dos pontos de cultura de suas áreas de especialização, ligados às ações nacionais do programa Cultura Viva, Griô, Cultura Digital, Escola Viva e Cultura e Saúde, auxiliando na capacitação desses pontos de cultura e na difusão do conhecimento por eles produzido. Os pontos são constituídos de, no mínimo, dez pontos de cultura, geridos em consórcio e que recebem recursos até R\$ 500 mil por ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas, privadas e governos locais.

Ação Cultura Digital. A ação Cultura Digital visa ao compartilhamento de produções simbólicas e conhecimentos tecnológicos gerados pela ação autônoma, porém em rede, dos pontos de cultura. O programa tem como diretriz interligar as ações locais e promover a troca de experiências dos pontos, bem como a comunicação entre eles a partir da tecnologia digital, possibilitando a circulação da sua produção textual e audiovisual.

Cada ponto de cultura recebe um *kit* de cultura digital, com equipamentos avançados, e que podem variar de acordo com a vocação da entidade. Todos recebem um equipamento composto de uma mesa com dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição para a produção de conteúdos multimídia, permitindo a gravação de arquivos de áudio e vídeo, a publicação de páginas na internet e a realização de programas de rádio, sempre com o uso de programas em *software* livre.

Ação Griô. Griô é uma versão abrigada da palavra francesa *griot*, que designa os contadores de história, responsáveis, nas sociedades africanas, por carregar consigo a tradição oral na qual é transmitida a história de seu povo e o patrimônio de sua cultura. A ação Griô visa à implementação de uma política de valorização da tradição oral presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por “contadores de histórias”, pessoas que adquiriram conhecimentos de seus antepassados e os repassam em forma de narrativas ou casos contados. É a eles que é dado o nome de griôs. A principal proposta desta iniciativa é reaprender com os mestres da tradição oral, nossos griôs, o jeito de construir um conhecimento integrado à ancestralidade, além de incentivar a troca de experiências. Seu objetivo é estimular e sistematizar o vínculo entre educadores e a comunidade, bem como a dinâmica de fortalecimento da identidade local. A ação Griô atua com a vivência, a criação e a sistematização de práticas pedagógicas relacionadas aos saberes e fazeres da cultura oral, envolvendo pontos de cultura, escolas, universidades e comunidades. A missão desta rede é criar e instituir uma política pública de Estado que promova o reconhecimento do lugar político, social e econômico dos griôs e mestres de tradição oral na educação das crianças e jovens brasileiros. A ação prevê a distribuição de bolsas de trabalho a esses mestres griôs e seus aprendizes no valor de R\$ 350 mensais,

durante o período de um ano, para divulgarem e pesquisarem as tradições orais do país. O primeiro edital, lançado em setembro de 2006, distribuiu 250 bolsas. A origem desta iniciativa foi um convênio com a instituição Grãos de Luz e Griô, de Lençóis (BA), que firmou parceria com o MinC, em 2004, como ponto de cultura. O trabalho desenvolvido por ela acabou originando um pontão de cultura e uma das ações do programa Cultura Viva em âmbito nacional: a ação Griô.

Ação Escola Viva. A ação Escola Viva tem como objetivo integrar os pontos de cultura à escola a fim de colaborar com a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Desta forma, o programa pretende contribuir para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual o “saber fazer” e o “saber ser” de cada canto do país possam ser alargados e aprofundados, mantendo-se abertos à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania.

A proposta desta ação é resgatar a interação entre cultura e educação, atuando em duas frentes. Uma delas visa à transformação de experiências inovadoras das escolas em pontos de cultura ou à transformação do ponto em uma escola de cultura brasileira, a partir do lançamento do edital conjunto entre o Ministério da Educação (MEC) e o MinC. Com isso, a ação Escola Viva incentiva e convida escolas que já desenvolvem propostas inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais a cultura seja elemento estruturante. A outra frente é o estabelecimento de parceria direta com as escolas. Cada ponto pode se transformar em um Parque da Escola. Antes ou depois do horário das aulas, em um segundo turno, crianças e jovens participarão de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem a cultura como tema transversal. Os pontos que optarem por este tipo de ação receberão preparo e acompanhamento pedagógico especializado para a construção de um espaço de interação dialógica e vivencial. A ação permite que, a partir das experiências culturais desenvolvidas em cada ponto, o aluno possa identificar os signos e códigos da cultura local e, na troca de experiência com outros pontos, apropriar-se do conhecimento estético e ético de diversas manifestações culturais.

Ação Agente Cultura Viva. A ação Agente Cultura Viva consistiu em articular a cultura e educação em processos de formação, sendo realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com recursos financeiros e referenciais normativos do programa Primeiro Emprego. Seu público foi constituído por jovens entre 16 e 24 anos que receberam auxílios financeiros e se tornaram responsáveis pela multiplicação de conhecimentos aprendidos nas atividades formativas desenvolvidas nos pontos de cultura. Esta ação foi encerrada no ano de 2007 e está sendo reformulada.

Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Criado na Teia 2007, o fórum, reconhecido como a instância política dos pontos de cultura, reúne representantes dos fóruns estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e desafios na gestão compartilhada do programa Cultura Viva.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura articula a participação dos pontos de cultura nos encontros e fóruns setoriais e regionais que garantem a representatividade de sua participação no fórum e nos encontros e seminários de estruturação do Sistema Nacional de Cultura, visando ao reconhecimento do programa Cultura Viva não como política de governo do MinC, mas como política de Estado.

Para se ter uma ideia da importância do programa no MinC, a tabela 1 apresenta o desempenho e a evolução financeira dos programas ministeriais. Note-se a relevância que ganhou o programa Arte, Cultura, e Cidadania em termos orçamentários: foi criado em 2004, e em 2007 era o maior programa finalístico do MinC (28,7%).

A organização atual dos programas do PPA permite que algumas despesas não finalísticas sejam alocadas nos vários programas do MinC, mas a separação apresentada na tabela 1 possibilita a visualização da estrutura geral de despesas do ministério, classificadas enquanto despesas finalísticas e despesas não finalísticas.

Como se constata a partir da tabela, os programas respondem por mais da metade das despesas, chegando a 61,6% do total em 2007 – um aumento real de 50% em comparação a 2005 –, enquanto as despesas não finalísticas aumentaram menos, 28%.

Quanto ao desenho do programa, foi possível explicitá-lo com a metodologia chamada modelo lógico (ML). Este, bem como algumas de suas conclusões, foram apresentados na seção anterior em linhas gerais. Neste momento, seus resultados permitem uma reconstituição, na forma de fluxograma, da complexidade da aposta política que é o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva.

Essa descrição parte das definições dadas pela própria equipe de gestores do programa, algumas das quais inclusive já poderão ter sofrido modificações e reformulações quando do lançamento deste livro. Não se consideram aqui algumas das metas formuladas pela equipe, pois este não era o objetivo da avaliação proposta, nem sequer a análise de vulnerabilidade, que também é componente do ML, mas que não caberia nesta apresentação dos resultados da pesquisa avaliativa.

TABELA 1

**Execução financeira dos programas do MinC e outros itens selecionados
(2005, 2006 e 2007)**

(Em R\$ milhões)

	2005			2006			2007		
	Liquidado	% Total	Nível de execução (%)	Liquidado	% Total	Nível de execução (%)	Liquidado	% Total	Nível de execução (%)
Total	586	100	81	649	100	84	824	100	76
Brasil Patrimônio Cultural	31	5	63	37	5	71	42	5	81
Livro Aberto	35	6	76	12	2	63	28	3	69
Brasil, Som e Imagem	56	10	92	61	9	86	96	12	69
Museu Memória e Cidadania	22	4	96	28	4	90	29	4	96
Cultura Afro-Brasileira	10	2	59	11	2	80	20	3	93
Monumenta	41	7	80	58	9	79	69	8	91
Cultura, Educação e Cidadania	58	10	79	47	7	90	127	15	80
Engenho das Artes	81	14	63	112	16	72	82	10	43
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural	5	1	89	5	1	79	6	1	86
Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	—	—	—	—	—	—	10	1	90
Subtotal despesas finalísticas	338	58	75	370	54	78	508	62	70
Apoio administrativo	136	23	89	193	28	98	209	25	92
Op. Esp.: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2	0	100	10	1	93	2	0	100
Op. Esp.: Serv. da Dívida Externa (juros e amortiz.)	3	0	76	3	1	100	5	1	95
Gestão da Política Pública	58	10	92	38	6	84	29	4	84
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	1	0	63	1	0	71	1	0	64
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	49	8	98	71	10	99	71	9	95
Subtotal despesas não finalísticas	247	42	91	315	46	92	316	38	90

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal/ Secretaria do Tesouro Nacional (Siafi/STN).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

A sequência de interpretação é apresentada a seguir.

Primeiro momento – fluxograma:

- a. problema;
- b. causas do problema e suas consequências;
- c. situação inicial; e
- d. objetivos do programa e público-alvo.

Segundo momento – fluxograma:

- a. ações e subações que definem o programa;
- b. produtos;
- c. resultados intermediários esperados;
- d. resultados finais; e
- e. impactos.

Terceiro momento:

- a. fatores favoráveis de contexto; e
- b. fatores desfavoráveis de contexto.

Quarto momento – análise de vulnerabilidade de cada aposta (desconsiderou-se este momento nesta publicação por ser de uso interno da coordenação do programa):

- a. capacitação de agentes em cultura digital;
- b. bolsas para griôs, mestre e aprendizes;
- c. pontinhos (cultura lúdica e infantil);
- d. iniciativas de economia solidária;
- e. implantação de pontos de cultura e redes;
- f. implantação de pontões;
- g. realização da Teia; e
- h. desenvolvimento de incubadoras culturais.

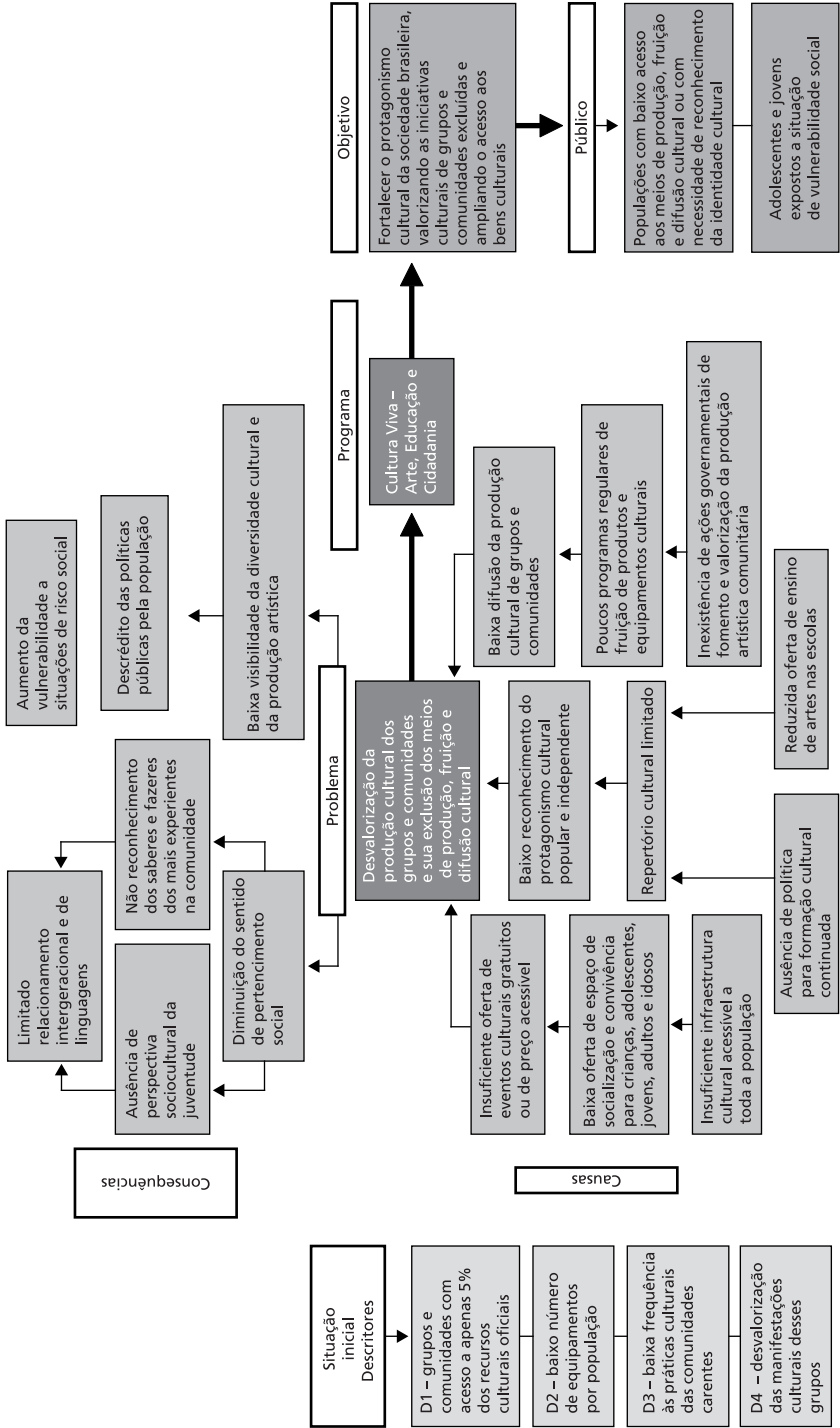
Caberia uma reavaliação da definição de cada um dos momentos dessa análise, assim como da avaliação da realização das apostas, da adequação das explicações e dos resultados.

Nesta pesquisa avaliativa, focam-se a *implantação dos pontos de cultura* e sua qualificação enquanto instância organizativa comunitária, assim como a capacidade de conjunto do MinC/governo federal na condução do programa.

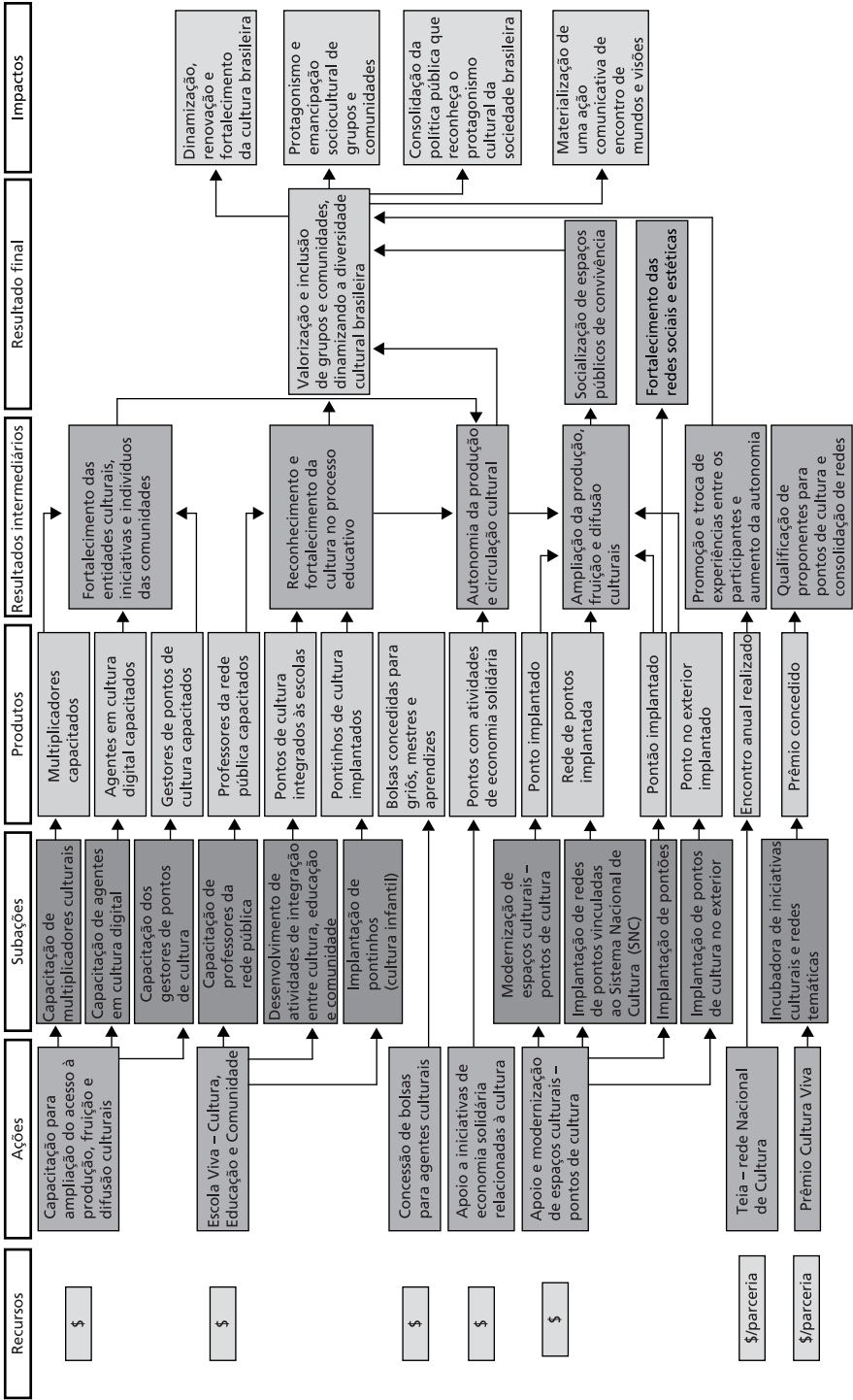
De qualquer forma, a partir desse modelo lógico foi possível formalizar um desenho conceitual e explicativo para o programa, apresentado na parte II.

FIGURA 1

Modelo lógico. Explicação do problema e referências básicas do programa



Estruturação do programa para alcance de resultados



Identificação de fatores de contexto

Fatores de contexto	
Favorável	Desfavorável
Aceitação social do programa	Marco legal não apropriado à emergência de novos atores sociais
Emergência de novos atores e tecnologias sociais	Recursos financeiros insuficientes
Sistema Nacional de Cultura em gestão	Infraestrutura inadequada do MinC (logística e sistema).
Busca pela renovação do cenário cultural	Fluxo inadequado de recursos financeiros
Prioridade governamental à questão social	Recursos humanos insuficientes (gargalo)
	Cultura clientelista em parte do movimento
	Burocracia não apropriada e não integrada
	Resistência da elite à democratização da cultura
	Falta de informação e formação de grande parte dos parceiros do programa

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

DESENHO CONCEITUAL – POLÍTICAS CULTURAIS E JUVENTUDE

3 APRESENTAÇÃO

O programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva nasceu com a vocação de se voltar aos jovens, proporcionando-lhes a possibilidade de exercitar os direitos culturais e ter, nos espaços públicos, a experiência do convívio e da socialização política, cultural e criativa. Dessa forma, o desenho conceitual do programa traçado nesta seção permite contextualizar e delinear de forma argumentativa as escolhas assumidas na interpretação de conjunto contida neste livro.

Os estudos culturais entre as décadas de 1960 e 1980, apesar de variados e heterogêneos, podem ser caracterizados pelas preocupações com a democratização cultural. Eles estavam centrados no conceito de *capital cultural* e pressupunham que “as formas legítimas de cultura funcionam como uma moeda desigualmente distribuída e que dá acesso a muitos privilégios” (LAHIRE, 2003; 2006). A partir das críticas aos pressupostos daqueles estudos, os quais denominaremos aqui legitimistas, e de pesquisas de práticas culturais, foram se cristalizando reflexões a respeito da democracia cultural – conceito diverso do de democratização –, que aqui chamaremos de pluralistas.

Na primeira perspectiva, os pesquisadores se preocupavam com o discurso a respeito do caráter igualitário ou não do acesso à cultura, e em demonstrar que de fato os processos políticos (presentes nas áreas da educação e cultura) sob esta ideologia, em realidade, reproduziam profundas desigualdades. Evidentemente, as pesquisas indicavam a diferença entre o ideal igualitário presente nos discursos e as práticas culturais, dada a não efetivação deste ideal na realidade. Insistia-se, contudo, nos propósitos de objetivar a igualdade, e portanto gravitava-se no universo da igualdade como valor.

As teorias do período recorriam a métodos estatísticos que demonstravam as desiguais distribuições, as estruturas de capital cultural e o papel das instituições políticas na reprodução das desigualdades. A questão central destes estudos é que eles pressupunham, a partir do conceito de capital cultural, a existência de uma cultura legítima, claramente diferenciável e delimitável, que funcionaria de forma a ser transmissível e capaz de estabelecer *distinções sociais* em razão de posses ou carências. As medidas estatísticas eram variadas, mas sobressaíam entre elas a posse de diplomas ou a escolarização, e o nível de renda.

A crítica mais interessante a esses estudos – aceita inclusive por alguns de seus principais autores (PASSERON, 1995), e que deu margem às pesquisas que tiveram como objeto a pluralidade das culturas juvenis – era que eles ficavam presos à própria construção “oficial” de padrões de legitimidade e à ideologia decorrente da democratização de acesso a estes bens legítimos, além de *des-historicizarem* as análises.

Essas limitações implicariam, se rigorosamente aceitas, considerações a respeito das flutuações na valorização de diplomas (universalização da escolarização, massificação da universidade etc.), das transformações do que se considera cultura legítima (belas-artes e belas-letras, dadas as mudanças estruturais das suas relações com os mercados, novas tecnologias de mídia, culturas populares, de massa etc.) e das diferentes estruturações do capital (político, econômico, cultural, social, simbólico etc.). Enfim, neste caso, a análise impõe a construção analítica em termos históricos.

Além disso, chame-se atenção para o fato de que as medidas estatísticas de distância e desigualdade das distribuições exigem exatamente o estabelecimento de um padrão normativo que transforme diferenças em desigualdades.

Para que uma diferença faça desigualdade, é preciso que todo mundo (ou pelo menos uma maioria, tanto dos “privilegiados” como dos “lesados”) considere que a privação de tal atividade, isto é, o acesso a dado bem cultural ou serviço, constitui uma carência, uma deficiência ou injustiça inaceitável (...) a questão da desigualdade é claramente indissociável da crença na legitimidade de um bem, de um saber ou de uma prática, isto é, indissociável daquilo que poderíamos chamar de grau de desejabilidade coletiva que existe a seu respeito (LAHIRE, 2003, p. 991).

As políticas culturais se inscreveram no mesmo registro e desencadearam uma série de pesquisas a respeito da desigualdade de acesso e dos determinantes das desigualdades culturais, culminando na vontade de “democratização cultural”. Entenda-se aqui que democratização da cultura refere-se ao acesso às obras de arte e ao patrimônio cultural da humanidade, ou seja, à cultura clássica legítima.

O importante a assinalar é que esse tipo de reflexão implica a aferição da desigualdade de acesso a toda uma série de bens, práticas, saberes etc., deixando de lado as questões relativas à diferença cultural ou às práticas não vinculadas a um sistema de legitimidades hierarquizado e reconhecido.

Nesse último sentido, a cultura reúne uma pluralidade de práticas relacionadas ao cotidiano das interações sociais e aos processos de formação de grupos e identidades. O deslocamento do ideal de desigualdade para segundo plano implica conceitos e objetivos diferenciados para as políticas. Reconhecidas a pluralidade e heterogeneidade de práticas, a democracia cultural surge como figura

privilegiada, significando reconhecimento e democratização de formas de produção, circulação e fruição de bens culturais, o que a associa a direitos culturais. Ou seja, além do acesso, passa a ser tema de análise o reconhecimento da pluralidade cultural e da necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural.

As análises da cultura juvenil, por seu turno, retratam de forma exemplar esses dois aspectos, por se relacionarem com formas culturais legítimas e, ao mesmo tempo, por recolocarem em pauta as complexas relações da juventude com recursos sociais instáveis (crise do emprego e do mercado de trabalho, incapacidade das instituições educacionais e familiares no processo de socialização etc.), desagregação e exclusão social. Estas relações também incluem desconfiança em relação à cultura consagrada, decorrente do crescente “capital informacional”, isto é, do acesso a novas tecnologias de informação e comunicação. Acrescente-se a isso ainda uma nova economia cultural de serviços, que acaba por cristalizar uma valorização do ecletismo e da hibridização cultural; enfim, do pluralismo do gosto e dos estilos de vida.

Esta seção procura, assim, relacionar as culturas juvenis com as duas descrições anteriormente realizadas: a abordagem legitimista, que deu vazão a políticas de democratização, e a pluralista, relacionada com a democracia cultural. Na realidade, não se precisa estabelecer uma distinção absoluta entre elas, apesar de a história política as opor. A descrição das culturas juvenis deve levar em consideração a complementaridade das abordagens e a necessidade de políticas que tanto as reconheçam simultaneamente como desenvolvam ações de promoção e reconhecimento das diferenças, e que ao mesmo tempo estabeleçam estratégias de acesso a bens e a outros recursos culturais.

Esta parte do livro está disposta da seguinte forma: inicialmente apresenta, em linhas gerais, o programa Arte, Cultura e Cidadania, referência de política em grande parte voltada para os jovens. A primeira subseção delimita o que é a juventude em face da cultura, apresentando-as a partir do *modelo de reprodução*, que é análogo ao legitimista por pressupor padrões estáveis de cultura legítima, e do modelo experimentalista, que, por semelhança ao pluralista, indica serem as experiências culturais caracterizadas pela diferença e pela diversidade. No mesmo movimento analítico, relaciona cada modelo com uma política cultural vigente, a saber, a dos *pontos de cultura*, cristalizados no programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. O modelo de reprodução, ou legitimista, é apresentado na subseção 3.2, e o experimentalista, ou pluralista, na subseção 3.3. Uma breve reflexão sobre as abordagens legitimista e pluralista conforma a subseção 3.4, enquanto a subseção seguinte traz uma síntese das abordagens. Os conteúdos desta última subseção são usualmente utilizados enquanto conclusão, mas optou-se por deixar-lhes a função de reapresentar questões gerais e problematizar a juventude como tema de políticas culturais.

3.1 O jovem e a juventude em face da cultura

Ser jovem hoje reflete experiências diferentes das vivenciadas há alguns anos. Até recentemente, existiam expectativas estáveis com relação ao trabalho e aos padrões de legitimidade cultural que emolduravam as experiências e definiam a juventude. Acreditava-se – e isto se refletiu nas inúmeras pesquisas culturais nas décadas de 1960 a 1980 – que a cultura legítima era constituída pelas artes tradicionais (ópera/concerto de música clássica, balé/espetáculo de dança, teatro, cinema, museus/exposições e livreria/biblioteca). Aquelas análises pressupunham sociedades estratificadas que legitimavam certas práticas e obras, às quais as classes desprivilegiadas não tinham acesso. Na verdade, a cultura dos diversos grupos e frações de classe era situada como mais ou menos próxima da cultura legítima (ou dos grupos dominantes); assim, o acesso diferencial a ela convergia para a constituição de efeitos de desigualdades sociais globais. As hierarquias sociais e econômicas eram fortalecidas por hierarquias simbólicas ou de acesso à cultura legítima. Portanto, a situação econômica encontrava homologias estruturais em relação à distribuição de bens simbólicos.

As condições atuais apontam direções diferenciadas para as análises nas quais, além das dificuldades decorrentes das mudanças nas condições econômicas, convive-se com reconfigurações das redes de sociabilidade. Nelas, que se tornam cada vez mais heterogêneas, os espaços públicos são minimizados ou quase desaparecem como espaço de convívio, dificultando o reconhecimento de identidades e o estabelecimento de padrões de legitimidade cultural para as diferentes experiências vivenciadas pela juventude. A situação dos estudos culturais atuais mantém vivas, em parte, as críticas dos anos 1960-1970, mas indica que as condições estruturais das sociedades contemporâneas exercem um efeito de desagregação sobre as hierarquias tradicionais, multiplicando culturas urbanas, alterando padrões de gosto e embaralhando os padrões de legitimação cultural.

As transformações na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos levados em conta na reflexão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade. A emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na configuração dos arranjos familiares também tem sido considerada nas tentativas de compreensão e explicação das mudanças nos marcos tradicionais da passagem da juventude para a condição adulta. Dessa forma, as trajetórias individuais dos jovens, suas origens sociais, o sexo e os padrões de comportamento – em particular, suas diferentes relações com a cultura e as demandas por “reconhecimento” – complexificam a ideia da juventude como “tempo suspenso” e reconhecem a heterogeneidade das culturas juvenis, além de a situarem no quadro de sua multidimensionalidade.

A reflexão a seguir explora dois modelos explicativos – o modelo de reprodução da trajetória dos pais e o modelo de experimentação – nas suas possibilidades

de justificação de objetivos para as políticas culturais voltadas à juventude (HERSENT, 2004). No primeiro caso, a exigência de reprodução da trajetória dos pais pressiona para que o momento do casamento, da maturidade sexual, da entrada no mercado de trabalho e da adoção da lógica da responsabilidade pessoal pelo próprio sustento sejam adiantados, isto é, para que a juventude seja “encurtada”. No segundo caso, a movimentação pelos espaços do lazer, da sociabilidade sem finalidade econômica e da experimentação cultural permite a configuração das identidades pessoais e sociais vivenciadas durante este “tempo suspenso” de ambulação pelas cidades e suas periferias.

O modelo de experimentação parece mais oportuno para dar conta das atuais demandas por reconhecimento social e por espaços de sociabilidade juvenil. Estas experiências se relacionam com instituições e circunstâncias específicas, e podem ser vividas nos espaços urbanos informais ou em campos institucionais mais formalizados. Também podem ganhar uma conformação específica quando em confronto com o primeiro modelo e com suas exigências ou estruturas de reprodução. De qualquer maneira, os dois modelos analíticos são complementares.

O experimentalismo da juventude tem três dimensões: demanda por reconhecimento, crítica à cultura consagrada e desejo de acesso à informação cultural. Tudo isso vem adicionado de um forte ecletismo ou hibridismo cultural e da crítica às formas de cultura estabelecidas ou legítimas, no campo das artes ou das formas de vida das gerações anteriores. Pode-se afirmar que este cenário implica fazer críticas às instituições culturais, em especial às escolares, que não se sensibilizam nem se amoldam às exigências da juventude.

3.2 Existe uma cultura legítima?

Nas análises culturais legitimistas, emprego e estrutura de classes tinham uma função central, seguidas de perto pelas instituições escolares, que representavam a possibilidade de redistribuição de recursos apropriados no âmbito da dinâmica econômica. Em realidade, a ideia de cultura legítima é resultado de múltiplos processos institucionais e de efeitos estruturais convergentes (BOURDIEU, 2007). Como a instituição escolar tem papel central nestas análises, a reflexão que segue nela se concentra, embora de forma pontual e insuficiente.

Contemporaneamente, a instituição escolar tem se mostrado absolutamente incapaz de transmitir conhecimentos de forma adequada. Isto não se deve apenas ao nível da sua qualidade, pensada em termos genéricos e abstratos, mas às dificuldades da escola para se adaptar às necessidades da juventude.

Os jovens negam os mecanismos de distinção social propostos pela educação formal em razão de modos inteiramente novos de aquisição e valorização cultural. Diante desta configuração própria da juventude, a formação do gosto e

a reprodução de modelos de excelência são falhos, e deixam entrever um descasamento entre os objetivos institucionais escolares e a cultura juvenil.

De fato, a escola desconhece os papéis e os potenciais da arte e das formas culturais diversas no processo educativo. É importante salientar que o ensino das artes (educação artística) tornou-se obrigatório, no início da década de 1970, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/1971, ficando a política pública de formação de professores garantida pela LDB nº 9.394/1996. No entanto, os dados sobre a presença de professores de artes, história, filosofia e literatura no ensino médio e fundamental são eloquentes, de modo que a situação do ensino relativamente a estas matérias dispensa longos comentários.

No ensino fundamental, segundo o Censo Escolar de 2003, dos 15,5 milhões de alunos, 59,7% estudavam artes, 73% estudavam história, 14,4% filosofia e 80% literatura. No ensino médio (8,3 milhões de alunos), 43,6% tiveram professor de artes, 54,9% de história, 26% de filosofia e 64,4% de literatura.

É no espaço deixado pelas deficiências do sistema educacional que atua o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva (pontos de cultura), que parte de um diagnóstico simples: a produção cultural brasileira é concentrada e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social. Periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada a precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, ou institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio.

Outro ponto a ser observado é o fato de crianças e jovens não desfrutarem de processos adequados de formação escolar e acesso a informações, tampouco de métodos didático-pedagógicos que deem conta e correspondam às suas necessidades sociais, ou que façam sentido à luz de suas experiências culturais. A escola não desenvolve estratégias que permitam aos jovens uma atitude reflexiva e crítica a partir do contato com referências culturais universais – ou pelo menos alheias ao contexto imediato de vida – e linguagens artísticas. A escola está em dissintonia com as necessidades dos jovens e dos seus cotidianos. Em suma, crianças, adolescentes e jovens encontram dificuldades em usufruírem e se apropriarem dos recursos simbólicos da sociedade.

O programa se propõe a sanar parte desses problemas, apoiando a formação inicial de mediadores (agentes das instituições escolares ou da comunidade), aproximando a cultura dos jovens em situação de exclusão dos “circuitos mais elaborados da cultura e das artes”. Também tenta desenvolver potencialidades profissionais no campo da produção, circulação e difusão de bens culturais. Ele pode vir a se tornar uma estratégia articulada de valorização do experimentalismo da

juventude e de fortalecimento simultâneo da criatividade e das artes nas instituições escolares, como elementos didático-pedagógicos relevantes. O programa capta parte das demandas por reconhecimento e experimentação, abarcando a valorização de culturas não consagradas, isto é, não legitimadas institucionalmente ou nos mercados culturais. Ao mesmo tempo, considera que as necessidades do jovem resultam de uma adequação entre identidade e capacidade, ou, de outra forma, que o jovem adéqua sua situação aos recursos da cidadania. A valorização do experimentalismo faz com que outra demanda se pronuncie, a saber, o acesso irrestrito às tecnologias de informação e comunicação, em particular à internet. Por fim, o programa também tem um papel importante em relação à escola, buscando aproximá-la da comunidade e estimulando transformações a respeito do papel da criatividade cultural no interior do sistema educacional.

Não se afirma, com isso, que o programa em tela é capaz de resolver os problemas apontados, mas simplesmente que ele tematiza as relações da juventude com a cultura de forma a reconhecer sua diversidade e pluralidade. Esta é a questão da subseção seguinte.

3.3 Existe uma cultura dos jovens?

A tentação é começar a responder afirmando que existem muitas culturas jovens, isto é, aquelas da periferia urbana das metrópoles, das grandes cidades, dos centros de maior renda, do interior, dos jovens indígenas, dos jovens do mundo rural, dos jovens brasileiros, paulistas, cariocas, das favelas etc. Cada item da descrição poderia ser multiplicado por suas variantes, por gênero, região, etnia, e assim por diante. Em vez desta estratégia, opta-se por outra: apontar as perspectivas gerais que envolvem a questão.

A primeira se refere à distinção entre os jovens que trabalham e aqueles que permanecem no sistema educacional, dispondo de vários anos para se inserirem definitivamente no mundo do trabalho. Estes últimos são retidos pelas instituições escolares, mantendo-se longe das “responsabilidades sérias” até que seu engajamento implique conflitos com os “adultos” ou antigos ocupantes das posições que estão sendo disputadas.

Alguns problemas surgem com essa perspectiva. Em primeiro lugar, a estrutura familiar, que mantinha as condições de escolarização ampliada, se transformou muito; simultaneamente, o jovem, em geral, apesar de manter o *status* de estudante por um longo período de tempo, é pressionado pelas condições econômicas a se mover para o espaço dos empregos precários. Em segundo lugar, é necessário entender que a escola – por razões estruturais como a presença de novas tecnologias educacionais, por exemplo, ou institucionais, como a ausência de professores e livros didáticos de qualidade – não oferece um saber de excelência que permita construir marcos de legitimação cultural. Finalmente, é preciso

ter em mente que a situação dos mercados de trabalho – cada vez mais instáveis, segmentados e exigentes em termos de qualificação – dificulta as estratégias de mobilidade e os cálculos sociais no que se refere à delimitação de projetos de vida.

A segunda perspectiva refere-se aos problemas que surgem num contexto de socialização mais amplo. Os mecanismos de integração social falham da mesma forma que as instituições escolares e o mercado de trabalho. As referências coletivas passam a ser aquelas próximas, ou seja, as experiências vividas, os estilos de vida, as sociabilidades baseadas em alguma espécie de identidade, como os movimentos sociais e mesmo a situação de desemprego, ou podem se referir ao domínio de um estilo musical, uma dança, uma habilidade plástica como o grafite etc. Em outros casos, a xenofobia, a homofobia, o racismo etc. resultam de experiências reais ou imaginárias que criam laços de distinção e repulsas entre os grupos. Seja como for, mesmo com sinais morais opostos (o segundo tipo de relação é indesejável), há um processo de construção de identidades e de associativismo em um espaço público marcado por vários tipos de constrangimentos.

Aqui é importante ressaltar que alguns programas governamentais, a exemplo do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, apreendem parte das referências dessas duas visões. Estes programas objetivam capacitar os jovens para o trabalho cultural, explorando oportunidades, mas reconhecendo as dificuldades existentes no mercado de trabalho para eles; procuram também estimular a valorização da cultura como elemento pedagógico na escola, reconhecendo o afastamento desta instituição das necessidades do jovem. No entanto, os programas não buscam padrões culturais abstratos e unificados de excelência. Eles simplesmente avançam na ideia de reconhecer as comunidades e o associativismo cultural como elementos dinâmicos e – o termo não é usado nos programas, e talvez nem seja o mais adequado – multiculturais.

Outra perspectiva a ser considerada é a do consumo cultural jovem. É tradicional pensar-se a cultura em termos de sua produção. Literatura, cinema, teatro, dança, artes plásticas e até mesmo a televisão ou o rádio são analisados pelos seus conteúdos morais, estéticos e pela sua capacidade de oferecer interpretações úteis e enriquecedoras sobre o mundo e as relações sociais. Dessa forma, em geral, se preconiza que o Estado, e mesmo o mercado, devem se ocupar dos estímulos necessários à produção destes eventos de forte conteúdo simbólico.

Os jovens constituem um dos componentes centrais desse cenário. O que vestem, aonde vão, o que fazem no tempo livre e quais são suas práticas de consumo cultural dizem algo sobre como inventam suas identidades e como usam o consumo para compô-las.

É provável que as políticas culturais bem desenhadas estimulem um relacionamento maior entre a formação escolar e o gosto pelas artes tradicionais,

valendo-se da ampliação dos espaços de convívio entre as duas esferas de práticas, a saber, a institucional e a antropológica (empírica).

Também é possível dizer que essas políticas podem mudar o significado das práticas de audiovisual, uso de computadores, multimídia etc., na medida em que podem ser associadas a tecnologias de produção artística, e não apenas ao consumo de informações.

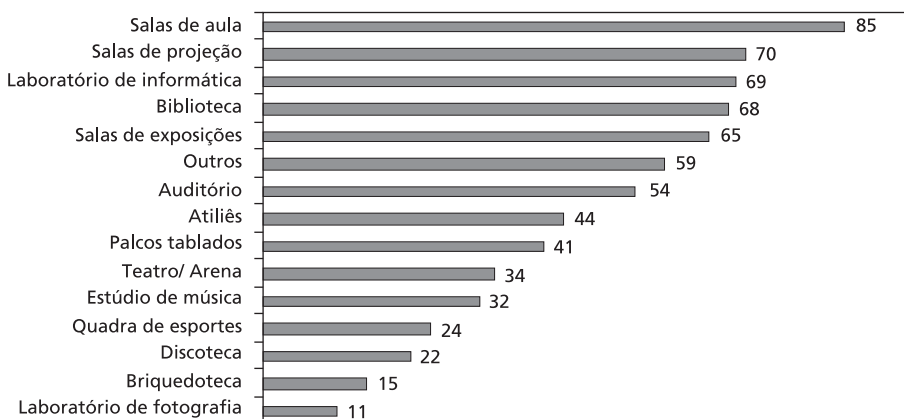
Ao mesmo tempo, o estabelecimento da cultura como instrumento de promoção de liberdades básicas deve estimular o associativismo e a multiplicação de espaços públicos de reconhecimento social e de construção da autoestima. São estes os desafios do programa Educação, Cultura e Cidadania.

Somente para constar, é relevante lembrar que grande parte dos pontos tem espaços para desenvolver diferentes atividades como, por exemplo, salas de aula (85% dos pontos), sala de projeção audiovisual (70%), laboratório de informática (69%), biblioteca (68%), sala de exposição (65%), entre outros espaços para atividades (laboratório de fotografia, brinquedoteca, discoteca etc.). Esta realidade pode ser facilmente visualizada no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Espaços presentes nos pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Os pontos também realizam atividades em diversos campos das artes e da cultura, como se constata no gráfico 2. Vale destacar, no entanto, que as artes tradicionais estão presentes, mesmo que atualizadas, em gêneros mesclados ou hibridizados e contemporâneos, a exemplo do estilo musical *hip hop*, e na atualização e utilização de tecnologias para proteger e valorizar tradições, a exemplo dos usos

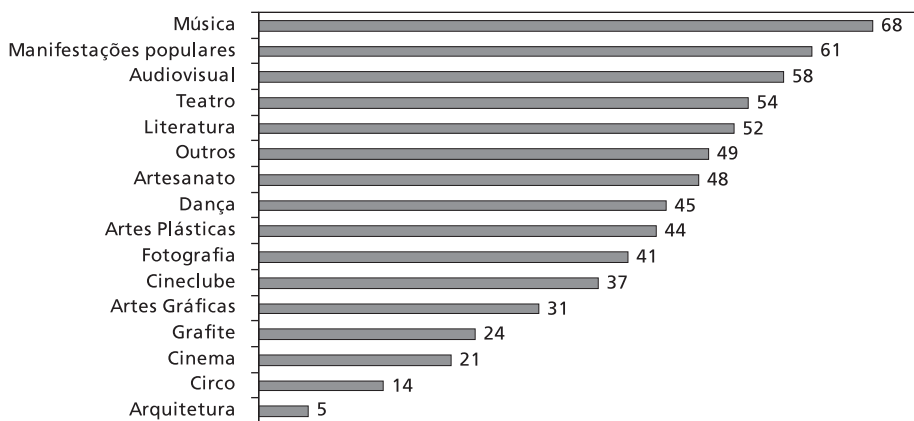
dados ao audiovisual por grupos indígenas. Esta presença também é observada em atividades populares, sejam elas tipicamente urbanas (grafite) ou consideradas tradicionais, como a dança gaúcha, a capoeira, os artesanatos e a literatura de cordel, para se deter em alguns poucos exemplos.

O gráfico 2 mostra as atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura. Destaque-se as cinco mais presentes, quais sejam: música (68% têm atividades nesta área), manifestações populares (61%), audiovisual (58%), teatro (54%) e literatura (52%). Artesanato é a sexta atividade, com 48%.

GRÁFICO 2

Atividades desenvolvidas nos pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

De certa maneira, a descrição empírica dos consumos e das práticas revela que boa parte dos bens culturais financiados diretamente pelo Estado não encontra correspondência no gosto do público ou nas possibilidades de que sejam usufruídos. Muitos respondem a este desencontro preconizando mais produção e políticas de acessibilidade. Quanto maior for a oferta, maior será a demanda. Esta posição é parcialmente verdadeira.

Em linhas gerais, as políticas culturais possuem um viés produtivista ou patrimonialista. Aqui se aponta em outra direção: a de que a política pública, tal qual preconizada pelos pontos de cultura, não apenas leva em consideração os desejos reais ou empíricos, mas também oferece instrumentos para o exercício da criatividade. Transformar e aprimorar a qualidade do que é produzido, melhorar o acesso (mais arte e música clássica, por exemplo) e formar a demanda são parte do problema, mas é também necessário partir-se daquilo que mobiliza as pessoas em torno do fazer cultural.

Portanto, a cultura pode ser entendida como um fenômeno vivo, dinâmico, capaz de animar a vida econômica e simbólica das sociedades. Não por acaso, práticas, consumo e estilos culturais fomentam identidades, que surgem e desaparecem, mas que ligam indivíduos, grupos, regiões.

O consumo e as práticas culturais dão ordem a significados e indiciam inúmeras identidades sociais. As práticas culturais aproximam ou afastam pessoas e grupos. Permitem compartilhar semelhanças e assinalar diferenças de origem e trajetórias sociais. Traçam as linhas de um sistema de inclusão e exclusão. Afinal, do convívio dos grupos fazem parte aqueles que carregam semelhanças. A interculturalidade não é algo natural, mas objetivo construído e objeto de políticas intencionadas.

3.4 Uma abordagem legitimista ou pluralista?

A análise das práticas e comportamentos culturais da juventude permite questionar as formas e desenhos das políticas culturais e até mesmo a concepção de cultura que as orienta. As abordagens tradicionais a respeito destas políticas apontavam a democratização da cultura como possibilidade de acesso a alguns bens, gêneros e modalidades culturais mais ou menos legítimas socialmente. As análises de frequência a certos espaços culturais (museus e exposições de arte, por exemplo) evidenciam a limitação que é supor-se que a visita a certos equipamentos e obras é igualmente legítima para todos os grupos sociais. No entanto, a sociografia da visita tem revelado uma correlação entre frequência e níveis altos de escolaridade e renda (BOTELHO e FIORE, 2005; FORTUNA e SILVA, 2002).

Na verdade, os estudos da vida e das práticas culturais comuns – em especial dos jovens, mas também de grupos das periferias urbanas, imigrantes e mulheres – não apenas indicaram uma pluralidade de modalidades de prática, mas também implicaram a crítica da fixação dos gêneros culturais como mais ou menos legítimos para todos os grupos. Se, por um lado, o viés legitimista permitia criticar duramente a falta de democratização da cultura, por outro, não dava visibilidade à diversidade de sistemas culturais efetivamente existentes.

É certo que uma sociedade democrática acolhe comunidades diversas no seu interior, e que tal diversidade deve florescer dentro de um contexto de entendimento e respeito mútuo, pelo menos à luz de um pluralismo razoável. Isto é desejável no quadro de respeito às liberdades básicas, o que exclui, naturalmente, a presença de desigualdades políticas e sociais extremadas. É ainda importante dizer que a participação política está incluída no rol das instituições básicas e vem, por esta razão, acompanhada do direito de acessar informações relevantes e discutí-las nos espaços públicos adequados.

As políticas culturais, especialmente aquelas traduzidas no programa Arte, Cultura e Cidadania, relacionam-se com os dois aspectos. De um lado, promovem

a circulação de informações e significados e, de outro, desenvolvem um grande potencial para a instauração de espaços públicos de convívio, troca e reconhecimento mútuo. Estes espaços se constituem em *loci* onde os participantes podem ser vistos e ouvidos por todos, e onde é possível que isto aconteça sob ângulos e perspectivas diferentes; em suma, que todos sejam reconhecidos em sua igual capacidade de produzir opiniões e participar das decisões. Isto se relaciona com uma liberdade básica, a saber, ter opinião e manifestá-la dentro de certos limites e de acordo com os procedimentos adotados nas formas e situações do convívio social e político.

Tal perspectiva permite repensar a política como campo de reconhecimento das diferenças sociais e de diálogo. Assim, a política não é apenas um campo no qual predomina o dever moral do Estado para com os cidadãos, mas também um espaço de interlocução e expressão das diferenças de opinião e de posições existenciais, estéticas, cognitivas, políticas etc.

Essa pode ser uma visão controvertida, mas há que se reconhecer aí um campo propício ao desenvolvimento de valores civis e ao uso pacífico e coletivo dos espaços públicos. A capacidade de enriquecer o convívio e imaginar mundos alternativos não é um dom natural, mas uma capacidade cultural que é desenvolvida. Não é necessário desconstruir as artes tradicionais como campo legítimo de fruição estética; elas são um cânone entre outros possíveis.

Por que considerar esses elementos importantes na área cultural? Em primeiro lugar, por causa da privatização constante e recorrente dos espaços de consumo cultural. Cada vez mais, a produção cultural direciona-se ao consumo de bens no espaço doméstico e se atém crescentemente a produtos audiovisuais, sejam eles relacionados ao cinema, ao rádio, à televisão ou a equipamentos de microinformática. Toda a produção neste campo sofre inúmeras restrições, em especial em função das características dos empreendimentos e da estrutura de produção, bastante marcadas pela presença de monopólios ou de fortes interesses privados. Portanto, os espaços de intercâmbio cultural são recessivos.

Entretanto, muito do que é produzido em termos culturais ocupa espaços socialmente periféricos ou assume a forma de culturas de gueto ou “guetizadas”. Estas produções não circulam, ou quando o fazem, destinam-se a uma absorção rápida, circunscrita aos circuitos de mercado. Não se quer com isso afirmar a pouca importância dos mercados como elementos de realização de direitos de cidadania. Ao contrário: grande parte da dinâmica cultural ocorre nos mercados. O consumo cultural das famílias atingiu cerca de R\$ 31 bilhões em 2003, envolve um grande número de pessoas e mobiliza um grande dinamismo produtivo. Enquanto isso, os dispêndios públicos pouco ultrapassaram a casa dos R\$ 2 bilhões. Isto não indica, contudo, que o Estado, em seus diversos níveis de governo, não tenha papel decisivo no desenvolvimento da cultura.

O poder público regula, cobra impostos, normatiza, investe em áreas de apoio e em atividades conexas como os transportes e o desenvolvimento de tecnologias, e ainda estabelece inúmeras conexões entre os países. Assim, a importância do poder público talvez se encontre em outros lugares, para os quais não se olha habitualmente quando se fala em políticas públicas de cultura e que, na atual situação, não podem prescindir das forças dinâmicas da sociedade e dos mercados para a realização dos direitos culturais e a democratização da cultura.

Dessa maneira, a competição econômica e a presença do importante dinamismo das pequenas associações e empresas culturais deveriam ser consideradas parte da estrutura básica dos valores e instituições sociais. Não é razoável imaginar que poucas empresas determinem não apenas a produção, mas também a circulação de informações e de bens simbólicos. Neste caso, mercado e Estado são as duas faces de uma mesma moeda. O dinamismo do setor cultural está, de certa forma, ligado aos mercados, mas estes reproduzem, em grandes doses, as desigualdades sociais de origem. De qualquer maneira, os mercados são construções sociais que podem se orientar para objetivos de inclusão. Eles não possuem uma natureza que promove necessariamente injustiças, mas são instituições que, tratadas de forma adequada, podem convergir para a inclusão social e cultural.

As políticas culturais, que se relacionam de forma íntima com a produção e circulação simbólica, devem oferecer, também aqui, recursos que possibilitem a ampliação dos espaços públicos para o autodesenvolvimento pessoal e coletivo, o que é de especial importância para os grupos etários mais jovens.

Não à toa, parte do escopo das políticas culturais se refere à criação de espaços de convívio e fruição, sejam eles os parques infantis – como preconizaram os modernistas para as políticas culturais do município de São Paulo no início do século XX –, os cineclubes ou as casas de cultura, de longa tradição. Também não é obra do acaso que esta tradição esteja sendo revisitada pelo programa Cultura Viva, que advoga um conceito ampliado de política cultural e relaciona cultura, diversidade e desenvolvimento.

3.5 Síntese

É momento de alinhar alguns pontos. Viu-se aqui que as culturas juvenis são heterogêneas, mas que as políticas legitimistas e pluralistas oferecem elementos importantes e complementares, que referenciam aspectos destas culturas juvenis.

Por um lado, as análises legitimistas revelam as desigualdades culturais, homólogas às desigualdades de distribuições de renda e capital escolar. Por outro, as análises pluralistas reconhecem a diversidade de usos do tempo livre e de práticas culturais.

No entanto, as políticas culturais brasileiras desenvolvidas a partir da representação dos dois modelos se defrontam com insuficiências institucionais importantes, seja em relação à *democracia cultural* ou à existência de estratégias consolidadas de *democratização cultural*. Neste caso, notam-se insuficiências na criação de uma cultura legítima, aqui analisada do ângulo restrito e especial do processo escolar. Esta ausência de um padrão de legitimidade inibe e fragiliza as demandas por acesso igualitário, pela simples razão da inexistência de referências sociais para a percepção ou de medidas de igualdade cultural e de acesso.

O modelo pluralista, por sua vez, se defronta com a ausência de políticas públicas capazes de ofertar espaços públicos de convívio, troca e comunicação. Neste caso, deve-se enfatizar que as intervenções públicas não devem ser pontuais, pois envolvem a organização dos espaços públicos urbanos e de seus equipamentos, como também a consolidação de políticas culturais específicas que criem mecanismos de fomento, proteção e reconhecimento da diversidade simbólica.

Apontou-se o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva como um conjunto de ações capaz de integrar os dois modelos de políticas públicas culturais para a juventude, mas deve-se reconhecer sua pequena abrangência em termos populacionais e territoriais, assim como seu insulamento relativamente ao conjunto de estratégias globais das políticas públicas, em especial da educação e das políticas de comunicação. O programa é, portanto, incapaz de enfrentar a lógica dos mercados e o desafio da democratização dos meios de comunicação e da inclusão social.

Finalmente, é também possível pensar que o programa pode vir a se constituir em parte de uma dinâmica social mais ampla, que refunde as orientações políticas no sentido da recriação de um Estado capaz de intervir para gerar capacidade, igualdade e proteção da diversidade cultural. Igualmente, tem-se como viável que o desenvolvimento cultural não seja simples aposta e resultado das forças de mercado, mas que inclua fortes políticas de formação e participação, enfim, de *democracia cultural*.

RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS – A INSTÂNCIA ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL

4 APRESENTAÇÃO DOS PONTOS

O Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, antigo Cultura Educação e Cidadania, tem por objetivo promover e incentivar dinamismos culturais, conforme se viu nas partes 1 e 2 deste livro.

Sua unidade estruturante é o *ponto de cultura*. Os pontos de cultura são unidades institucionais para onde convergem processos relacionados com a vivência da cultura, a criação e a experiência artística. Além disso, é um espaço público no qual se realizam relações de sociabilidade e aprendizado. E enquanto espaço público, promove o entendimento e o diálogo entre diferentes; portanto, incentiva a prática da interculturalidade.

A adesão ao programa é realizada mediante processo de conveniamento. A seleção de quais pontos serão os participantes do programa e receberão recursos é realizada por meio de comissão que analisa os projetos apresentados em decorrência de chamada por edital público.

Em caso de seleção, os pontos se comprometem a:

- realizar as ações previstas no projeto apresentado e aderir às propostas e linhas de ação do programa; e
- prestar contas, conforme critérios públicos estabelecidos em leis e normas próprias.
- A SPPC/MinC fica encarregada de:
 - repassar recursos financeiros;
 - proporcionar outros recursos apropriados aos desenvolvimentos das ações (informações, estabelecimento de regras, equipamentos, suporte técnico etc.);
 - estabelecer fluxo adequado de informações; e
 - examinar as prestações de contas.

A pesquisa abrangeu a totalidade dos pontos de cultura conveniados até fins de dezembro de 2007, conforme cadastro da SPPC/MinC, mas as situações encontradas no processo de aplicação do questionário eram diversas, como ilustra a tabela 2.

TABELA 2

Situação dos pontos de cultura no momento da pesquisa

Situação dos Pontos	Total	%
Atividades concluídas	3	1
Desativado	22	4
Local inexistente	13	2
Não iniciou as atividades	25	5
Não visitado	41	8
Atividades suspensas	36	7
Digitados	386	73
Total	526	100

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Dos 526 pontos listados para a pesquisa (conveniados até dezembro de 2007), apenas 386 (73%) foram considerados. Como se vê na tabela, 7% estavam com suas atividades suspensas, 5% não haviam iniciado atividades, 2% não foram encontrados, 4% estavam desativados, e 1% havia concluído atividades. Destes pontos, 90,7% estavam em zonas urbanas e 30% nas capitais.

No ano de 2007, os pontos de cultura estavam localizados em 203 municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação, totalizando aproximadamente 526 unidades. A figura 2 fornece uma visualização espacial de sua distribuição no território brasileiro.

FIGURA 2

Mapa dos Municípios com pontos de cultura em dezembro de 2007

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

Obs: A ilustração não pôde ser trabalhada graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

4.1 Objetivos e realizações

As informações serão apresentadas com recorte para as regiões e para o Brasil em sua totalidade. Os dados para as Unidades da Federação podem ser consultados no anexo.

As tabelas 3A e 3B mostram as heterogeneidades das motivações dos agentes culturais para o ingresso no programa por região e as tabelas 15A e 15B do anexo as especificam por Unidades da Federação.

Entre as principais motivações para ingresso no programa estão, com variações por estado, a *busca por recursos* (49%), seguida por *ampliação das atividades* (47%).

O *atendimento à demanda* também foi motivação importante para ingresso no programa, indicada por 24% dos pontos; *diversificação e transformação da cultural local* e *necessidade de preservação e valorização da memória local* foram citadas por 21% e 23% dos pontos, respectivamente.

TABELA 3A

Motivação para ingresso no programa

Região	Busca de recursos	Diversificação cultura local	Necessidade de preservar	Estabelecer vínculo	Necessidade de receber capacitação	Ampliação atividades	Atendimento à demanda	Outros
Norte	11	5	5	0	0	15	6	10
Nordeste	73	46	52	13	27	70	43	23
Sudeste	65	14	16	15	11	64	31	75
Sul	21	13	12	7	1	24	8	13
Centro-Oeste	19	3	5	3	0	7	4	15
Total	189	81	90	38	39	180	92	136

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 3B

Motivação para ingresso no programa

(Em %)

Região	Busca de recursos	Diversificação cultura local	Necessidade de preservar	Estabelecer vínculo	Necessidade de receber capacitação	Ampliação atividades	Atendimento à demanda	Outros
Norte	46	21	21	0	0	63	25	42
Nordeste	54	34	39	10	20	52	32	17
Sudeste	42	9	10	10	7	41	20	48
Sul	47	29	27	16	2	53	18	29
Centro-Oeste	70	11	19	11	0	26	15	56
Total	49	21	23	10	10	47	24	35

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

É interessante observar que a motivação para entrada no programa teve nas articulações (*estabelecer vínculos*) apenas 10% das justificativas, o mesmo percentual de respostas apresentado para a capacitação.

Portanto, se o dinamismo das parcerias, articulações e capacitação é apresentado enquanto preocupação, elas já resultam de processos de desenvolvimento do programa e, provavelmente, implicam ampliação das necessidades sentidas e observadas pelos coordenadores dos pontos, não decorrendo da motivação inicial para a adesão.

4.2 Elaboração do projeto

Na elaboração do projeto de trabalho, os coordenadores apontaram que a maior participação vinha da coordenação isolada, ou da coordenação ampliada pela própria equipe do ponto. Foi rara a participação da própria comunidade e de outros agrupamentos.

Da mesma forma, quando perguntados sobre quem efetivamente redigiu o projeto, os entrevistados afirmaram que foram os coordenadores, seguidos pelos coordenadores mais a equipe, ONGs, representantes de órgãos públicos e consultores autônomos, nesta ordem de importância.

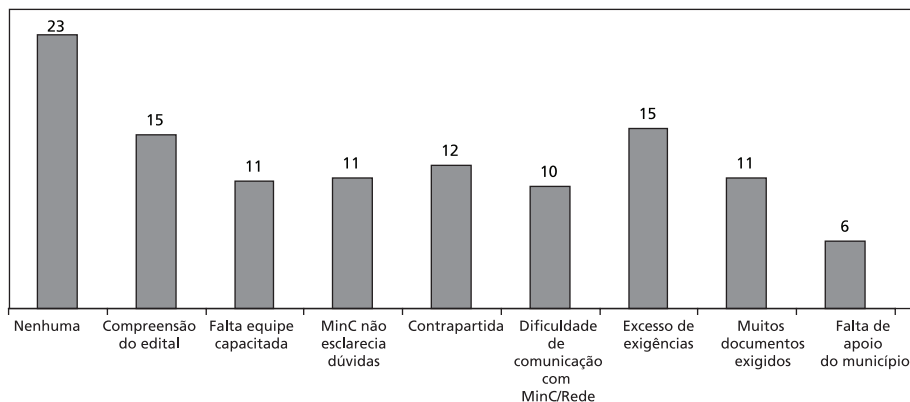
Sobre as dificuldades encontradas na elaboração dos projetos, a resposta mais frequente foi que não houve dificuldade nenhuma (90 respostas, equivalentes a 23%), conforme apresentado no gráfico 3.

O gráfico 3 apresenta as dificuldades enfrentadas pelos pontos (de forma agregada) para elaboração do projeto e as tabelas 16A e 16B do anexo apresentam as mesmas informações por região e estado, respectivamente.

GRÁFICO 3

Dificuldades na elaboração do projeto

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Entre aqueles que encontraram dificuldades, sobressaíram alguns problemas: excesso de exigências (15%), dificuldades de compreensão do edital (15%), requisição de muitos documentos (11%), contrapartidas (12%), dificuldades de esclarecimentos de dúvidas com o MinC (10%), falta de equipe capacitada (11%), dificuldades de comunicação com o MinC/rede (10%) e, por último, sem que a isto tenha sido atribuída muita importância, falta de apoio dos municípios (6%).

4.3 Atividades realizadas pelo ponto

O gráfico 1 apresentou as atividades realizadas pelos pontos de cultura. Nesta subseção, a questão é saber se os pontos realizam ações propostas pelo Ministério da Cultura. Viu-se, no modelo lógico, que o programa é composto por inúmeras ações; agora pode-se indagar o grau de adesão dos pontos a elas.

Para a pergunta relativa a se os pontos adotavam ou interagiam com as ações propostas pelo SPPC/MinC, obtiveram-se as respostas apresentadas na tabela 4.

TABELA 4

Grau de adoção das ações propostas pelo MinC

(Em %)

Ações	Sim	Não	N/A
Pontões de Cultura	60	32	8
Escola Viva	40	47	13
Agente Cultura Viva	41	49	10
Griô	37	55	8
Cultura digital	61	33	6
Rede	68	26	6
Teia	91	7	2
Sistema Nacional de Cultura	46	38	16
Plano Nacional de Cultura	55	35	10

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Como se vê, 60% interagiram com pontões e 46% com o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e 55% com atividades relacionadas à elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC). Por sua vez, 68% interagiram com a rede.

Em relação às ações, 40% interagiram ou adotaram ações relacionadas à Escola Viva, 41% com a ação Agente Cultura Viva, 37% com a ação Griôs, e 61% disseram ter aderido à ação Cultura Digital. A ação Teia foi a que obteve maior adesão, 91%.

No caso da ação Cultura Digital, 53,1% dos pontos respondentes receberam ou compraram o *kit*; 37,3% adotaram ferramentas livres; 35,5% utilizaram conhecimentos técnicos; 29,5% adotaram conceitos da ação Cultura Digital; 17,4% participaram da rede; e 10,1% criaram rede..

Nas visitas, a ação foi reportada frequentemente como muito importante, mas também foram apontados muitos problemas, entre eles as dificuldades de acompanhamento, assistência técnica inadequada, e outras inerentes ao uso de ferramentas livres. Entre estas, evidenciou-se a inadequação de algumas para uso no campo artístico, em especial no campo audiovisual. Um dos pesquisadores, muito envolvido com a produção audiovisual, afirmou, a partir da visita aos pontos de cultura, que:

(...) a impressão foi de que a obrigatoriedade do uso do *Linux* representou, para muitas instituições, mais um fator de dificuldade do que de facilidade. A falta de intimidade com o sistema operacional, somada à falta de suporte efetivo por parte do MinC, levou algumas delas a optarem por usar o *Windows*. Isso ocorreu, frequentemente, nos pontos de cultura dedicados à atividade do audiovisual, pois o *Linux* não dispõe das ferramentas de edição necessárias, além da percepção de que os beneficiários dos cursos não encontrarão no mercado de trabalho quem utilize o *software* livre, o que justificou a opção pelo *Windows*.

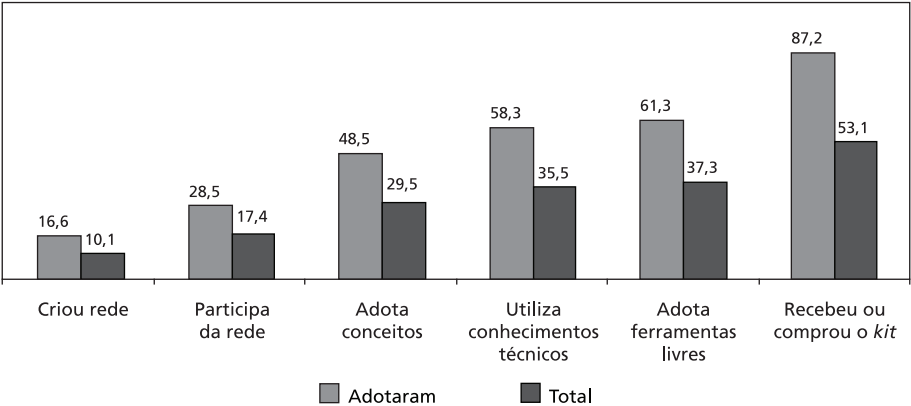
Enfatize-se que em alguns estados os pontões ou outros pontos foram indicados como capazes de fazer uso e realizar capacitação adequada nos termos da ação Cultura Digital. Contudo, este processo foi seletivo e insuficiente, pois outros pontos destes mesmos estados criticaram os processos e a abrangência da capacitação.

Entre aqueles que adotaram a ação Cultura Digital, 87,2% receberam ou compraram o *kit* multimídia, 61,3% adotaram ferramentas livres, 58,3% utilizam conhecimentos técnicos específicos, 48,5% adotam conceitos adequados, 27,5% participam da rede e 16,6% criou rede.

O percentual de adesão ao conceito de cultura digital é menor para os pontos que não adotaram a ação, fato que mostra, por um lado, a dificuldade geral de entendimento do conceito e, por outro, o desinteresse pelo tipo de atividade proposta. De fato, muitos são os pontos que desenvolvem atividades sem relação ou sintonia com a proposta da Cultura Digital.

Entre aqueles que aderiram a essa ação, há considerável efetividade em termos de implementação dos seus componentes. Ressalte-se, entretanto, a complexidade do conceito, que não se reduz ao de *inclusão digital* e tampouco ao de *acesso*. A ideia de *cultura digital* envolve a autonomização das capacidades de lidar com equipamentos multimídia e com as linguagens por eles disponibilizadas. Por esta razão, os processos de formação são complexos e implicam desde o contato com equipamentos, passando pelo aprendizado de linguagens artísticas e pela metarreciclagem, até a disseminação dos resultados destas interações criativas.

GRÁFICO 4
Adesão à ação Cultura Digital
(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

A tabela 5A apresenta algumas das dificuldades da ação Cultura Digital em seu conjunto, por região. Neste caso, considerou-se a totalidade dos pontos e não apenas aqueles que aderiram à ação.

TABELA 5A
Adesão à ação Cultura Digital
(Em %)

Região	Recebeu ou comprou o <i>kit</i>	Participa da rede	Utiliza conhecimentos técnicos	Adota conceitos	Criou rede	Adota ferramentas livres	Outros
Norte	71	17	29	21	4	38	0
Nordeste	52	11	33	24	5	29	6
Sudeste	54	19	37	35	15	45	3
Sul	38	22	31	24	11	36	2
Centro-Oeste	63	30	52	41	11	41	11
Total	53	17	35	30	10	37	4

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Acrescente-se que as visitas possibilitaram observar que muitos pontos haviam recebido os kits, mas que estes estavam embalados, ainda sem uso, ou que neles não havia a possibilidade de continuação das atividades, dadas certas dificuldades técnicas ou insegurança quanto ao uso de recursos. Em alguns pontos, por exemplo, havia insegurança a respeito da necessidade de devolução dos equipamentos após o fim do prazo de conveniamento ou em decorrência da não aprovação das prestações de contas.

Entre os problemas mais recorrentemente apontados com referência à ação, verificam-se (tabelas 5B e 5C):

- a. insuficiência de suporte técnico (33%);
- b. ausência de base técnica (25%);
- c. obrigatoriedade de utilização de *software* livre (18%) sem previsão de capacitação e adequação ao uso nas artes; e
- d. falta de equipamento (20%).

TABELA 5B

Dificuldades da ação Cultura Digital

Região	Falta de Equipamento	Insuficiência de suporte técnico	Ausência de base técnica	Dificuldade de interação com equipe do Cultura Digital	Obrigatoriedade do uso de <i>software</i> livre	Desorganização, falta de planejamento ou de comunicação	Outros
Norte	8	13	10	5	3	2	6
Nordeste	40	65	40	32	29	11	31
Sudeste	21	33	34	18	29	11	44
Sul	2	8	5	4	3	3	5
Centro-Oeste	5	8	9	0	5	0	10
Total	76	127	98	59	69	27	96

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 5C

Dificuldades da ação Cultura Digital

(Em %)

Região	Falta de Equipamento	Insuficiência de suporte técnico	Ausência de base técnica	Dificuldade de interação com equipe do Cultura Digital	Obrigatoriedade do uso de <i>software</i> livre	Desorganização, falta de planejamento ou de comunicação	Outros
Norte	33	54	42	21	13	8	25
Nordeste	30	48	30	24	21	8	23
Sudeste	14	21	22	12	19	7	28
Sul	4	18	11	9	7	7	11
Centro Oeste	19	30	33	-	19	-	37
Total	20	33	25	15	18	7	25

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Esses são problemas recorrentes, relacionados à falta de preparação das ações. Também aconteceu certo descuido com o planejamento e com a delimitação de estratégias e operações que traduzissem conceitos em mecanismos de ação e co-gestão da ação pelo Estado e pelas comunidades.

Deve-se dizer que o conceito de inclusão digital é complexo e sua operacionalidade difícil, pois envolve a criação de ampla rede de articulações, uso de ferramentas e *software* livre etc.

4.4 Público que participa das ações dos pontos de cultura

A tabela 6A apresenta o público que participa diretamente (com frequência regular) ou indiretamente (que vê espetáculos, exposições, passa esporadicamente pelo ponto etc.) das ações dos pontos de cultura, e o quantitativo de pessoas da própria comunidade que se envolvem.

TABELA 6A

Pessoas que participam das atividades dos pontos

(total por região)

Região	Pessoas com frequência regular nas atividades do Ponto	Quantas são da comunidade	Pessoas com frequência esporádica nas atividades do Ponto
Norte	7.150	6.770	44.720
Nordeste	29.814	21.106	148.360
Sudeste	62.072	43.028	787.571
Sul	18.506	8.261	115.320
Centro-Oeste	6.947	6.668	68.190
Total	124.489	85.833	1.164.161

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Quase 124 mil pessoas se envolveram diretamente com as atividades dos pontos, sendo bastante grande o número de indivíduos da própria comunidade – quase 70% do total (86 mil pessoas).

O número de participantes indiretos é próximo a 1,2 milhão, segundo informaram, nas entrevistas, os gestores dos pontos de cultura. A tabela 6B mostra a média de pessoas envolvidas direta ou indiretamente, por região e estado.

A frequência regular é de 277 pessoas para o conjunto dos pontos. A frequência média é de 430 no Sul, 411 no Sudeste e 298 na região Norte.

Também é importante notar que, entre aqueles que frequentam os pontos, a maior parte (76%) é da própria comunidade.

A média de frequência esporádica é de 2.636 pessoas. Também aqui há grande variação da média por região e Unidade da Federação. Ademais, há variações decorrentes das características e da natureza dos pontos.

TABELA 6B

Pessoas que participam das atividades dos pontos

(Média por Unidade da Federação e Grandes Regiões)

Estado	Pessoas com frequência regular nas atividades do Ponto	Quantas são da comunidade	Pessoas com frequência esporádica nas atividades do Ponto
Norte	298	282	2.354
Rondônia	640	640	2.175
Acre	148	133	1.100
Amazonas	170	170	-
Roraima	140	140	440
Pará	385	370	3.505
Amapá	100	100	-
Tocantins	285	200	900
Nordeste	226	166	1.279
Maranhão	90	85	675
Piauí	207	128	719
Ceará	344	173	976
Rio Grande do Norte	126	104	1.215
Paraíba	144	126	788
Pernambuco	141	104	1.038
Alagoas	190	171	1.681
Sergipe	638	355	8.000
Bahia	242	227	1.456
Sudeste	411	297	5.791
Minas Gerais	337	220	2.153
Espírito Santo	126	123	4.642
Rio de Janeiro	387	351	5.992
São Paulo	495	314	7.844
Sul	430	201	2.957
Paraná	141	132	708
Santa Catarina	564	177	4.504
Rio Grande do Sul	488	258	3.127
Centro-Oeste	257	247	2.965
Mato Grosso do Sul	115	108	1.082
Mato Grosso	122	88	3.600
Goiás	352	352	5.750
Distrito Federal	354	346	1.829
Total	277	211	2.636

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Quanto ao público-alvo, definido no ML como foco do programa, e que corresponde em grande parte aos participantes das atividades do ponto, tem-se a seguinte definição:

***Público-alvo:** Populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural. Adolescentes e jovens expostos a situação de vulnerabilidade social.*

O quadro 5 resume as três primeiras opções assinaladas pelos coordenadores de ponto como público preferencial do programa.

QUADRO 5

Público-alvo do programa

Região	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Norte	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Estudantes da rede pública
Nordeste	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Estudantes da rede pública
Centro-Oeste	Adolescentes e jovens adultos	Criança	Criança
Sudeste	Adolescentes e jovens adultos	Adolescentes e jovens adultos	Criança
Sul	Estudantes da rede pública	Adolescentes e jovens adultos	Criança

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Pode-se dizer que há coerência entre o que foi definido formalmente no desenho do programa e o público que se relaciona efetivamente com os pontos: i) adolescentes e jovens adultos; e ii) estudantes da rede pública.

A primeira opção varia um pouco entre as regiões. Os coordenadores do Centro-Oeste e do Sul apontaram estudantes da rede pública em primeiro lugar, diferentemente do Norte, Nordeste e Sudeste, que apontaram os jovens como principal público-alvo.

4.5 Pessoas que atuam nos pontos de cultura – equipe

Os pontos de cultura têm, em média, dez pessoas que trabalham de forma mais continuada e permanente.

A tabela 7 mostra que 4.081 pessoas participaram das atividades dos 386 pontos analisados, das quais 2.768 da própria comunidade, ou seja, 67% – entre estas, 40% são voluntárias e 60% remuneradas.

No Norte e no Nordeste o percentual de pessoas das comunidades que trabalham no ponto e são remuneradas sobe para 60% e 53% respectivamente, revelando uma face pouco explorada e que deverá ter aprofundamento: a capacidade de geração de renda pela própria atividade desenvolvida nos pontos de cultura, mediante remuneração da atividade realizada ou comercialização dos produtos e produções culturais.

TABELA 7

Pessoas que trabalham nos pontos de cultura

Região	Total	São da comunidade	% Comunidade	Remunerados (comunidade)	%	Voluntários (comunidade)	%
Norte	213	172	81	68	40	104	60
Nordeste	1.395	952	68	445	47	507	53
Sudeste	1.805	1.140	63	806	71	334	29
Sul	310	249	80	140	56	109	44
Centro-Oeste	358	255	71	188	74	67	26
Total	4.081	2.768	68	1.647	60	1.121	40

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Também é importante dizer que 98% do público participante foi apontado pelo gestor como situado em condição de vulnerabilidade social.

Foi relatado de maneira recorrente nas entrevistas para aplicação do questionário que os jovens envolvidos nas atividades receberam capacitação e/ou recursos que passaram a compor de forma relevante a renda familiar.

Entretanto, deve-se apontar que um dos problemas inesperados decorrentes dos atrasos nos repasses foi a geração de importante foco de conflito com as famílias daqueles jovens, e delas com os coordenadores dos pontos, uma vez que as bolsas passaram a ser componente da renda familiar.

4.6 Formas de inserção no programa

Até 2007, a forma de inserção mais usualmente utilizada para estabelecer o relacionamento entre os pontos de cultura e as políticas públicas era o convênio direto com Ministério da Cultura.

Desde o período inicial, foram se tornando realidade diversas modalidades de inserção e articulação das associações culturais com o poder público, algumas delas até mesmo preconizadas posteriormente como estratégias de ampliação do programa em função das dificuldades operacionais encontradas nos mecanismos de repasse, de acompanhamento, e no processo de prestação de contas até então centralizado pelo governo federal.

Em 2007, 90% dos pontos eram conveniados diretamente com o MinC. No momento da pesquisa já existiam outras formas de inserção, com 5% conveniados com redes municipais, e apenas 1% com estados.

Os pontões – pontos encarregados da articulação entre um conjunto de outros pontos – se constituíam em 4% do universo, e não foram objeto de atenção especial da pesquisa enquanto realizadores de atividades específicas.

A tabela 8 apresenta essas formas de inserção dos pontos por região. A inserção via rede estadual ocorreu inicialmente no Acre e no Piauí. O conveniamento com redes municipais também foi encontrado neste primeiro momento, quando tal modalidade começou a ser experimentada, embora ainda não como estratégia geral, em vários estados (conforme tabelas 1A e 1B do anexo).

TABELA 8
Forma de inserção dos pontos no programa, por região
(Em %)

Região	Ponto diretamente conveniado com MinC	Pontão diretamente conveniado com MinC	Ponto conveniado com rede municipal	Ponto conveniado com rede estadual
Norte	83	4	8	4
Nordeste	91	4	4	1
Sudeste	88	5	7	0
Sul	96	2	2	0
Centro-Oeste	85	7	7	0
Total	90	4	5	1

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Vale destacar que o conveniamento e as políticas relativas aos pontos de cultura visam dinamizar produções locais, fazendo-as circular e articulando agentes culturais ao mesmo tempo. Os pontões articulam os pontos de forma horizontal e as redes articulam-nos de forma vertical, isto é, por meio das instituições públicas.

Entretanto, na filosofia do programa há duas vertentes complementares. Uma reconhece e potencializa dinamismos associativistas já existentes, e outra cria condições e estímulos para que a dispersão de atividades ganhe certo contorno em unidades institucionais reconhecidas pelo poder público.

4.7 Dinamismo associativista

Ressalte-se que a vertente de dinamização e apoio aos grupos e atividades preexistentes é bastante forte no programa, como se pode detectar da tabela 9 e do gráfico 5.

Com relação à valorização e aos incentivos ao desenvolvimento de circuitos culturais comunitários, a tabela 9 indica uma multiplicidade de circuitos com presença de agentes culturais de diferentes tipos.

Outro dado ilustrado pela tabela 9 é que apenas 17% dos agentes culturais começaram a realizar atividades depois da criação e adesão ao programa, ou seja, o programa potencializa as ações, mas a dinâmica dos circuitos comunitários é relativamente independente dele.

TABELA 9

Distribuição de atividades realizadas antes da criação do ponto, por região

(Em %)

Região	Não eram realizadas	Associações	Comunidade	Grupos artísticos	Pessoas	Empresas	Empresas
Norte	8	58	4	8	4	-	8
Nordeste	16	59	5	16	2	-	2
Sudeste	21	54	10	11	5	1	1
Sul	18	51	11	22	-	-	9
Centro-Oeste	11	41	4	-	7	-	4
Total	17	55	8	14	5	0	3

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Conforme se depreende da leitura da tabela 9, as associações civis formam a maioria dos agentes culturais que se relacionam com o programa (55% no Brasil, com maior participação no Norte, com 58%, no Nordeste, onde chega a 59%, e no Sudeste, com 54%).

Pode-se afirmar que as associações presentes na forma de agentes culturais incentivados dificilmente teriam condições de acessar outras modalidades de recursos públicos, dadas as características dos mecanismos de financiamento cultural. Então, é certo que o programa oferece elementos de valorização da diversidade e incentivo aos circuitos culturais locais e regionais.

Vale ressaltar a presença, no programa, de grupos artísticos/pessoas (19%).

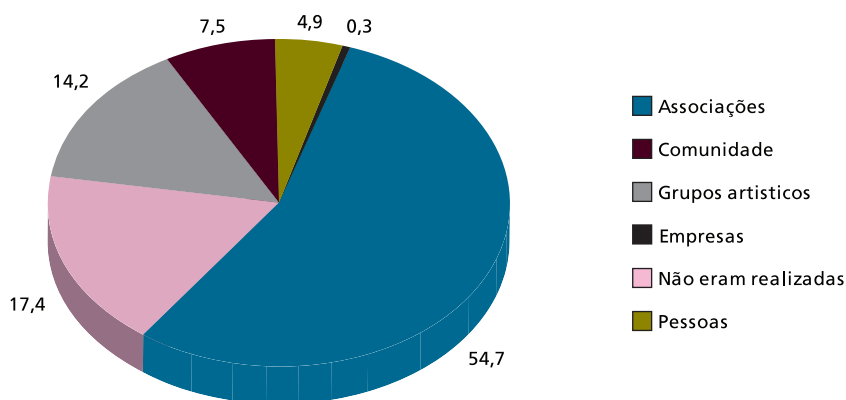
Ademais, a pesquisa mostrou que, além da legitimidade evidente da criação de novas instituições culturais (antes do programa, 17% não realizavam atividades culturais), o programa capturou e estimulou parte dos dinamismos associativistas e comunitários, por meio de sua dinamização.

Dos pontos de cultura, 55% foram precedidos por associações, 14% por grupos artísticos, 8% por atividades comunitárias e 5% por pessoas. Os órgãos públicos não estão apresentados no gráfico, mas as visitas de campo mostraram que eles significam apoio e presença importantes no desenvolvimento das atividades de muitos pontos de cultura. É também importante frisar a presença de órgãos públicos na dinâmica de produção de ações do programa (2,8%).

GRÁFICO 5

Anterioridade dos grupos e atividades em relação ao programa e formas de instituição predominantes

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

As mesmas informações (se antes existiam as atividades realizadas pelos pontos, e quais tipos de agrupamentos sociais as realizavam) podem ser analisadas a partir das regiões e estados, o que permite propor interpretações sobre os dinamis-mos dos circuitos culturais em diferentes escalas e sobre o potencial do programa em estimular e apoiar atividades culturais.

Em muitos estados, o programa estimulou as iniciativas e o início de ati-vidades. Partindo dos estados com maior número de pontos criados a partir do programas, tem-se São Paulo com 15 pontos (23%), que não realizava atividades antes do programa, Minas Gerais com oito (21%) e Rio de Janeiro com sete (15%).

Outros estados tiveram no programa o estímulo para a criação de estruturas para a valorização e dinamização das atividades culturais, a exemplo do Amapá, com uma (100%), Piauí, Tocantins e Paraíba com nove iniciativas criadas no total (50%), e Espírito Santo com duas iniciativas criadas, o que corresponde a 40% dos pontos naquele estado.

A tabela 10 também aponta que a forma predominante é a associativista. Apenas um estado tem nas associações um número inferior a 40%. Em 12 estados, a presença da forma *associação* representa mais de 60% da composição dos pontos.

Enfim, essa forma é o principal antecedente para a organização das ativida-des que deram origem aos pontos.

Destaque-se a presença da forma *comunidade* – não inteiramente incompatível com as associações, havendo inclusive, em muitos casos, confusão conceitual: quatro (33%) no Piauí, sete (17%) em Minas Gerais, uma (14%) no Distrito Federal, e quatro (13%) no Rio Grande do Sul.

Em resumo, em 2007, entre os pontos onde foram aplicados os questionários:

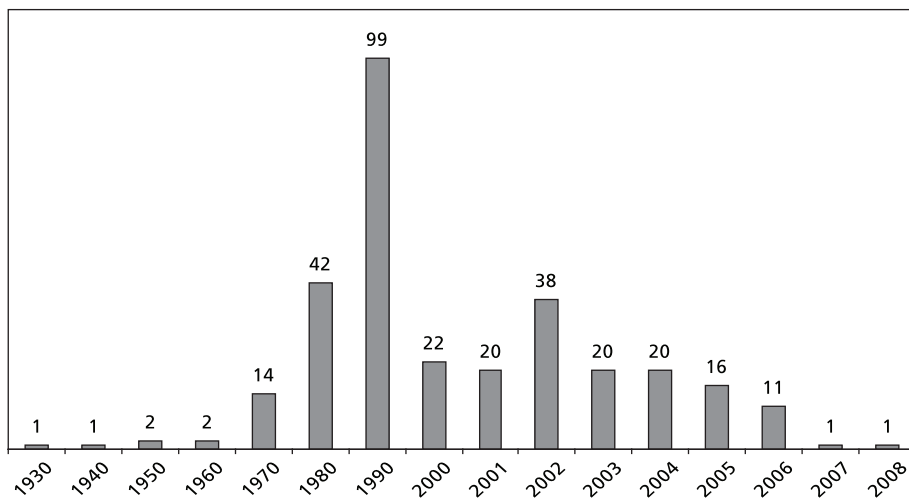
- 211 pontos eram associações;
- 55 pontos foram formados a partir de grupos artísticos;
- 29 formaram-se a partir da comunidade;
- 19 foram formados por pessoas;
- 11, a partir de órgãos públicos; e
- 1 ponto a partir de empresa.

Embora a descrição destaque quantidades, assinala-se que aspectos qualitativos foram aferidos, verificando-se que em praticamente todos os estados aconteceram movimentações de artistas, produtores, associações, grupos, etc., para o aproveitamento das oportunidades oferecidas.

Esta reflexão deve ser complementada com as informações do gráfico 6, no qual se apresenta a antiguidade das iniciativas que precederam os pontos de cultura.

GRÁFICO 6

Período de criação das instituições que assumiram os pontos de cultura



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Pela leitura do gráfico 6, pode-se inferir que 28% das instituições foram criadas entre as décadas de 1930 e 1980, com predomínio desta última (18%). Na década de 1990, foram criadas 35%, e nos anos 2000, 37% das instituições que originaram os pontos.

Entre aquelas que se transformaram em pontos de cultura na última década, a distribuição indica criação de aproximadamente dez instituições por ano.

Também se deve assinalar outra questão relevante na gestão do programa, qual seja, o fato de que em 2007 o número de pontos já era bastante grande, o que em si constituía um desafio para as estruturas organizacionais mínimas do MinC.

No entanto, o número de iniciativas é bastante pequeno em termos de abrangência territorial e populacional, e o percentual do universo de associações e grupos culturais presentes no programa é pequeno. Ou seja, o programa tem um potencial imenso de expansão.

4.8 Escala de atuação dos pontos de cultura

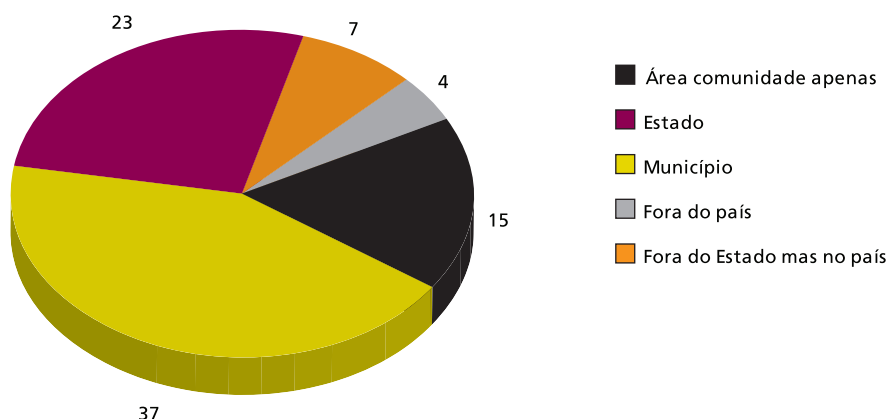
Em relação à escala dos pontos ou ao seu âmbito de atuação, verificaram-se diferentes alcances. Deles, 16 (4%) têm inserção internacional e 16 (4%), nacional. Outros 106 (27%) atuam no âmbito estadual e 160 (41%), no municipal. Interessante observar que 74 – apenas 19% – atuam somente na comunidade em sentido estrito (as tabelas 3A e 3B do anexo apresentam as informações por estado e região).

Portanto, o localismo e a ênfase em política de proximidade, embora sejam aspectos relevantes, devem ser recontextualizados a partir da observação de que as articulações e escalas de atuação dos pontos e, por que não dizer, do programa, são mais extensas, atingindo um âmbito maior que o comunitário.

GRÁFICO 7

Escala de atuação dos pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Essas escalas são significativas e demonstram a coerência com os princípios do programa, pois este visa à circulação irrestrita de informações e experiências, o que é demonstrado pela abrangência na atuação dos pontos.

TABELA 10

Âmbito de atuação dos pontos de cultura

Região	Área comunidade apenas	Município	Estado	Fora do Estado mas no país	Fora do país	Outros
Norte	2	15	4	1	2	0
Nordeste	28	46	47	8	4	2
Sudeste	32	64	36	14	9	0
Sul	4	24	12	4	0	1
Centro-Oeste	8	11	7	0	1	0
Total	74	160	106	27	16	3

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 11

Âmbito de atuação dos pontos de cultura

(Em %)

Região	Área comunidade apenas	Município	Estado	Fora do Estado mas no país	Fora do país	Outros
Norte	8	63	17	4	8	0
Nordeste	21	34	35	6	3	1
Sudeste	21	41	23	9	6	0
Sul	9	53	27	9	0	2
Centro-Oeste	30	41	26	0	4	0
Total	19	41	27	7	4	1

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

O número de pontos com atuação internacional é 16, dos quais nove estão na região Sudeste e quatro no Nordeste. Dos 27 grupos que desenvolvem atividades em escala nacional, 14 estão no Sudeste e cinco no Nordeste. Dos 74 que atuam na área da comunidade, 32 estão no Sudeste e 28 no Nordeste. Dos 160 que trabalham em escala municipal, 64 estão no Sudeste e 46 no Nordeste. Dos 106 com atuação estadual, 47 estão no Nordeste e 36 no Sudeste – ou seja, aqui se constata a única inversão de padrão.

Portanto, detectaram-se escalas variadas em termos de atuação. Também se pode dizer que os circuitos, além desta dimensão, têm outro aspecto, que é sua articulação com grupos e parceiros.

Esse tema será aprofundado adiante, mas é importante constatar que essa segunda dimensão reflete algo sobre a articulação e a delimitação das capacidades

e das características da atuação dos pontos de cultura, assim como afirma sua inserção e legitimidade em círculos sociais mais amplos.

De qualquer forma, deve-se apontar uma tendência para a atuação regional com foco nos municípios (43%) em primeiro lugar, e depois nos estados (28%).

Há diferenças regionais importantes nessa qualificação, a exemplo do que acontece no Centro-Oeste e no Sudeste, onde há maior atuação dos pontos em áreas de comunidades (25,7% e 16,7%, respectivamente).

Outra questão a se destacar é que os agentes se articulam entre si. Entretanto, quando se pergunta pelas três primeiras opções de articulação, surgem com destaque as escolas e instituições de ensino, depois as ONGs e fundações e, por fim, outras associações comunitárias. É interessante constatar uma forte preferência por articulações com órgãos públicos; além do MinC, os agentes culturais recorrem e se articulam com secretarias municipais.

No entanto, quando se somam os vínculos com outras instituições, constata-se que 43% deles são feitos com instituições privadas.

Dessa forma, pode-se dizer que as dinâmicas associativistas comunitárias não estão acontecendo de forma isolada; ao contrário, estão obtendo apoio do estado e de instituições da sociedade civil (empresas, fundações etc.), o que deve ser considerado nas estratégias de ampliação do programa.

4.9 Infraestrutura

Quanto à infraestrutura, esta foi dividida em três partes e referida aos aspectos das instalações, depois aos equipamentos propriamente culturais e, finalmente, a outros equipamentos audiovisuais.

A tabela 12A refere-se às instalações.

TABELA 12A

Infraestrutura dos pontos

Região	Energia elétrica	Água encanada	Telefone fixo	Internet banda larga	Celular	TV a cabo	Internet discada
Norte	100	96	58	54	33	13	8
Nordeste	100	93	74	66	43	14	15
Sudeste	100	97	88	83	72	12	8
Sul	100	100	84	84	87	20	9
Centro-Oeste	100	96	85	93	63	7	7
Total	100	96	81	76	60	13	10

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Destes resultados, tem-se que:

- 96% dos pontos têm água encanada;
- 100% têm energia elétrica;
- 81% têm telefone fixo;
- 76% têm internet banda larga;
- 60% têm pelo menos um telefone celular;
- 13% têm TV a cabo; e
- 10% têm internet discada.

Quanto aos tipos de equipamentos de uso direto para a produção cultural, a tabela 12B expõe um resumo.

TABELA 12B

Infraestrutura dos pontos

(Em %)

Bens e equipamentos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Instrumentos musicais	46	58	66	60	59	61
Equipamentos de som	71	82	84	78	78	81
Mesa de som	54	66	74	71	81	70
Leitor de DVD/VHS	67	74	83	84	67	78
Televisão	46	61	68	67	44	62
Câmeras filmadoras	79	73	79	71	78	76
Projetores de filmes	8	16	14	40	15	17
<i>Desktops</i>	88	94	92	96	89	93
<i>Laptops</i>	42	24	36	36	48	33
Servidores de internet	33	51	41	47	33	44
Retroprojetores/ <i>datashow</i>	67	46	56	64	44	53
Câmeras fotográficas	83	76	79	69	81	77
Equipamentos de iluminação	38	23	35	36	22	30
Equipamentos de circo	8	6	15	11	15	11
Máquina de costura	17	19	27	31	22	24
Quadro negro/branco	42	59	70	73	59	64
Outros	133	98	61	20	89	75

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Merecem destaque os seguintes dados:

- 81% têm equipamentos de som;
- 78% têm leitor de DVD/VHS;
- 76% têm câmera filmadora;
- 70% têm mesa de som;

- 61% têm instrumentos musicais; e
- 17% têm projetores de filmes.

Portanto, verifica-se grande presença de equipamentos audiovisuais para consumo e fruição, especialmente na área de música, e para produção/gravação, conforme relação a seguir:

- 79% têm câmeras fotográficas;
- 67% têm quadro de aula;
- 53% têm retroprojetor;
- 44% têm servidor de internet; e
- 33% têm *laptops*.

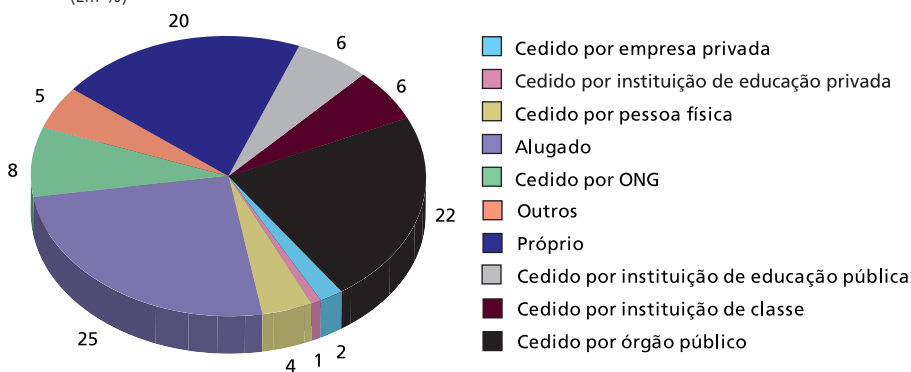
Mais uma vez, chamam atenção as diferenças entre regiões, agora no que concerne à infraestrutura.

Na pesquisa também foi indagado se o imóvel onde funcionava o ponto de cultura era próprio ou, em caso negativo, quais suas condições de ocupação. Para esta resposta, encontrou-se o padrão apresentado no gráfico 8 – e nas tabelas 4A e 4B do anexo.

GRÁFICO 8

Condição dos imóveis onde se situam os pontos de cultura

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

O gráfico 8 mostra que 25% dos imóveis onde os pontos funcionam são alugados, 20% são próprios, 22% cedidos por órgão público, 8% por ONG, 7% por instituição de educação básica, e 7% por instituição de classe. São poucos os pontos que se associam com instituições privadas (empresas ou escolas) para cessão de espaço – apenas 3%. Dos imóveis, 4% são cedidos por pessoas físicas.

Como se vê, a base de apoio das instituições públicas às atividades culturais é ampla; a tabela 13 mostra esta relação por estado.

Para a composição completa, além dos números absolutos da tabela 13, consultem-se as tabelas 4A e 4B do anexo.

TABELA 13

Condição dos imóveis onde se situam os pontos de cultura

(Em %)

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Próprio	8	23	21	9	26	20
Cedido por instituição de educação pública	21	6	6	4	4	6
Cedido por instituição de classe	13	7	2	16	7	6
Cedido por órgão público	13	19	23	36	15	22
Cedido por empresa privada	0	1	3	0	7	2
Cedido por instituição de educação privada	4	1	0	0	4	1
Cedido por pessoa física	8	5	3	2	0	4
Alugado	21	19	30	24	33	25
Cedido por ONG	4	11	8	0	0	8
Outros	4	6	4	4	4	5

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Note-se que a participação dos órgãos públicos também aqui é importante. Não é incomum que os pontos funcionem em secretarias municipais ou estaduais. Amapá, Paraná, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm um grande percentual de pontos que funcionam em imóveis cedidos por órgãos públicos.

No entanto, além dessa articulação com estado e sociedade civil para a criação e a organização das atividades, há outra importante tarefa, que é conhecer as condições de acessibilidade das pessoas aos pontos.

A questão a se enfatizar aqui é que o esforço de inclusão não depende apenas da cultura como política setorial, mas do conjunto de políticas de reorganização do espaço urbano e de reconhecimento de direitos e transversalidades para sua realização na área social.

4.10 A acessibilidade ao ponto

Nesse quesito, 64% dos gestores disseram que não havia nenhum tipo de problema (tabela 5B, anexo). No entanto, entre os que afirmaram existirem problemas, 41% registraram a existência de infraestrutura de transportes insuficiente ou cara (36%). A tabela 14 e as tabelas 5A e 5B do anexo apresentam estes dados por estado.

Registre-se que 31% dos gestores dos pontos indicaram dificuldades de acesso decorrente de violência próxima aos seus espaços de funcionamento. No Amazonas, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará e Paraíba, eles apontaram que um elevado percentual de seus pontos tinha problemas com a violência.

Aqui se registra que a questão relaciona-se com o foco do programa, que, inclusive, em sua abordagem inicial concentrava-se em grupos geralmente localizados em regiões com alta vulnerabilidade social. Seja como for, as dificuldades apontadas devem chamar atenção de outras políticas setoriais para a percepção de que o acesso aos espaços públicos culturais deve ser tratado dentro dos quadros de um desenvolvimento integral da cidadania.

TABELA 14

Dificuldades de acesso aos pontos de cultura

(Em %)

Região	Não há dificuldades	O local do Ponto é violento	Não há transporte suficiente	Os transportes são caros	Outros
Norte	63	44	56	33	22
Nordeste	68	53	47	16	30
Sudeste	58	26	32	49	34
Sul	87	33	83	-	33
Centro-Oeste	44	7	33	47	40
Total	64	34	41	36	33

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

É importante sublinhar o fato de que, nas visitas, foram relatados e observados impactos no contexto social decorrentes da presença do ponto de cultura. Não se pode afirmar que estas transformações sejam sustentáveis e suficientes para resolver problemas de inclusão social e simbólica, mas dois casos exemplares devem ser observados.

1. No primeiro, o ponto foi capaz de reorganizar uma rede de vizinhança, mudando comportamentos relativos ao uso e acondicionamento do lixo, limpeza do entorno do próprio ponto de cultura e restrição de comportamentos “ilegais”. Disto decorreu a valorização dos aluguéis de imóveis e o aumento da acessibilidade. O ponto estava, no período da entrevista, diante do dilema do fim dos repasses. Havia ampliado suas atividades e não podia sustentá-las sem a continuidade de recursos, estando inclusive os equipamentos da ação cultura digital já encaixotados para devolução.

2. O segundo foi a valorização de questões de gênero em situações de restrição e de cultura “machista”. Neste caso, a consequência da criação do ponto foi estabelecer condições de reorientação das atividades de instituições tradicionais para atendimento às necessidades das mulheres, inclusive no que respeita à maternidade. Esta valorização estava, no entanto, comprometida pelo atraso e pelas dificuldades burocráticas que envolviam o uso dos recursos aprovados.

Em ambos os casos, foram sentidos impactos na acessibilidade do ponto, e esta acessibilidade teve desdobramentos no imaginário e nas formas de sociabilidade.

4.11 Oferta de espaços

Interessante constatar que, além de funcionarem como ambientes culturais, os pontos oferecem um grande número de opções em termos de espaços para usos, funções e atividades variadas.

Destaque-se que essa é uma vantagem comparativamente a outras formas organizacionais, cujos equipamentos não estão preparados ou cujos critérios de acesso não os tornam disponíveis à população em geral.

A condição de flexibilidade nos usos atribuídos aos espaços culturais também é uma vantagem desta forma organizacional. Pode-se dizer que há certa eficiência quanto à intensidade do uso dos espaços.

No entanto, os pesquisadores observaram *in loco* que muitos dos espaços e oportunidades criados pelos pontos devem ser relativizados em dois sentidos antagônicos. O primeiro é que a qualidade dos espaços e dos recursos deve ser considerada no quadro das carências das comunidades e dos grupos em foco. Estes espaços não chegam a ser comparáveis – com as exceções que confirmam a regra – com institucionalidades consolidadas e dotadas de maiores recursos. O outro sentido diz respeito ao fato de que os pontos oferecem oportunidades de acesso e de exercício de direitos culturais impensáveis sem a sua presença.

Destaca-se aqui apenas a existência dos principais espaços dos pontos de cultura. As tabelas 15A e 15B (e também as tabelas 6A e 6B do anexo) apresentam as quantidades e os percentuais dos pontos que possuem espaços organizados próprios para certas atividades.

TABELA 15A

Espaços presentes nos pontos de cultura

Espaços físicos nos Pontos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Biblioteca	17	84	106	35	20	262
Discoteca	4	26	38	8	7	83
Briquedoteca	4	12	29	7	6	58
Salas de aula	16	113	134	40	25	328
Salas de exposições	14	84	106	30	18	252
Salas de projeção audiovisual	16	81	121	34	20	272
Ateliês	12	40	83	23	12	170
Laboratório de informática	13	94	113	26	21	267
Laboratório de fotografia	1	15	16	7	2	41
Estúdio de música	5	42	48	14	13	122
Auditório	14	59	92	31	14	210
Teatro/ Arena	6	30	64	21	10	131
Palcos tabladados	5	35	79	22	17	158
Quadra de esportes	7	14	51	12	10	94
Outros	15	78	94	22	17	226

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 15B

(Em %)

Espaços físicos nos Pontos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Biblioteca	71	62	68	78	74	68
Discoteca	17	19	25	18	26	22
Briquedoteca	17	9	19	16	22	15
Salas de aula	67	84	86	89	93	85
Salas de exposições	58	62	68	67	67	65
Salas de projeção audiovisual	67	60	78	76	74	70
Ateliês	50	30	54	51	44	44
Laboratório de informática	54	70	73	58	78	69
Laboratório de fotografia	4	11	10	16	7	11
Estúdio de música	21	31	31	31	48	32
Auditório	58	44	59	69	52	54
Teatro/ Arena	25	22	41	47	37	34
Palcos tabladados	21	26	51	49	63	41
Quadra de esportes	29	10	33	27	37	24
Outros	63	58	61	49	63	59

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Em um quadro de carência da presença do setor público e de equipamentos que estimulem o desenvolvimento da cultura e das práticas a ela relacionadas – tal carência não é apenas responsabilidade estrita das políticas do setor cultural –, fica evidente que a forma organizacional que associa Estado e sociedade civil é flexível e capaz de gerar processos de inclusão cultural e social. Obviamente são necessários muitos ajustes, alguns inclusive propostos pelos próprios pontos de cultura durante a pesquisa.

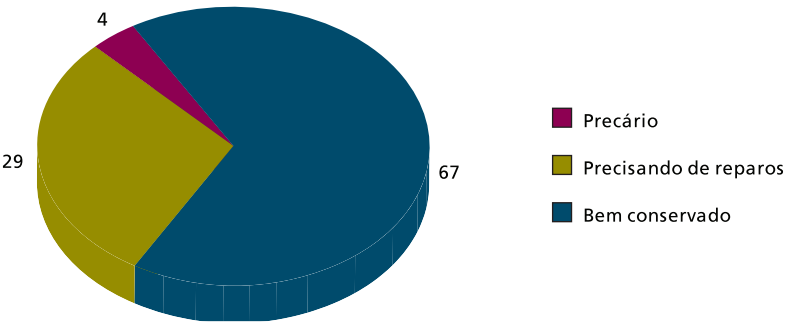
Os espaços mais recorrentemente presentes nos pontos são salas de aula (85%), salas de projeção audiovisual (70%), laboratório de informática (69%), biblioteca (68%), salas de exposição (65%), auditórios (54%), ateliês (44%), palcos tabladados (41%) e teatro/arena (34%). Há ainda 32% dos pontos com estúdio de música, 24% com quadras de esportes, 22% com discoteca, 15% com brinquedoteca e 11% com laboratório de fotografia.

Conforme a tabela 15A, os laboratórios de informática estão presentes em 267 pontos, os auditórios em 210, palcos tabladados em 158 e os teatros/arenas em 131. Observe-se a grande presença de equipamentos audiovisuais e de informática, os quais permitem que os pontos se ofereçam como parte de estratégias de inclusão digital.

4.12 Conservação dos pontos de cultura

Quando perguntado pelo estado de conservação dos espaços dos pontos de cultura, as respostas obtidas foram em geral satisfatórias. O gráfico 9 mostra que, na percepção nos gestores, 67% dos pontos têm os espaços bem conservados, 29% precisam de reparos e 4% estão em estado precário.

GRÁFICO 9
Estado de conservação dos espaços presentes nos pontos de cultura
(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

É bem verdade que há certa dose de subjetividade nessas avaliações, mas ela pôde ser controlada in loco durante as visitas. Em geral, os equipamentos de fato são bem organizados e oferecem condições de uso. No entanto, há que constar que, em muitas visitas, verificaram-se necessidades de reparos ou pequenas reformas onde o gestor percebia plena adequação.

Como não há critérios objetivos bem delimitados e as necessidades culturais por espaços, atividades e inclusão são muito intensas, considerou-se que a percepção dos gestores seria mais do que suficiente para uma avaliação, pois eles convivem e conhecem os níveis de tolerância da própria comunidade e dos grupos envolvidos nas mais diversas situações.

Em caso de continuidade do programa, serão necessárias adequações dos espaços e das ações em inúmeros sentidos, mas, sobretudo, no de ampliar a acessibilidade e dotar os espaços de recursos com nível de qualidade aceitável em termos genéricos, a partir de padrões mínimos discutidos. Não se trata de “burocratizar” o programa, e sim de criar parâmetros que permitam estabelecer dispêndios aceitáveis em termos de investimentos.

TABELA 16
Estado de conservação dos imóveis
(Em %)

Região	Bem conservado	Precisando de reparos	Precário
Norte	83	17	-
Nordeste	62	34	4
Sudeste	68	29	3
Sul	73	21	6
Centro-Oeste	63	33	4
Total	67	29	3

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

A tabela 16 apresenta as informações sobre o estado de conservação dos imóveis por região.

Há 12 estados que ostentam percentual superior à média nacional (29%) no que concerne a pontos situados em imóveis que carecem de reparos ou reformas. No Nordeste e no Centro-Oeste, 33% dos pontos precisam de reparos.

No que se refere à acessibilidade, pode-se afirmar que 95% dos pontos de cultura não são móveis. Há casos de pontos “itinerantes”, a exemplo de barcos, caminhões ou *vans*, mas a maioria realmente é fixa, ainda que as atividades possam se deslocar na forma de oficinas, aulas, espetáculos etc. (tabela 10, anexo).

Cerca de 23% (762) dos espaços dos pontos são ou podem ser utilizados por terceiros, com variações grandes entre estados (tabela 7, anexo). A maior parte dos espaços é do próprio ponto (72%).

São compartilhados 77% dos espaços, ou seja é, este é o percentual de casos em que o mesmo espaço é utilizado para mais de um tipo de atividade (tabela 9, anexo).

Setenta e um por cento dos pontos não estão plenamente preparados para a acessibilidade de portadores de deficiência e devem adequar seus espaços a esta finalidade (tabela 12, anexo).

5 GESTÃO DOS PONTOS

5.1 Equipe

A maioria dos coordenadores ou gestores dos pontos (89%) mora onde se situa o ponto de cultura.

Os coordenadores têm atuado nos pontos por entre dez e 72 meses, em geral. Destes, 51% estão ali há até 35 meses, como se vê na tabela 17, sendo a média de tempo de atuação bastante alta, o que permite o amadurecimento da experiência de gestão e do conhecimento dos trâmites exigidos em um programa federal.

TABELA 17

Tempo do entrevistado como coordenador do ponto

(Em meses)

Tempo como gestor	Frequência	%
até 10	27	7
10 a 15	39	10
15 a 20	22	6
20 a 25	80	21
25 a 35	34	9
35 a 40	78	20
40 a 50	56	15
mais 50	31	8
Sem informação	19	5

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Nas visitas, inclusive, a questão do aprendizado com a experiência de gestão, realização de contabilidade, prestação de contas etc. foram temas importantes. Além disso, deve-se notar que, entre os coordenadores, a escolaridade média e a idade são relativamente altas.

No que se refere ao tempo de dedicação dos coordenadores aos pontos, escolaridade e faixa etária, a pesquisa apresentou os seguintes resultados:

52% dos coordenadores trabalham em tempo integral;

57% têm curso superior, 17% ensino médio e 19% superior incompleto;

apenas 21% dos coordenadores são jovens (entre 19 e 29 anos), e a idade média ultrapassa os 40 anos.

Também é importante lembrar que 74% dos gestores disseram ter capacitação na área da cultura. Neste caso, a dispersão dos tipos de capacitação informada é imensa, tendo sido citados como capacitação desde encontros e seminários até mestrado. A dispersão não é um problema em si, porém é indicador da ausência de uma formação específica.

A questão deve ser aprofundada, mas em princípio chama a atenção para a necessidade de um plano qualificado de capacitação em gestão, tanto para os que disseram ter capacitação cultural quanto para os que não a possuem.

Como se depreende da tabela 18, há necessidade, sim, de processo de capacitação, tanto pelo número daqueles que afirmaram que não a tiveram (26%), quanto em termos das formações específicas.

Essa assertiva corrobora as afirmações obtidas pelos coordenadores, que demandaram formação específica de gestão, contabilidade dos pontos etc.

TABELA 18

Capacitação dos gestores na área da cultura

(Em %)

Região	Sim	Não
Norte	79	21
Nordeste	78	22
Sudeste	70	30
Sul	76	24
Centro-Oeste	78	22
Total	74	26

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Como se vê, há regiões que têm poucos pontos com coordenadores capacitados. São 99 coordenadores sem capacitação, o que significa 26% do total.

Em relação às pessoas que trabalham de forma mais direta no ponto, a tabela 19A mostra que 48,3% (1.972) destas são mulheres.

Além disso, 63% são remunerados (2.574) e 36,9% são voluntários.

Estão diretamente envolvidos nas atividades dos pontos cerca de 4 mil pessoas.

TABELA 19A

Perfil das pessoas que trabalham diretamente nos pontos de cultura

Região	Feminino	Masculino	Remunerado	Voluntário	Total
Norte	89	124	92	121	213
Nordeste	655	740	785	610	1.395
Sudeste	899	906	1.266	539	1.805
Sul	155	155	161	149	310
Centro-Oeste	174	184	270	88	358
Total	1.972	2.109	2.574	1.507	4.081

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Dos que trabalham de forma mais direta, 37,9% têm ensino superior completo e 41,8% têm ensino médio completo, o que facilita processos de capacitação para questões específicas de gestão. Os demais, analfabetos ou em processo de formação, deveriam ser estimulados a se alfabetizarem e completarem a formação.

TABELA 19B

Perfil das pessoas que trabalham diretamente nos pontos de cultura

Região	Feminino	Masculino	Remunerado	Voluntário	Total
Norte	42	58	43	57	100
Nordeste	47	53	56	44	100
Sudeste	50	50	70	30	100
Sul	50	50	52	48	100
Centro-Oeste	49	51	75	25	100
Total	48	52	63	37	100

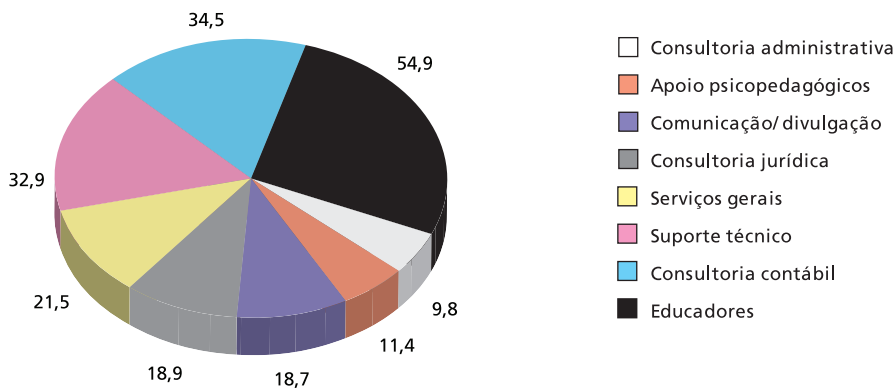
Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Quanto ao uso de serviços de terceiros, o gráfico 10 informa o percentual de pontos que os utilizam. Enfatize-se a surpresa de muitos entrevistados quanto a esta possibilidade. Talvez seja um tipo de informação para o qual caibam esclarecimentos sistemáticos nos pontos, tanto no concernente à sua possibilidade, quanto às suas modalidades e formatos jurídicos.

GRÁFICO 10

Utilização de serviços de terceiros

(Em %)



Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Em 85% dos pontos, há utilização de trabalhos eventuais de terceiros.

Como se depreende da observação do gráfico 10, 55% dos pontos usam serviços externos de educadores, 35% usam serviços de consultoria contábil, 33% de suporte técnico, 22% de serviços gerais, 19% de consultoria jurídica, 19% de comunicação e divulgação e 11% de apoio psicopedagógico.

5.2 Planejamento e participação

O planejamento da atividade e a participação da comunidade formam um dos indicadores mais importantes do desenvolvimento do protagonismo. Mas se o tema é tratado como uma questão de princípio, sendo o protagonismo e a participação componentes do desenho do programa – e talvez os mecanismos mais efetivos para acompanhamento dos usos adequados dos recursos –, deve ser dada a ele a devida atenção, retirando-o do âmbito de uma argumentação diáfana sobre a diversidade, e tratando-o como aspecto da institucionalidade dos pontos de cultura. Neste sentido, observem-se os dados seguintes:

- 95% dos pontos afirmaram elaborar planejamento;
- 94% acompanham as atividades;
- 94% têm mecanismos de acompanhamento das atividades; e
- 93% avaliam as atividades.

Quanto ao planejamento das atividades, os principais agentes são os coordenadores e sua equipe, seguidos das empresas privadas, e somente depois a própria comunidade. Apenas 67 pontos, ou 17,4%, responderam que a comunidade

geralmente participa do planejamento das atividades. Mesmo assim, deve-se chamar atenção para a importância de a instância organizativa comunitária ser preferencialmente composta por pessoas da própria comunidade.

As tabelas 20A e 20B apresentam os mecanismos mais comumente utilizados para o acompanhamento, os quais em geral são também os mesmos de que se lança mão no planejamento.

Mesmo que se considere a inexistência de instrumentos suficientemente formalizados, há que constar que os instrumentos de fato existem, e que o planejamento acontece não pela presença de instrumentos formais, mas por iniciativa dos coletivos, os quais se organizam para estabelecer procedimentos, objetivos etc.

TABELA 20A

Como é feito o acompanhamento das atividades

Região	Reuniões com equipe	Reuniões com público	Relatório de atividades	Ferramentas digitais	Lista de presença	Diários	Outros
Norte	19	7	15	1	9	2	5
Nordeste	103	61	69	20	50	7	14
Sudeste	94	47	62	19	78	7	30
Sul	30	10	19	6	28	3	4
Centro-Oeste	17	5	11	1	9	1	7
Total	263	130	176	47	174	20	60

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 20B

Como é feito o acompanhamento das atividades

(Em %)

Região	Reuniões com equipe	Reuniões com público	Relatório de atividades	Ferramentas digitais	Lista de presença	Diários	Outros
Norte	79	29	63	4	38	8	21
Nordeste	76	45	51	15	37	5	10
Sudeste	61	30	40	12	50	5	19
Sul	67	22	42	13	62	7	9
Centro-Oeste	63	19	41	4	33	4	26
Total	68	34	46	12	45	5	16

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Para confirmar a presença desses mecanismos, pode-se enfatizar, por meio das tabelas 20A e 20B, que:

- 69% dos pontos (263) afirmaram realizar reunião de equipe e 34%, com o público participante;
- 46% (176) afirmaram elaborar relatórios de atividades;
- 45% (174) têm controles de presença; e
- 5% (20) elaboram diários.

De acordo com as tabelas 21A e 21B, os principais problemas de gestão apontados pelos coordenadores são: falta de recursos (50%, ou 193), falta de equipe capacitada (18%, ou 68), excesso de exigências (14%, ou 55), falta de orientação do MinC (15%, ou 57), e o mesmo percentual observado tanto para a falta de apoio das secretarias municipais/estados quanto para o excesso de formulários (5%, ou 21),

Curiosamente, os atrasos dos repasses não foram considerados fatores relevantes do ponto de vista da gestão.

No entanto, uma parte dos problemas de gestão é interna. A exemplo da falta de equipe capacitada, recursos, motivação, e outros óbices importantes referem-se a agentes externos (MinC/governo federal – em relação a excesso de exigências, formulários, falta de orientação, atrasos) e a secretarias.

TABELA 21A

Problemas de gestão segundo os coordenadores de pontos

Região	Falta equipe capacitada	Falta de recursos	Falta de motivação equipe	Falta de apoio secretarias	Excesso de exigências	Excesso de formulários	Falta orientação MinC/Rede	Atraso dos recursos do MinC/Rede
Norte	3	15	-	9	7	4	3	6
Nordeste	31	78	3	36	26	7	31	67
Sudeste	24	63	2	4	12	2	16	35
Sul	7	21	2	6	5	6	3	13
Centro-Oeste	3	16	-	2	5	2	4	3
Total	68	193	7	57	55	21	57	124

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 21B

Problemas de gestão segundo os coordenadores de pontos

(Em %)

Região	Falta equipe capacitada	Falta de recursos	Falta de motivação equipe	Falta de apoio secretarias	Excesso de exigências	Excesso de formulários
Norte	63	21	13	13	38	17
Nordeste	65	26	18	29	43	26
Sudeste	52	8	7	10	21	15
Sul	48	39	11	14	43	43
Centro-Oeste	37	11	4	30	37	7
Total	55	19	11	19	33	22

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

À pergunta sobre que tipos de apoio o MinC poderia oferecer para a gestão, a principal resposta foi a organização de cursos para treinamento da equipe (46%, ou 179 pontos).

O envio da equipe do MinC ao ponto apareceu como segunda solução (23%), significando a necessidade de maior contato e aprofundamento de estratégias de gestão compartilhada.

A demanda por cursos de capacitação apareceu em 46% das respostas. Apontada por 21% dos entrevistados vem a proposta de criação de central de atendimento, seguida pelo envio de equipes do MinC (23%) para ajudar nas dúvidas e na resolução de problemas; o estabelecimento de protocolos ou rotinas que orientem o trabalho foram sugeridos por 15% dos pontos.

Verifica-se também que as proposições variam em ordem de importância conforme se percorrem as regiões, como pode se visualizar na síntese constante da tabela 22.

TABELA 22

Proposições dos coordenadores para resolver problemas de gestão

(Em %)

Região	Cursos para treinar equipe	Regras que auxiliem na rotina de trabalho	Envio de equipe do MinC	Criação de centrais de atendimento	Fóruns de discussão	Outros
Norte	75	8	25	42	4	33
Nordeste	55	16	35	36	24	28
Sudeste	32	12	11	5	6	62
Sul	53	29	29	27	13	33
Centro-Oeste	48	7	15	15	11	52
Total	46	15	23	21	13	44

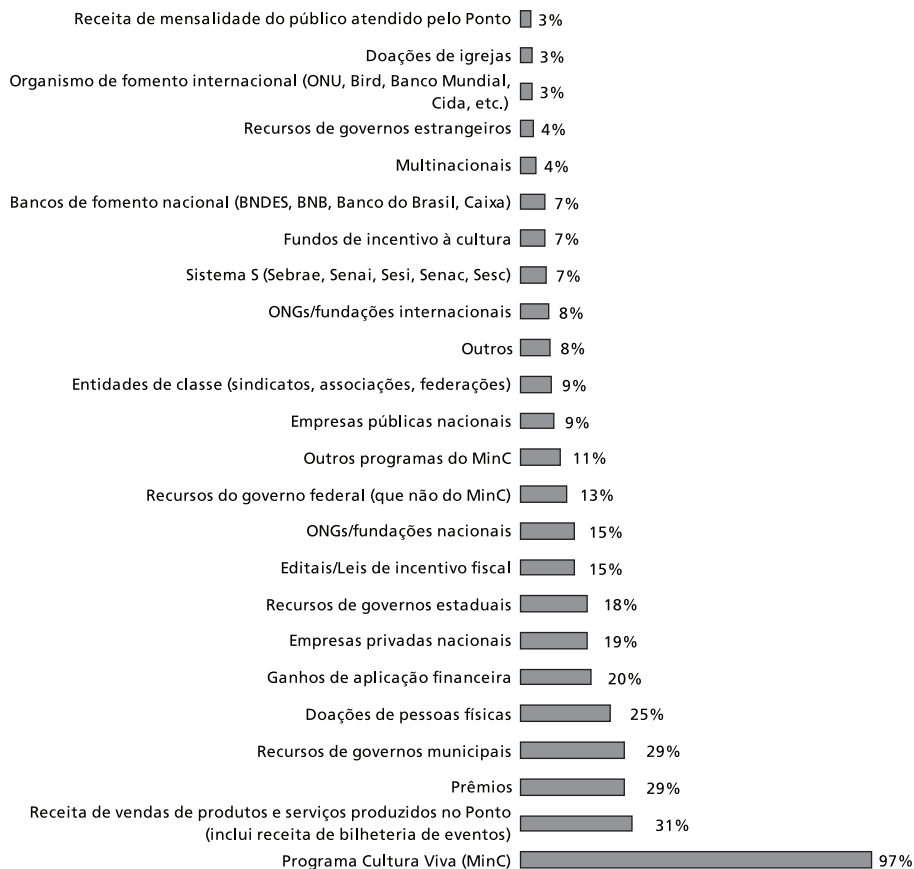
Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

5.3 Origens dos recursos, produção e comercialização

A origem dos recursos permite o exame da composição das fontes financeiras dos pontos e reflete suas possibilidades de adquirir autonomia em relação aos recursos de *fundo perdido*, advindos do ministério. A descrição das origens permite constatar que 97% – percentual muito expressivo, como era de se esperar – obtiveram recursos do programa. Os 2% que não os receberam provavelmente eram pontos recém-conveniados. Praticamente nenhum ponto acessou recursos de financiamento ou crédito de instituições financeiras.

Surpreendentemente, 31% dos pontos anunciaram que tinham receitas provenientes de vendas, e 29% deles haviam obtido recursos a partir de prêmio e/ou recebiam recursos das secretarias municipais, como se vê no gráfico 11.

GRÁFICO 11

Origem dos recursos

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Embora quase um terço dos pontos haja declarado ter receitas oriundas de vendas, quando comparados os montantes destas receitas com outras não provenientes de vendas, nota-se uma baixa proporção das primeiras, que perfaziam cerca de 12,5% do total em 2007.

Dos que declararam obter receitas com vendas, mais da metade (53%) afirmaram que vendiam artesanato, um terço que vendia DVDs, e mais um terço que possuía receitas provenientes de concertos musicais.

O principal local de comercialização, realizada por meio de vendas diretas ao consumidor, é o próprio ponto de cultura. Vale ressaltar, contudo, que 14 deles já vendem para fora do país. Há portanto um grande potencial a ser explorado, a depender, obviamente, das orientações valorativas e das estratégias dos próprios pontos.

Há que se ressaltar uma preocupação de inúmeros entrevistados, qual seja, a impossibilidade de estabelecerem-se relações comerciais em decorrência dos recursos serem advindos de fonte pública. Muitos se mostraram surpreendidos com a possibilidade de comercializarem os produtos, eventos, cursos e resultados da criatividade, coletiva e individual, fomentada nos pontos.

Além dessas dificuldades, apontadas entre aqueles que realizam atividades de comercialização, há problemas de capacitação para a venda e dificuldades operacionais para a distribuição dos produtos em outros pontos de venda.

Com relação às despesas internas, os pontos foram separados em quatro categorias. Cerca de 37% dos pontos não informaram o valor, ou informaram possuir despesa igual a zero em setembro de 2008. Outros 37% informaram ter despesas inferiores a R\$ 5 mil, ou seja, as despesas seriam menores que o repasse se este fosse feito mês a mês pelo MinC e não houvesse atrasos no convênio. Estes podem ser chamados pontos com *baixo nível de despesas*. Os que gastam entre R\$ 5 e R\$ 10 mil, pontos com *médio nível de despesas*, equivalem a 13% total, e os demais (com despesas acima de R\$ 10 mil), a outros 13% (pontos com *alto nível de despesas*).

O gasto mensal com pessoal mais bolsa é aproximadamente 53% para os dois tipos com menos despesas; porém, entre os de *alto nível de despesas* este valor chega a 67% em média. Isto mostra claramente que os pontos são empreendimentos intensivos em mão de obra.

Entre os de *baixo nível de despesas* que pagam aluguel (40 dos 141), o aluguel médio é R\$ 642,00, enquanto os valores são, respectivamente, R\$ 965,00 e R\$ 1.111,00 para os outros dois grupos.

As tabelas 23A e 23B mostram os percentuais de despesas e os valores médios de gastos no mês de setembro de 2008, por categoria de gastos.

TABELA 23A

Distribuição de despesas médias, por categoria de gasto

(Em %)

Despesas setembro 2008	Zero	Até cinco mil	Cinco a dez mil	Mais do que dez mil
Pagamento de pessoal	-	50	52	59
Aluguel do imóvel	-	9	7	2
Energia/Água/Gás	-	6	4	3
Telefone / Internet	-	5	3	2
Verba para divulgação	-	6	4	5
Transporte e combustível	-	6	5	4
Manutenção de máquinas	-	2	6	5
Material de escritório	-	4	3	2
Reparos na estrutura física	-	3	5	4
Alimentação	-	4	7	4
Bolsa ou auxílio para público	-	2	2	8
Viagens	-	2	2	3
Total	143	141	51	49

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 23B

Distribuição de despesas, por categoria de gasto

(Em R\$)

Despesas setembro2008	Zero	Até cinco mil	Cinco a dez mil	Mais do que dez mil
Pagamento de pessoal	-	1.004	3571	12.270
Aluguel do imóvel	-	182	453	317
Energia/Água/Gás	-	114	280	642
Telefone / Internet	-	101	224	511
Verba para divulgação	-	118	271	980
Transporte e combustível	-	110	369	811
Manutenção de máquinas	-	47	443	1.063
Material de escritório	-	83	210	436
Reparos na estrutura física	-	69	338	740
Alimentação	-	75	451	780
Bolsa ou auxílio para público	-	45	120	1.571
Viagens	-	44	166	576
Total	-	1.991	6.895	20.697

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Quando cruzadas as categorias de despesas com a declaração das fontes de financiamento (tabela 24), observa-se que menos da metade dos pontos com *alto nível de recursos* tinha, em 2007, o programa Cultura Viva como principal fonte de recursos. Nada menos que 16,3% deles declararam ter como principal fonte as empresas privadas nacionais. Em contraste, aqueles pontos considerados com *baixo nível de despesas* dependem, na sua maioria absoluta (90,6%), dos recursos do programa Cultura Viva para seu financiamento. É curioso constatar que os que declararam despesas zero em setembro de 2008 reportaram ter como fonte de receita o MinC, mas também outras fontes.

TABELA 24

Distribuição de recursos recebidos, por fonte de recursos

(Em %)

Recursos recebidos	Zero	Até cinco mil	Cinco a dez mil	Mais do que dez mil
Programa Cultura Viva	74	91	65	49
Editais/Lei de incentivo fiscal	3	1	2	4
Governo Federal (que não MinC)	2	1	4	4
Governos Municipais	6	2	8	8
Empresa privadas nacionais	2	-	6	16
Empresas públicas nacionais	2	-	2	6
Vendas os serviços do ponto	1	2	4	4
Outras fontes	10	4	10	8
Número de Pontos	140	139	51	49

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

Uma das questões mais sensíveis para o funcionamento dos pontos, principalmente dos mais vulneráveis financeiramente, é o fluxo de dinheiro proveniente do MinC – a principal fonte de financiamento destes empreendimentos, como mostra a tabela 24.

Uma forma de saber como esse fluxo está sendo operacionalizado entre os pontos e o MinC é apresentada na tabela 25. As colunas exibem os anos nos quais o convênio foi firmado entre o ponto e MinC, e as linhas, o número de parcelas recebidas até a data da pesquisa.

De acordo com o primeiro edital, os 45 pontos conveniados em 2004 deveriam ter recebido as cinco parcelas do convênio até o final de 2006, caso não houvesse atraso algum. Destes, apenas 19 (40%) tinham recebido as cinco parcelas previstas no convênio. Os outros 60% estavam enfrentando atraso de pelo menos dois anos: 20 com atraso de uma parcela, três com duas, e outros três com três parcelas atrasadas.

Dos 195 conveniados em 2005, que também já deveriam ter recebido as cinco parcelas, apenas 19 (10%) tinham conseguido recebê-las. Outros 65 haviam recebido apenas duas parcelas, apesar de estarem conveniados havia mais de três anos. Vale lembrar que o edital prevê que o recebimento da terceira parcela é condicionado à prestação de contas das duas primeiras.

Quanto aos conveniados em 2006, estes receberiam as cinco parcelas até dezembro de 2008. Contudo, também estavam com forte atraso, pois apenas 11 tinham recebido pelo menos quatro parcelas, embora a quinta ainda possa ser recebida a tempo. Do total de 84, 49 (58%) não haviam conseguido receber a terceira parcela.

TABELA 25

Número de parcelas recebidas até a data da entrevista

Parcelas recebidas	2004	2005	2006	2007	Total
Nenhuma parcela	-	-	2	-	2
Uma parcela	-	4	17	7	28
Dois parcelas	3	65	30	8	106
Três parcelas	3	54	21	-	78
Quatro parcelas	20	51	8	-	79
Cinco parcelas	19	19	3	-	41
Não responderam	-	2	3	-	5
Número de Pontos	45	195	84	15	339

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

5.4 Articulações

No decorrer da execução e implementação das ações, surgiram inúmeras dificuldades referentes ao repasse de recursos, atrasos de pagamentos e opacidade das orientações referentes às regras de dispêndios.

As maiores dificuldades apontadas pelos gestores de pontos foram os atrasos de repasses e a ausência de recursos humanos e materiais. Também foram incluídas as dificuldades de comunicação com o Ministério da Cultura, as quais geraram problemas para o esclarecimento das regras e critérios de aplicação dos recursos.

Outra questão foi a distância do MinC em relação a necessidades concretas de capacitação, esclarecimento de dúvidas, indefinição de procedimentos e critérios etc.

Em tais casos, nos quais os problemas de coordenação e articulação se acumulam, as estratégias mais comumente utilizadas para contornar as dificuldades são as articulações com outros agentes, o que pode minimizar os problemas.

Como já se observou, a origem dos recursos em parte implicou parcerias com outros agentes além do MinC (governos municipais, pessoas físicas, empresas, igrejas etc.). O uso de imóveis também requereu articulações com secretarias de educação, de cultura, outros órgão públicos e até mesmo ONGs e empresas, embora esta opção seja mais rara.

Também se deve considerar que 85% dos coordenadores afirmaram realizar articulações com outros pontos de cultura.

As respostas mais frequentes para esclarecer o que motivou as articulações com outros pontos foram:

- a) compartilhamento de dúvidas e experiências;
- b) realização de atividades em conjunto;
- c) intercâmbios de pessoal;
- d) divulgação de trabalhos;
- e) elaboração de projetos em comum; e, por último,
- f) captação de recursos.

TABELA 26A

Objetivos das articulações

Região	Realizar atividades em conjunto	Compartilhar dúvidas/experiências	Intercâmbio de pessoal	Captar recursos	Divulgar trabalho	Capacitar pessoal	Elaborar projetos em conjunto
Norte	14	17	3	1	7	3	4
Nordeste	75	93	38	4	43	19	15
Sudeste	51	59	28	-	14	14	10
Sul	15	26	9	2	11	5	8
Centro-Oeste	6	12	7	-	2	3	-
Total	161	207	85	7	77	44	37

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

TABELA 26B

Objetivos das articulações

(Em %)

Região	Realizar atividades em conjunto	Compartilhar dúvidas/experiências	Intercâmbio de pessoal	Captar recursos	Divulgar trabalho	Capacitar pessoal	Elaborar projetos em conjunto
Norte	58	71	13	4	29	13	17
Nordeste	56	70	29	3	32	14	11
Sudeste	33	38	18	0	9	9	6
Sul	34	59	20	5	25	11	18
Centro-Oeste	22	44	26	0	7	11	0
Total	42	54	22	2	20	11	10

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

O relacionamento com o MinC nem sempre é o mais importante para o dia a dia dos pontos, mas como é uma das principais fontes de recursos para a maior parte deles, sobressai como nó crítico do funcionamento.

O principal problema nesse relacionamento, apontado por 89% dos coordenadores dos pontos, foi a questão do atraso no repasse de recursos. Em alguns estados, todos os pontos reclamaram de atrasos. Em outros, embora o problema não tenha sido levantado por todos, permaneceu como um dos problemas mais importantes e recorrentemente revelados.

As razões para os atrasos foram atribuídas, na percepção dos coordenadores, às questões que envolviam o MinC, sendo as mais frequentes: a demora para avaliação de documentos, a solicitação de outros documentos, a perda de documentos e as exigências de esclarecimentos pelo MinC e, por fim, problemas do próprio ponto.

Os impactos dos atrasos foram os seguintes: *i)* impossibilidade de iniciar as atividades; *ii)* evasão do público; *iii)* perda de educadores; e, evidentemente, *iv)* dificuldade de realizar pagamentos e produzir eventos.

No universo analisado na pesquisa, a prestação de contas foi indicada como problema, tanto por conta das dificuldades e da pouca clareza de critérios como também porque condicionava o fluxo de recursos. Dos pontos entrevistados, 27 não haviam realizado prestação de contas.

Essa prestação, segundo informaram os coordenadores, é feita em grande parte das vezes pelo próprio coordenador, por um contador, ou por funcionário com formação técnica em contabilidade. Porém, o mais importante é que este processo tem gerado atrasos na liberação de outras parcelas de recursos.

SÍNTESE FINAL

Desde o início desta avaliação, ficou claro para os coordenadores da pesquisa avaliativa que a SPPC/MinC tinha conhecimento prévio relativamente claro dos problemas que a implementação do programa envolvia. A SPPC conhecia as dificuldades das entidades participantes e tinha acuidade em relação aos problemas enfrentados pela sua própria equipe. Parte significativa do que foi aqui apresentado tem sido questão de reflexão e deliberação pela própria secretaria.

O escopo deste trabalho – se nele há algum mérito – foi aglutinar informações com o intuito de oferecer uma visão panorâmica e sistemática, assim como apresentar medidas que quantificassem os processos e características do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Enfim, trata-se de um esforço para sintetizar dados qualitativos e quantitativos em uma visão de conjunto, talvez com uma dose bastante grande de livre-interpretação por parte da equipe de avaliação. Cabe então uma síntese final.

O objeto desta avaliação foram os pontos de cultura e as suas relações com a política pública de cultura sintetizada no programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Os pontos foram considerados espaços para onde convergem ações culturais que organizam processos de democratização e promoção da democracia cultural.

Na primeira parte, discutiram-se as dificuldades da avaliação de políticas culturais. Estas dificuldades são de diversas ordens, aí incluída a de delimitação do objeto destas políticas e da natureza dos processos e objetivos a serem avaliados. Ali se sintetizaram os problemas centrais da instância organizativa estatal (SPPC/MinC), apontados no modelo lógico, no grupo focal e nas visitas para aplicação dos questionários.

Na segunda parte, apresentou-se o desenho interpretativo, ou os marcos teóricos, da avaliação. Mostrou-se que o programa associa as abordagens *legitimistas* e *pluralistas*, ou *democratização cultural* e *democracia cultural*.

Na terceira, foram mostradas as características da instância organizativa da sociedade civil (ou comunitária), a partir das quais se derivaram necessidades: capacitação em gestão, planejamento, instituição de protocolos de acompanhamento de ações, melhoria de recursos infraestruturais etc., como será apresentado ao final destas conclusões.

6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS FINAIS SOBRE A AVALIAÇÃO

Em primeiro lugar, tentou-se responder pelo menos parcialmente a uma questão básica, qual seja, o que é fazer-se política cultural, e como o programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva se relaciona com as especificidades das ações públicas.

Deve-se chamar atenção para o fato de que a avaliação do desempenho de um programa é sempre contaminada por questões que nada têm a ver com a atuação do próprio programa, dadas as dificuldades em separar causas, consequências e o contexto afetivo e simbólico que envolve as ações. Em linguagem mais clara, as *afinidades eletivas* fazem parte da reflexão, embora devam ser controladas metodologicamente. Os efeitos do próprio entusiasmo despertado por ações que inauguram e marcam estilos de ação e atuação também induzem intenções a respeito do que será avaliado. Por exemplo, é difícil separar claramente as dificuldades de planejamento da SPPC/MinC das políticas gerais do Estado, assim como é difícil atribuir a falta de capacidade de planejamento unicamente ao governo federal, uma vez que os atores envolvidos são múltiplos e corresponsáveis pelas ações. Também é difícil criticar a gestão de um programa que precisa de tempo para amadurecer em um contexto geral no qual a crítica soa como falta de apoio às ações avaliadas.

Outro ponto que deve estar claro é que, ao contrário do que dão a entender os relatórios oficiais, há um risco sério nas avaliações, a saber, o contágio por parte das expectativas positivas dos envolvidos ou das expectativas negativas dos mais críticos. Nenhuma avaliação está isenta da contaminação de uma adesão inicial (positiva ou negativa) ou das expectativas que os diversos agentes sociais têm com relação aos potenciais de um programa.

O programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva despertou o entusiasmo de todos aqueles que o conheceram, sobretudo daqueles que realizaram ou realizam suas ações, o que ficou evidente durante a pesquisa de campo. No entanto, foram recorrentes as críticas aos aspectos básicos do programa em termos de políticas públicas, ou seja, no que respeitava à sua capacidade de coordenar as ações e fazer com que os atores atuassem em direções comuns e consistentes.

Os avaliadores do programa, por coerência metodológica, devem neste ponto explicitar a primeira adesão e também o contágio com as perspectivas abertas pelo desenho inovador deste programa. Em alguns momentos, esta consciência levou a um exagerado rigor compensatório ou ao uso de premissas e critérios inflexíveis com relação ao que deveria ser avaliado. Em primeiro lugar, a nítida fluidez conceitual deveria dar margem a metas e objetivos mais precisos. Em segundo lugar, o caráter de programa em consolidação deveria ser abstraído para dar lugar a uma rigorosa explicitação e enfrentamento dos problemas vivenciados pela administração e pelos agentes culturais envolvidos nos processos de implementação.

Nenhuma das duas exigências é plenamente compatível com a paciência exigida no processo de amadurecimento de ações, mas são necessárias para dar visibilidade às questões que estão sendo objeto de reflexão.

Dessa forma, outra consideração metodológica que se faz importante para que se saiba quais são os limites das críticas ao programa é saber-se que os pontos de cultura são constituídos pela política, mas têm autonomia relativa em relação a ela. Portanto, puderam se relacionar de maneiras diferenciadas com as diversas ações propostas pelo poder público federal.

Além disso, a mediação ou presença de outros níveis de regulação institucional (regulações horizontais por pontos e pontões, que ficariam encarregados de oferecer *serviços* aos demais, ou verticais, nas quais outros níveis da administração pública – estados e municípios – se encarregariam de parte dos processos de viabilização do programa) acrescentam outras variáveis de coordenação das ações que podem colidir (variáveis conflitivas) ou convergir (variáveis cooperativas) com os objetivos do programa e a atuação da SPPC/MinC.

7 COMO TIPIFICAR OS PONTOS DE CULTURA

As formas organizacionais podem estabelecer escalas variadas de articulação e interdependências entre os circuitos culturais. Em linhas gerais, são três as instâncias organizacionais: administração pública, mercados e comunidades. Elas se configuram como dispositivos de organização das atividades.

Conforme se pode observar a partir dos dados, os mercados enquanto forma de regulação são praticamente inexistentes no programa. Eles são instituições que funcionam por meio de atividades de intercâmbio, nas quais produção e demanda se regulam mutuamente, e nas quais se presume que idealmente as decisões dos consumidores são soberanas.

No caso do mecanismo institucional da administração pública, o desenvolvimento das atividades acontece pela presença de organismos públicos. Aqui não se deve considerar unicamente a presença dos mecanismos burocráticos – embora eles existam, como se verá mais adiante –, mas a regulação como um todo, que passa por processos definidos pela administração pública.

No caso da comunidade, há mecanismos de produção, transmissão, fruição e reconhecimento que são internos aos diversos grupos comunitários.

J.J. Brunner (1985a) propõe combinações entre agentes e instâncias institucionais para tipificar os circuitos culturais e suas formas organizacionais que são, na conceituação aqui adotada, objeto das políticas culturais. Utilizou-se a proposta de Brunner, adaptada para as finalidades da avaliação.

O quadro 6 sintetiza essas relações possíveis.

QUADRO 6

Tipologia de circuitos culturais

Instância organizacional / agente cultural	Grupos e pessoas (1)	Empresas (2)	Administração pública (3)	Associações (4)
Mercado (1)	Os agentes produzem para o mercado (1.1)	A produção industrial e de serviços é organizada empresarialmente para o mercado (1.2)	Os agentes públicos produzem e concorrem nos mercados (1.3)	Associações voluntárias voltadas para o mercado (1.4)
Administração pública (2)	Os agentes dependem de meios de produção e da administração pública (2.1)	Os circuitos de produção industrial são organizados pelo Estado (2.2)	Os circuitos culturais são públicos e organizados administrativamente (2.3)	Associações voluntárias têm produção e transmissão organizadas pelo Estado (2.4)
Comunidade / associações (3)	Práticas solidárias e intermitentes (3.1)	Circuitos de produção industrial organizados pelas comunidades (3.2)	Circuitos públicos organizados comunitariamente (3.3)	Associações organizam produção de forma autônoma e direcionada à população local (3.4)

Elaboração a partir de Brunner (1985a).

O programa gravita entre (2.4) e (3.4). Em certos momentos (e para certos atores), espera-se atuação mais dinâmica e focada por parte da administração pública; em outros, o Estado é instância meramente financiadora.

Há também outras possibilidades quando se parte do ponto de vista do gestor da administração pública. Este deseja modificar a realidade em certa direção (formação educacional, formação para o trabalho, formação cultural para atingir os outros dois objetivos etc.), mas encontra, na sociedade civil e nas comunidades, certa resistência, sejam elas provenientes da sua orientação para a autonomia, ou devidas a dificuldades relacionadas à sua condição de instância organizacional carente de recursos variados. Outra possibilidade é o gestor apostar na autonomia da sociedade civil para empreender ações, mas reconhecendo que a relação do Estado com os grupos da sociedade civil carece de instrumentos adequados para organizar a ação e dar-lhe formato jurídico adequado.

Dessa forma, optou-se por:

- avaliar a instância organizacional estatal (administração pública), sua capacidade de prestar informações claras a respeito dos critérios de funcionamento do programa e estabelecer marcos regulatórios, ou seja, sua capacidade de agir de forma intencionada e coordenada; e
- qualificar as instâncias organizacionais comunitárias e apontar algumas de suas necessidades.

8 COMO SINTETIZAR OS RESULTADOS

No momento, cabe uma síntese geral que leve em consideração dois objetivos do programa, democratização e democracia cultural, ambos associados aos objetivos institucionais de “fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliando o acesso aos bens culturais”.

- a) O programa possibilitou *acesso a recursos* para que 526 pontos (conveniados até dezembro de 2007) desenvolvessem atividades durante três anos, sendo que 16% estavam com atividades suspensas, não haviam iniciado atividades ou estavam desativados.
- b) O programa foi responsável direto pela *ampliação das atividades culturais* realizadas pelos pontos. Embora 63% dos espaços físicos já existissem antes disto, entre bibliotecas, discotecas, brinquedotecas, salas de aulas etc., 37% derivaram do processo de conveniamento e, portanto, de indução.
- c) Em muitos estados, o programa deflagrou um *processo de criação e reatualização de atividades artísticas e educacionais*, como já se viu anteriormente, e também de *organização de espaços públicos culturais*, o que propiciou certa capacidade de desenvolvimento e ampliação do escopo de ação dos pontos.
- d) O programa ofereceu importantes elementos para o amadurecimento de políticas públicas locais e de estratégias flexíveis com vistas a ampliar os processos democráticos relativos ao mundo cultural. O quadro 7 sintetiza estes elementos.

QUADRO 7

Síntese dos indicadores dos pontos de cultura

	Absolutos	Médias e percentuais
Indicadores de esforço		
Nº de pessoas que trabalham permanentemente no ponto	4.081	11
Nº de voluntários	1.507	4
Nº de remunerados	2.574	7
Frequentadores habituais dos pontos	124.489	323
Frequentadores habituais ligados à comunidade	85.833	223
Frequentadores esporádicos	1.164.161	3.496
Indicador de infraestrutura		
Nº de espaços em situação precária	859	32%
Indicadores de acessibilidade		
Nº de pontos com problemas de acesso ao público em geral	138	35%
Nº de pontos com problemas de acesso ao portador de necessidades especiais	270	39%
Indicadores de sustentabilidade		
Fonte principal – MinC	287	74%
Nº de pontos com outros parceiros financeiros	321	83,4%
Nº de pontos que mantêm relação estável com outras instituições	375	97,4%
Nº de pontos com atraso de repasse	336	87,3%
Tempo de atuação (superior a cinco anos entre respondentes)	75%	75%
Indicadores de participação		
Nº de pontos com planejamento	367	95,3%
Nº de pontos com participação da comunidade no planejamento	67	17%
Indicador de inclusão econômica		
Nº de pontos que geram renda para os participantes	260	68%

Elaboração dos autores, com base nos dados da pesquisa.

- e) As dificuldades da SPPC/MinC na condução do programa se referem a questões compartilhadas por programas similares, isto é, aqueles voltados para práticas sociais solidárias baseadas nos dinamismos comunitários e da sociedade civil. Estas dificuldades relacionam-se a atrasos nos repasses de recursos e ausência de informações padronizadas, consensuais e claras sobre as exigências que o Estado brasileiro faz para atender aos critérios de legalidade. Urge maior estruturação da institucionalidade destas políticas, que lhes confira densidade em termos de capacitação dos seus recursos humanos, protocolos claros no que se refere a procedimentos, e armação normativa e legal, dando-lhes maior estabilidade e segurança jurídica para que as instâncias comunitárias e da sociedade civil possam agir com maior desenvoltura.
- f) As insuficiências dos processos participativos, explicitadas anteriormente, ilustram o fato de que a gestão compartilhada, mesmo sendo

princípio e parte da democracia cultural, ainda enfrenta dificuldades em ser completamente realizada. Este argumento é reforçado pelos dados de participação das comunidades nos processos de planejamento.

A existência do programa, na verdade, implica processos participativos na construção de instrumentos adequados e na qualificação das instâncias administrativas públicas estatais e da sociedade civil. Exige a ampliação de capacidades para coordenar, obter cooperação e incentivar as diversas instâncias da sociedade civil, comunitárias e associativistas para o desenvolvimento de circuitos culturais.

Em primeiro lugar, deve-se enunciar – e foi o que esta pesquisa avaliativa pôde constatar – que o Estado não tem instrumentos jurídicos e de gestão, ou eles não são adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e a forma de execução do programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Em segundo lugar, afirma-se que é necessário capacitar o programa, dotando-o de instrumentos propícios, de forma que ele persiga objetivos ancorados no texto constitucional e em princípios democráticos.

ANEXO

TABELA 1A

Formas de inserção dos pontos no programa

Estado	Ponto diretamente conveniado com o MinC	Pontão diretamente conveniado com o MinC	Ponto conveniado com rede municipal	Ponto conveniado com rede estadual
Norte	20	1	2	1
Rondônia	2	0	0	0
Acre	3	0	0	1
Amazonas	2	0	0	0
Roraima	1	0	2	0
Pará	9	1	0	0
Amapá	1	0	0	0
Tocantins	2	0	0	0
Nordeste	123	5	5	2
Maranhão	6	0	0	0
Piauí	9	0	1	2
Ceará	22	1	0	0
Rio Grande do Norte	10	1	0	0
Paraíba	5	0	0	0
Pernambuco	20	1	0	0
Alagoas	17	1	0	0
Sergipe	3	0	1	0
Bahia	31	1	3	0
Sudeste	137	7	11	0
Minas Gerais	37	1	1	0
Espírito Santo	6	0	0	0
Rio de Janeiro	41	4	1	0
São Paulo	53	2	9	0
Sul	43	1	1	0
Paraná	10	0	1	0
Santa Catarina	13	0	0	0
Rio Grande do Sul	20	1	0	0
Centro-Oeste	23	2	2	0
Mato Grosso do Sul	5	0	1	0
Mato Grosso	4	1	0	0
Goiás	6	1	1	0
Distrito Federal	8	0	0	0
Total	346	16	21	3

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 1B

Formas de inserção dos pontos no programa

(Em %)

Estado	Ponto diretamente conveniado com o MinC	Pontão diretamente conveniado com o MinC	Ponto conveniado com rede municipal	Ponto conveniado com rede estadual
Norte	83	4	8	4
Rondônia	100	0	0	0
Acre	75	0	0	25
Amazonas	100	0	0	0
Roraima	33	0	67	0
Pará	90	10	0	0
Amapá	100	0	0	0
Tocantins	100	0	0	0
Nordeste	91	4	4	1
Maranhão	100	0	0	0
Piauí	75	0	8	17
Ceará	96	4	0	0
Rio Grande do Norte	91	9	0	0
Paraíba	100	0	0	0
Pernambuco	95	5	0	0
Alagoas	94	6	0	0
Sergipe	75	0	25	0
Bahia	89	3	9	0
Sudeste	88	5	7	0
Minas Gerais	95	3	3	0
Espírito Santo	100	0	0	0
Rio de Janeiro	89	9	2	0
São Paulo	83	3	14	0
Sul	96	2	2	0
Paraná	91	0	9	0
Santa Catarina	100	0	0	0
Rio Grande do Sul	95	5	0	0
Centro-Oeste	85	7	7	0
Mato Grosso do Sul	83	0	17	0
Mato Grosso	80	20	0	0
Goiás	75	13	13	0
Distrito Federal	100	0	0	0
Total	90	4	5	1

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 2A

Anterioridade das atividades ao programa e formas de instituição predominantes

Estado	Não eram realizadas	Associações	Comunidade	Grupos artísticos	Pessoas	Empresas	Outros
Norte	2	14	1	2	1	0	2
Rondônia	0	2	0	0	0	0	0
Acre	0	2	0	1	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	2
Roraima	0	3	0	0	0	0	0
Pará	0	7	1	1	0	0	0
Amapá	1	0	0	0	0	0	0
Tocantins	1	0	0	0	1	0	0
Nordeste	22	80	7	21	3	0	3
Maranhão	1	5	0	0	0	0	0
Piauí	6	0	4	1	0	0	1
Ceará	2	15	1	6	0	0	0
Rio Grande do Norte	1	7	1	1	1	0	0
Paraíba	2	2	0	0	0	0	0
Pernambuco	4	14	0	3	1	0	1
Alagoas	3	12	0	1	0	0	0
Sergipe	0	2	0	2	1	0	0
Bahia	3	23	1	7	0	0	1
Sudeste	32	83	15	17	7	1	1
Minas Gerais	8	23	7	0	4	0	0
Espírito Santo	2	3	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	7	29	1	3	1	0	0
São Paulo	15	28	7	14	2	1	1
Sul	8	23	5	10	6	0	4
Paraná	1	5	1	3	0	0	2
Santa Catarina	4	6	0	1	2	0	0
Rio Grande do Sul	3	12	4	6	4	0	2
Centro-Oeste	3	11	1	5	2	0	1
Mato Grosso do Sul	1	3	0	0	0	0	0
Mato Grosso	0	2	0	1	0	0	0
Goiás	1	3	0	2	2	0	1
Distrito Federal	1	3	1	2	0	0	0
Total	67	211	29	55	19	1	11

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 2B

Anterioridade das atividades ao programa e formas de instituição predominantes

(Em %)

Estado	Não eram realizadas	Associações	Comunidade	Grupos artísticos	Pessoas	Empresas	Outros
Norte	8	64	5	9	5	0	9
Rondônia	0	100	0	0	0	0	0
Acre	0	50	0	25	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	100
Roraima	0	100	0	0	0	0	0
Pará	0	70	10	10	0	0	0
Amapá	100	0	0	0	0	0	0
Tocantins	50	0	0	0	100	0	0
Nordeste	16	71	6	19	3	0	3
Maranhão	17	100	0	0	0	0	0
Piauí	50	0	67	17	0	0	17
Ceará	9	71	5	29	0	0	0
Rio Grande do Norte	9	70	10	10	10	0	0
Paraíba	40	67	0	0	0	0	0
Pernambuco	19	82	0	18	6	0	6
Alagoas	17	80	0	7	0	0	0
Sergipe	0	50	0	50	25	0	0
Bahia	9	72	3	22	0	0	3
Sudeste	21	67	12	14	6	1	1
Minas Gerais	21	74	23	0	13	0	0
Espírito Santo	33	75	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	15	74	3	8	3	0	0
São Paulo	23	57	14	29	4	2	2
Sul	18	62	14	27	16	0	11
Paraná	9	50	10	30	0	0	20
Santa Catarina	31	67	0	11	22	0	0
Rio Grande do Sul	14	67	22	33	22	0	11
Centro-Oeste	11	46	4	21	8	0	4
Mato Grosso do Sul	17	60	0	0	0	0	0
Mato Grosso	0	40	0	20	0	0	0
Goiás	13	43	0	29	29	0	14
Distrito Federal	13	43	14	29	0	0	0
Total	17	66	9	17	6	0	3

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 3A

Âmbito de atuação dos pontos de cultura

Estado	Área comunidade apenas	Município	Estado	Fora do Estado, mas no país	Fora do país
Norte	2	15	4	1	2
Rondônia	0	1	1	0	0
Acre	0	2	2	0	0
Amazonas	0	1	1	0	0
Roraima	0	2	0	0	1
Pará	2	8	0	0	0
Amapá	0	1	0	0	0
Tocantins	0	0	0	1	1
Nordeste	28	46	47	8	4
Maranhão	1	3	2	0	0
Piauí	2	7	3	0	0
Ceará	4	5	10	3	1
Rio Grande do Norte	2	4	4	1	0
Paraíba	0	2	3	0	0
Pernambuco	5	3	8	1	3
Alagoas	7	6	4	1	0
Sergipe	0	1	2	0	0
Bahia	7	15	11	2	0
Sudeste	32	64	36	14	9
Minas Gerais	6	14	12	3	4
Espírito Santo	1	2	2	0	1
Rio de Janeiro	4	24	10	6	2
São Paulo	21	24	12	5	2
Sul	4	24	12	4	0
Paraná	2	7	1	0	0
Santa Catarina	1	4	5	3	0
Rio Grande do Sul	1	13	6	1	0
Centro-Oeste	8	11	7	0	1
Mato Grosso do Sul	2	1	2	0	1
Mato Grosso	1	3	1	0	0
Goiás	2	4	2	0	0
Distrito Federal	3	3	2	0	0
Total	74	160	106	27	16

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 3B

Âmbito de atuação dos pontos de cultura

(Em %)

Estado	Área comunidade apenas	Município	Estado	Fora do Estado, mas no país	Fora do país
Norte	8	63	17	4	8
Rondônia	0	50	50	0	0
Acre	0	50	50	0	0
Amazonas	0	50	50	0	0
Roraima	0	67	0	0	33
Pará	20	80	0	0	0
Amapá	0	100	0	0	0
Tocantins	0	0	0	50	50
Nordeste	21	34	35	6	3
Maranhão	17	50	33	0	0
Piauí	17	58	25	0	0
Ceará	17	22	43	13	4
Rio Grande do Norte	18	36	36	9	0
Paraíba	0	40	60	0	0
Pernambuco	24	14	38	5	14
Alagoas	39	33	22	6	0
Sergipe	0	25	50	0	0
Bahia	20	43	31	6	0
Sudeste	21	41	23	9	6
Minas Gerais	15	36	31	8	10
Espírito Santo	17	33	33	0	17
Rio de Janeiro	9	52	22	13	4
São Paulo	33	38	19	8	3
Sul	9	53	27	9	0
Paraná	18	64	9	0	0
Santa Catarina	8	31	38	23	0
Rio Grande do Sul	5	62	29	5	0
Centro-Oeste	30	41	26	0	4
Mato Grosso do Sul	33	17	33	0	17
Mato Grosso	20	60	20	0	0
Goiás	25	50	25	0	0
Distrito Federal	38	38	25	0	0
Total	19	41	27	7	4

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 4A

Condição dos imóveis onde se situam os pontos de cultura

Estado	Próprio	Cedido por instituição de educação pública	Cedido por instituição de classe	Cedido por órgão público	Cedido por empresa privada	Cedido por instituição de educação privada	Cedido por pessoa física	Alugado	Cedido por ONG	Outros	NS/NR
Norte	2	5	3	3	0	1	2	5	1	1	1
Rondônia	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Acre	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Amazonas	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
Pará	0	1	0	1	0	1	1	4	0	1	1
Amapá	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Nordeste	31	8	10	26	2	2	7	26	15	8	0
Maranhão	0	1	1	1	0	0	1	0	2	0	0
Piauí	3	1	0	2	0	0	0	2	1	3	0
Ceará	7	1	0	6	0	0	0	6	3	0	0
Rio Grande do Norte	6	1	0	1	0	0	1	2	0	0	0
Paraíba	1	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0
Pernambuco	4	0	3	3	2	0	1	3	3	2	0
Alagoas	1	2	2	4	0	1	2	2	4	0	0
Sergipe	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0
Bahia	8	1	4	7	0	1	2	8	2	2	0
Sudeste	32	9	3	36	5	0	5	46	13	6	0
Minas Gerais	8	3	0	9	0	0	3	9	5	2	0
Espírito Santo	2	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Rio de Janeiro	11	2	1	12	2	0	0	13	4	1	0
São Paulo	11	2	2	15	3	0	2	23	3	3	0
Sul	4	2	7	16	0	0	1	11	0	2	2
Paraná	0	0	0	5	0	0	0	6	0	0	0
Santa Catarina	2	0	2	4	0	0	1	3	0	0	1
Rio Grande do Sul	2	2	5	7	0	0	0	2	0	2	1
Centro-Oeste	7	1	2	4	2	1	0	9	0	1	0
Mato Grosso do Sul	3	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
Mato Grosso	1	0	0	2	0	0	0	1	0	1	0
Goiás	3	0	2	1	1	0	0	1	0	0	0
Distrito Federal	0	1	0	0	0	0	0	7	0	0	0
Total	76	25	25	85	9	4	15	97	29	18	3

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 4B
Condição dos imóveis onde se situam os pontos de cultura
(Em %)

Estado	Próprio	Cedido por instituição de educação pública	Cedido por instituição de classe	Cedido por órgão público	Cedido por empresa privada	Cedido por instituição de educação privada	Cedido por pessoa física	Alugado	Cedido por ONG	Outros	NS/NR
Norte	8	21	13	13	0	4	8	21	4	4	4
Rondônia	0	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0
Acre	50	0	0	25	0	0	0	25	0	0	0
Amazonas	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	67	0	0	0	33	0	0	0	0
Pará	0	10	0	10	0	10	10	40	0	10	10
Amapá	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	50	0	0	0	0	0	0	50	0	0
Nordeste	23	6	7	19	1	1	5	19	11	6	0
Maranhão	0	17	17	0	0	0	17	0	33	0	0
Piauí	25	8	0	17	0	0	0	17	8	25	0
Ceará	30	4	0	26	0	0	0	26	13	0	0
Rio Grande do Norte	55	9	0	9	0	0	9	18	0	0	0
Paraíba	20	20	0	40	0	0	0	20	0	0	0
Pernambuco	19	0	14	14	10	0	5	14	14	10	0
Alagoas	6	11	11	22	0	6	11	11	22	0	0
Sergipe	25	0	0	0	0	0	0	50	0	25	0
Bahia	23	3	11	20	0	3	6	23	6	6	0
Sudeste	21	6	2	23	3	0	3	30	8	4	0
Minas Gerais	21	8	0	23	0	0	8	23	13	5	0
Espírito Santo	33	33	0	0	0	0	0	17	17	0	0
Rio de Janeiro	24	4	2	26	4	0	0	28	9	2	0
São Paulo	17	3	3	23	5	0	3	36	5	5	0
Sul	9	4	16	36	0	0	2	24	0	4	4
Paraná	0	0	0	45	0	0	0	55	0	0	0
Santa Catarina	15	0	15	31	0	0	8	23	0	0	8
Rio Grande do Sul	10	10	24	33	0	0	0	10	0	10	5
Centro-Oeste	26	4	7	15	7	4	0	33	0	4	0
Mato Grosso do Sul	50	0	0	17	17	17	0	0	0	0	0
Mato Grosso	20	0	0	40	0	0	0	20	0	20	0
Goiás	38	0	25	13	13	0	0	13	0	0	0
Distrito Federal	0	13	0	0	0	0	0	88	0	0	0
Total	20	6	6	22	2	1	4	25	8	5	1

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 5A

Dificuldades de acesso aos pontos de cultura

Estado	Não há dificuldades	O local do ponto é violento	Não há transporte suficiente	Os transportes são caros	Outros
Norte	15	4	5	3	2
Rondônia	2	0	0	0	0
Acre	4	0	0	0	0
Amazonas	1	1	1	0	0
Roraima	0	1	2	1	2
Pará	6	2	1	2	0
Amapá	1	0	0	0	0
Tocantins	1	0	1	0	0
Nordeste	92	23	20	7	13
Maranhão	4	2	0	1	0
Piauí	9	2	2	1	0
Ceará	17	2	4	0	2
Rio Grande do Norte	8	1	3	1	1
Paraíba	2	1	2	0	1
Pernambuco	14	2	2	1	3
Alagoas	12	3	4	2	4
Sergipe	4	0	0	0	0
Bahia	22	10	3	1	2
Sudeste	90	17	21	32	22
Minas Gerais	23	3	6	6	5
Espírito Santo	5	0	0	0	0
Rio de Janeiro	19	12	10	17	6
São Paulo	43	2	5	9	11
Sul	39	2	5	0	2
Paraná	10	0	1	0	1
Santa Catarina	12	1	1	0	0
Rio Grande do Sul	17	1	3	0	1
Centro-Oeste	12	1	5	7	6
Mato Grosso do Sul	1	1	0	3	2
Mato Grosso	1	0	2	2	0
Goiás	4	0	2	1	2
Distrito Federal	6	0	1	1	2
Total	248	47	56	49	45

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 5B

Dificuldades de acesso aos pontos de cultura

(Em %)

Estado	Não há dificuldades	O local do ponto é violento	Não há transporte suficiente	Os transportes são caros	Outros
Norte	63	44	56	33	22
Rondônia	100	0	0	0	0
Acre	100	0	0	0	0
Amazonas	50	100	100	0	0
Roraima	0	33	67	33	67
Pará	60	50	25	50	0
Amapá	100	0	0	0	0
Tocantins	50	0	100	0	0
Nordeste	68	53	47	16	30
Maranhão	67	100	0	50	0
Piauí	75	67	67	33	0
Ceará	74	33	67	0	33
Rio Grande do Norte	73	33	100	33	33
Paraíba	40	33	67	0	33
Pernambuco	67	29	29	14	43
Alagoas	67	50	67	33	67
Sergipe	100	0	0	0	0
Bahia	63	77	23	8	15
Sudeste	58	26	32	49	34
Minas Gerais	59	19	38	38	31
Espírito Santo	83	0	0	0	0
Rio de Janeiro	41	44	37	63	22
São Paulo	67	10	24	43	52
Sul	87	33	83	0	33
Paraná	91	0	100	0	100
Santa Catarina	92	100	100	0	0
Rio Grande do Sul	81	25	75	0	25
Centro-Oeste	44	7	33	47	40
Mato Grosso do Sul	17	20	0	60	40
Mato Grosso	20	0	50	50	0
Goiás	50	0	50	25	50
Distrito Federal	75	0	50	50	100
Total	64	34	41	36	33

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 6A
Espaços presentes nos pontos de cultura

Estado	Biblioteca	Discoteca	Briquedoteca	Salas de aula	Salas de exposições	Salas de projeção audiovisual	Ateliês	Laboratório de informática	Laboratório de fotografia	Estúdio de música	Teatro / Arena	Palcos / Tabladros	Quadra de esportes	Outros
Norte	17	4	4	16	14	16	12	13	1	5	14	6	5	7
Rondônia	2	0	2	2	2	2	2	0	0	1	2	0	0	1
Acre	2	1	0	3	4	4	1	2	0	0	1	2	2	1
Amazonas	1	0	1	1	2	2	0	1	0	0	2	1	0	2
Roraima	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
Pará	8	3	0	8	5	6	7	6	1	3	7	2	2	1
Amapá	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1
Tocantins	2	0	2	2	0	1	1	2	0	1	1	1	1	1
Nordeste	84	26	12	113	84	81	40	94	15	42	59	30	35	14
Maranhão	3	0	0	6	2	1	1	4	0	1	1	0	0	0
Piauí	6	1	1	10	9	5	3	9	2	4	8	3	8	4
Ceará	16	9	1	18	15	16	7	17	3	7	10	6	9	2
Rio Grande do Norte	6	2	2	9	8	9	4	5	1	1	8	3	2	2
Parabíba	2	1	1	3	2	2	1	4	0	2	1	1	1	2
Pernambuco	10	3	1	20	12	16	6	13	2	7	8	4	3	1
Alagoas	13	3	1	15	12	7	4	12	1	4	5	0	2	0
Sergipe	4	1	1	4	3	4	3	3	1	1	2	2	0	1
Bahia	24	6	4	28	21	21	11	27	5	15	16	11	10	4
Sudeste	106	38	29	134	106	121	83	113	16	48	92	64	79	51
Minas Gerais	21	7	8	28	20	25	19	29	4	6	18	12	14	6
Espírito Santo	5	1	2	6	3	4	3	5	0	2	3	1	2	3
Rio de Janeiro	33	13	10	42	41	42	28	36	5	18	34	20	29	20
São Paulo	47	17	9	58	42	50	33	43	7	22	37	31	34	22
Sul	35	8	7	40	30	34	23	26	7	14	31	21	22	12
Paraná	8	2	0	8	3	6	5	4	1	1	5	1	3	2
Santa Catarina	8	2	1	12	9	10	6	9	1	6	8	8	4	11
Rio Grande do Sul	19	4	6	20	18	18	12	13	5	7	18	12	11	6
Centro-Oeste	20	7	6	25	18	20	12	21	2	13	14	10	17	10
Mato Grosso do Sul	6	1	3	6	5	5	5	6	0	1	4	1	3	5
Mato Grosso	3	2	0	5	4	5	2	3	0	4	4	2	5	0
Goiás	6	4	2	8	6	5	3	7	2	5	3	5	5	4
Distrito Federal	5	0	1	6	3	5	2	5	0	3	3	2	4	1
Total	262	83	58	328	252	272	170	267	41	122	210	131	158	94

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 6B
Espaços presentes nos pontos de cultura
(Em %)

Estado	Biblioteca	Discoteca	Briquedoteca	Salas de aula	Salas de exposições	Salas de projeção audiovisual	Ateliês	Laboratório de informática	Laboratório de fotografia	Estúdio de música	Auditório	Teatro / Arena	Palcos / Tabladros	Quadra de esportes	Outros
Norte	71	17	17	67	58	67	50	54	4	21	58	25	21	29	63
Rondônia	100	0	0	100	100	100	100	0	0	50	100	0	0	50	50
Acre	50	25	0	75	100	100	25	50	0	0	25	50	50	25	25
Amazonas	50	0	50	50	100	100	0	50	0	0	100	50	0	100	0
Roraima	33	0	33	0	0	0	33	33	0	0	0	0	0	33	100
Pará	80	30	0	80	50	60	70	60	10	30	70	20	20	10	80
Amapá	100	0	0	0	100	100	0	100	0	0	100	0	0	0	100
Tocantins	100	0	100	100	0	50	50	100	0	50	50	50	50	50	50
Nordeste	62	19	9	84	62	60	30	70	11	31	44	22	26	10	58
Maranhão	50	0	0	100	33	17	17	67	0	17	17	0	0	0	0
Piauí	50	8	8	83	75	42	25	75	17	33	67	25	67	33	25
Ceará	70	39	4	78	65	70	30	74	13	30	43	26	39	9	83
Rio Grande do Norte	55	18	18	82	73	82	36	45	9	9	73	27	18	18	18
Parabá	40	20	20	60	40	40	20	80	0	40	20	20	20	20	40
Pernambuco	48	14	5	95	57	76	29	62	10	33	38	19	14	5	67
Alagoas	72	17	6	83	67	39	22	67	6	22	28	0	11	0	61
Sergipe	100	25	25	100	75	100	75	75	25	25	50	50	0	0	25
Bahia	69	17	11	80	60	60	31	77	14	43	46	31	29	11	74
Sudeste	68	25	19	86	68	78	54	73	10	31	59	41	51	33	61
Minas Gerais	54	18	21	72	51	64	49	74	10	15	46	31	36	15	64
Espírito Santo	83	17	33	100	50	67	50	83	0	33	50	17	33	50	50
Rio de Janeiro	72	28	22	91	89	81	91	78	11	39	74	43	63	43	54
São Paulo	73	27	14	91	66	78	52	67	11	34	58	48	53	34	64
Sul	78	18	16	89	67	76	51	58	16	31	69	47	49	27	49
Paraná	73	18	0	73	27	55	45	36	9	9	45	9	27	18	27
Santa Catarina	62	15	8	92	69	77	46	69	8	46	62	62	62	31	85
Rio Grande do Sul	90	19	29	95	86	86	57	62	24	33	86	57	52	29	38
Centro-Oeste	74	26	22	93	67	74	44	78	7	48	52	37	63	37	63
Mato Grosso do Sul	100	17	50	100	83	83	83	100	0	17	67	17	50	83	100
Mato Grosso	60	40	0	100	80	100	40	60	0	80	80	40	100	0	0
Goiás	75	50	25	100	75	63	38	88	25	63	38	63	63	50	50
Distrito Federal	63	0	13	75	38	63	25	63	0	38	38	25	50	13	88
Total	68	22	15	85	65	70	44	69	11	32	54	34	41	24	59

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 7

Tipos de utilização dos espaços dos pontos de cultura

Estado	Parte do ponto	%	Utilizado por terceiros	%	Ambos	%	Total
Norte	83	56	57	38	9	6	149
Rondônia	8	53	7	47	0	0	15
Acre	10	42	14	58	0	0	24
Amazonas	1	8	12	92	0	0	13
Roraima	5	63	3	38	0	0	8
Pará	56	84	2	3	9	13	67
Amapá	0	0	6	100	0	0	6
Tocantins	3	19	13	81	0	0	16
Nordeste	576	71	191	24	39	5	806
Maranhão	15	79	4	21	0	0	19
Piauí	43	57	25	33	8	11	76
Ceará	120	77	23	15	12	8	155
Rio Grande do Norte	41	64	23	36	0	0	64
Paraíba	22	92	2	8	0	0	24
Pernambuco	83	69	28	23	9	8	120
Alagoas	62	69	24	27	4	4	90
Sergipe	17	57	13	43	0	0	30
Bahia	173	76	49	21	6	3	228
Sudeste	878	75	264	22	32	3	1.174
Minas Gerais	99	41	140	58	3	1	242
Espírito Santo	33	77	9	21	1	2	43
Rio de Janeiro	350	88	31	8	15	4	396
São Paulo	396	80	84	17	13	3	493
Sul	216	65	87	26	29	9	332
Paraná	47	90	5	10	0	0	52
Santa Catarina	49	48	46	45	8	8	103
Rio Grande do Sul	120	68	36	20	21	12	177
Centro-Oeste	159	75	29	14	24	11	212
Mato Grosso do Sul	49	86	5	9	3	5	57
Mato Grosso	27	69	4	10	8	21	39
Goiás	49	71	7	10	13	19	69
Distrito Federal	34	72	13	28	0	0	47
Total	1912	72	628	23	133	5	2.673

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 8

Existência dos espaços antes dos pontos de cultura

Estado	Sim	Não	Total	% Sim	% Não
Norte	96	52	158	61	33
Rondônia	14	-	14	100	-
Acre	21	3	24	88	13
Amazonas	13	-	13	100	-
Roraima	4	4	8	50	50
Pará	33	34	77	43	44
Amapá	6	-	6	100	-
Tocantins	5	11	16	31	69
Nordeste	515	289	807	64	36
Maranhão	5	14	19	26	74
Piauí	59	17	76	78	22
Ceará	108	47	156	69	30
Rio Grande do Norte	53	11	64	83	17
Paraíba	19	5	24	79	21
Pernambuco	80	40	120	67	33
Alagoas	42	46	88	48	52
Sergipe	14	16	30	47	53
Bahia	135	93	230	59	40
Sudeste	736	430	1.176	63	37
Minas Gerais	181	60	243	74	25
Espírito Santo	31	12	43	72	28
Rio de Janeiro	239	156	398	60	39
São Paulo	285	202	492	58	41
Sul	212	120	332	64	36
Paraná	30	22	52	58	42
Santa Catarina	75	28	103	73	27
Rio Grande do Sul	107	70	177	60	40
Centro-Oeste	136	76	217	63	35
Mato Grosso do Sul	46	11	57	81	19
Mato Grosso	28	11	40	70	28
Goiás	48	21	69	70	30
Distrito Federal	14	33	51	27	65
Total	1.695	967	2.690	63	36

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 9

Compartilhamento de espaços dos pontos

(Em %)

Estado	Sim	Não
Norte	67	33
Rondônia	40	60
Acre	67	33
Amazonas	62	38
Roraima	63	38
Pará	82	18
Amapá	50	50
Tocantins	44	56
Nordeste	73	27
Maranhão	74	26
Piauí	59	41
Ceará	69	31
Rio Grande do Norte	88	13
Paraíba	92	8
Pernambuco	61	39
Alagoas	70	30
Sergipe	70	30
Bahia	83	17
Sudeste	81	19
Minas Gerais	82	18
Espírito Santo	81	19
Rio de Janeiro	72	28
São Paulo	87	13
Sul	76	24
Paraná	83	17
Santa Catarina	63	37
Rio Grande do Sul	81	19
Centro-Oeste	77	23
Mato Grosso do Sul	71	29
Mato Grosso	87	13
Goiás	78	22
Distrito Federal	73	27
Total	77	23

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 10

Espaços físicos dos pontos móveis

Estado	Sim	Não
Norte	2	98
Rondônia	7	93
Acre	0	100
Amazonas	0	100
Roraima	0	100
Pará	3	97
Amapá	0	100
Tocantins	0	100
Nordeste	4	96
Maranhão	0	100
Piauí	7	93
Ceará	1	99
Rio Grande do Norte	8	92
Paraíba	4	96
Pernambuco	1	99
Alagoas	8	92
Sergipe	0	100
Bahia	6	94
Sudeste	4	96
Minas Gerais	3	97
Espírito Santo	0	100
Rio de Janeiro	3	97
São Paulo	5	95
Sul	10	90
Paraná	8	92
Santa Catarina	16	84
Rio Grande do Sul	7	93
Centro-Oeste	10	90
Mato Grosso do Sul	0	100
Mato Grosso	0	100
Goiás	24	76
Distrito Federal	11	89
Total	5	95

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 11A

Estado de conservação dos espaços físicos

Estado	Bem conservado	Precisando de reparos	Precário
Norte	119	25	-
Rondônia	7	7	-
Acre	23	1	-
Amazonas	13	-	-
Roraima	4	3	-
Pará	54	11	-
Amapá	4	2	-
Tocantins	14	1	-
Nordeste	486	268	34
Maranhão	10	9	-
Piauí	34	26	13
Ceará	123	32	-
Rio Grande do Norte	21	35	-
Paraíba	10	14	-
Pernambuco	65	46	9
Alagoas	69	10	8
Sergipe	21	9	-
Bahia	133	87	4
Sudeste	785	339	30
Minas Gerais	183	54	4
Espírito Santo	23	20	-
Rio de Janeiro	257	120	11
São Paulo	322	145	15
Sul	233	68	19
Paraná	44	6	2
Santa Catarina	70	21	10
Rio Grande do Sul	119	41	7
Centro-Oeste	131	68	8
Mato Grosso do Sul	42	15	-
Mato Grosso	13	26	-
Goiás	43	21	2
Distrito Federal	33	6	6
Total	1.754	768	91

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 11B

Estado de conservação dos espaços físicos

(Em %)

Estado	Bem conservado	Precisando de reparos	Precário
Norte	83	17	-
Rondônia	50	50	-
Acre	96	4	-
Amazonas	100	-	-
Roraima	57	43	-
Pará	83	17	-
Amapá	67	33	-
Tocantins	93	7	-
Nordeste	62	34	4
Maranhão	53	47	-
Piauí	47	36	18
Ceará	79	21	-
Rio Grande do Norte	38	63	-
Paraíba	42	58	-
Pernambuco	54	38	8
Alagoas	79	11	9
Sergipe	70	30	-
Bahia	59	39	2
Sudeste	68	29	3
Minas Gerais	76	22	2
Espírito Santo	53	47	-
Rio de Janeiro	66	31	3
São Paulo	67	30	3
Sul	73	21	6
Paraná	85	12	4
Santa Catarina	69	21	10
Rio Grande do Sul	71	25	4
Centro-Oeste	63	33	4
Mato Grosso do Sul	74	26	-
Mato Grosso	33	67	-
Goiás	65	32	3
Distrito Federal	73	13	13
Total	67	29	3

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 12

Acessibilidade para portadores de deficiência

Estado	Sim	Parcialmente	Não	Total	% Sim	% Parcialmente	% Não
Norte	4	10	10	24	17	42	42
Rondônia	0	1	1	2	0	50	50
Acre	1	2	1	4	25	50	25
Amazonas	1	1	0	2	50	50	0
Roraima	1	1	1	3	33	33	33
Pará	0	4	6	10	0	40	60
Amapá	1	0	0	1	100	0	0
Tocantins	0	1	1	2	0	50	50
Nordeste	34	47	54	135	25	35	40
Maranhão	0	2	4	6	0	33	67
Piauí	1	3	8	12	8	25	67
Ceará	5	9	9	23	22	39	39
Rio Grande do Norte	5	4	2	11	45	36	18
Paraíba	2	1	2	5	40	20	40
Pernambuco	5	12	4	21	24	57	19
Alagoas	3	7	8	18	17	39	44
Sergipe	2	2	0	4	50	50	0
Bahia	11	7	17	35	31	20	49
Sudeste	46	46	57	149	31	31	38
Minas Gerais	9	11	15	35	26	31	43
Espírito Santo	1	0	4	5	20	0	80
Rio de Janeiro	12	13	21	46	26	28	46
São Paulo	24	22	17	63	38	35	27
Sul	19	9	17	45	42	20	38
Paraná	4	4	3	11	36	36	27
Santa Catarina	10	1	2	13	77	8	15
Rio Grande do Sul	5	4	12	21	24	19	57
Centro-Oeste	5	9	11	25	20	36	44
Mato Grosso do Sul	3	2	1	6	50	33	17
Mato Grosso	0	3	2	5	0	60	40
Goiás	1	3	3	7	14	43	43
Distrito Federal	1	1	5	7	14	14	71
Total	108	121	149	378	29	32	39

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 13

Localização dos pontos de cultura

Estado	Rural	Urbana
Norte	3	21
Rondônia	1	1
Acre	0	4
Amazonas	0	2
Roraima	1	2
Pará	1	9
Amapá	0	1
Tocantins	0	2
Nordeste	12	123
Maranhão	0	6
Piauí	0	12
Ceará	5	18
Rio Grande do Norte	0	11
Paraíba	1	4
Pernambuco	2	19
Alagoas	1	17
Sergipe	1	3
Bahia	2	33
Sudeste	10	144
Minas Gerais	5	34
Espírito Santo	1	5
Rio de Janeiro	2	44
São Paulo	2	61
Sul	6	39
Paraná	3	8
Santa Catarina	1	12
Rio Grande do Sul	2	19
Centro-Oeste	4	23
Mato Grosso do Sul	3	3
Mato Grosso	0	5
Goiás	1	7
Distrito Federal	0	8
Total	35	350

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 14A

Profissionais que trabalham nos pontos de cultura

Estado	Educa- dores	Gestão	Adminis- trativo	Jurídico	Comuni- cação	Agentes culturais	Suporte técnico	Serviços psico- pedagógicos	Serviços gerais
Norte	19	23	20	9	19	10	11	8	10
Rondônia	1	2	2	2	2	0	1	2	0
Acre	2	4	4	0	3	2	0	1	2
Amazonas	2	1	2	1	1	0	1	1	0
Roraima	3	3	2	0	3	3	2	0	2
Pará	8	10	8	5	8	4	5	3	5
Amapá	1	1	1	0	0	0	1	0	1
Tocantins	2	2	1	1	2	1	1	1	0
Nordeste	104	138	106	23	91	41	75	52	71
Maranhão	1	6	5	1	5	0	3	5	4
Piauí	8	13	9	0	9	5	9	3	7
Ceará	16	23	16	5	15	2	14	12	16
Rio Grande do Norte	10	11	8	0	5	5	5	1	4
Paraíba	4	5	4	0	3	1	3	3	1
Pernambuco	20	22	17	3	13	9	13	7	12
Alagoas	15	18	13	4	11	2	6	8	7
Sergipe	2	4	4	1	2	3	3	1	2
Bahia	28	36	30	9	28	14	19	12	18
Sudeste	122	152	110	17	64	35	53	44	60
Minas Gerais	21	39	17	0	3	8	11	2	6
Espírito Santo	5	6	6	0	2	3	3	2	3
Rio de Janeiro	41	45	41	7	26	13	17	21	27
São Paulo	55	62	46	10	33	11	22	19	24
Sul	37	45	39	13	34	9	14	15	17
Paraná	10	11	10	2	9	2	2	4	4
Santa Catarina	10	13	12	6	10	3	5	6	4
Rio Grande do Sul	17	21	17	5	15	4	7	5	9
Centro-Oeste	24	26	22	8	14	6	12	8	14
Mato Grosso do Sul	6	6	5	0	2	1	3	2	4
Mato Grosso	5	5	5	2	4	3	1	1	2
Goiás	6	7	5	4	5	2	4	2	4
Distrito Federal	7	8	7	2	3	0	4	3	4
Total	306	384	297	70	222	101	165	127	172

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 14B

Profissionais que trabalham nos pontos de cultura

(Em %)

Estado	Educa- dores	Gestão	Adminis- trativo	Jurídico	Comunica- ção	Agentes culturais	Suporte técnico	Serviços psico- pedagógicos	Serviços gerais
Norte	15	18	16	7	15	10	11	8	10
Rondônia	8	17	17	17	17	0	1	2	0
Acre	11	22	22	0	17	2	0	1	2
Amazonas	22	11	22	11	11	0	1	1	0
Roraima	17	17	11	0	17	3	2	0	2
Pará	14	18	14	9	14	4	5	3	5
Amapá	20	20	20	0	0	0	1	0	1
Tocantins	18	18	9	9	18	1	1	1	0
Nordeste	13	20	14	2	13	41	75	52	71
Maranhão	3	19	16	3	16	0	3	5	4
Piauí	13	21	14	0	14	5	9	3	7
Ceará	13	18	13	4	12	2	14	12	16
Rio Grande do Norte	20	22	16	0	10	5	5	1	4
Paraíba	16	20	16	0	12	1	3	3	1
Pernambuco	17	18	14	3	11	9	13	7	12
Alagoas	17	21	15	5	13	2	6	8	7
Sergipe	9	18	18	5	9	3	3	1	2
Bahia	14	18	15	5	14	14	19	12	18
Sudeste	17	22	16	2	9	35	53	44	60
Minas Gerais	17	32	14	0	2	8	11	2	6
Espírito Santo	16	19	19	0	6	3	3	2	3
Rio de Janeiro	16	18	16	3	10	13	17	21	27
São Paulo	19	21	16	3	11	11	22	19	24
Sul	17	20	17	6	15	9	14	15	17
Paraná	19	20	19	4	17	2	2	4	4
Santa Catarina	14	19	17	9	14	3	5	6	4
Rio Grande do Sul	17	21	17	5	15	4	7	5	9
Centro-Oeste	17	18	15	6	10	6	12	8	14
Mato Grosso do Sul	16	16	14	0	5	1	3	2	4
Mato Grosso	18	18	18	7	14	3	1	1	2
Goiás	15	18	13	10	13	2	4	2	4
Distrito Federal	18	20	18	5	8	0	4	3	4
Total	16	20	15	4	12	5	9	7	9

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 15A

Motivação para entrar no programa

Estado	Busca de recursos	Diversificação da cultura local	Necessidade de preservar	Estabelecimento de vínculo	Necessidade de receber capacitação	Ampliação de atividades	Atendimento a demanda	Outros
Norte	11	5	5	0	0	15	6	10
Rondônia	0	1	1	0	0	2	0	0
Acre	1	0	0	0	0	4	0	1
Amazonas	2	0	0	0	0	1	0	1
Roraima	1	2	1	0	0	0	3	1
Pará	6	2	1	0	0	7	2	4
Amapá	0	0	0	0	0	0	1	1
Tocantins	1	0	2	0	0	1	0	2
Nordeste	73	46	52	13	27	70	43	23
Maranhão	1	4	5	3	1	2	0	0
Piauí	7	11	3	1	5	5	3	0
Ceará	13	12	11	3	6	14	4	2
Rio Grande do Norte	8	6	4	1	2	6	2	0
Paraíba	2	1	0	0	2	5	2	1
Pernambuco	8	4	10	0	2	7	7	8
Alagoas	8	0	6	3	3	8	7	6
Sergipe	3	0	1	0	1	3	0	1
Bahia	23	8	12	2	5	20	18	5
Sudeste	65	14	16	15	11	64	31	75
Minas Gerais	14	5	4	4	4	22	7	16
Espírito Santo	1	0	2	0	0	3	2	4
Rio de Janeiro	26	1	8	5	4	21	7	26
São Paulo	24	8	2	6	3	18	15	29
Sul	21	13	12	7	1	24	8	13
Paraná	5	3	2	0	1	1	2	4
Santa Catarina	7	3	3	5	0	9	2	1
Rio Grande do Sul	9	7	7	2	0	14	4	8
Centro-Oeste	19	3	5	3	0	7	4	15
Mato Grosso do Sul	4	0	2	0	0	2	1	3
Mato Grosso	3	0	2	1	0	3	0	5
Goiás	5	3	0	1	0	2	1	2
Distrito Federal	7	0	1	1	0	0	2	5
Total	189	81	90	38	39	180	92	136

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 15B

Motivação para entrar no programa

(Em %)

Estado	Busca de recursos	Diversificação da cultura local	Necessidade de preservar	Estabelecimento de vínculo	Necessidade de receber capacitação	Ampliação de atividades	Atendimento a demanda	Outros
Norte	46	21	21	0	0	63	25	42
Rondônia	0	50	50	0	0	100	0	0
Acre	25	0	0	0	0	100	0	25
Amazonas	100	0	0	0	0	50	0	50
Roraima	33	67	33	0	0	0	100	33
Pará	60	20	10	0	0	70	20	40
Amapá	0	0	0	0	0	0	100	100
Tocantins	50	0	100	0	0	50	0	100
Nordeste	54	34	39	10	20	52	32	17
Maranhão	17	67	83	50	17	33	0	0
Piauí	58	92	25	8	42	42	25	0
Ceará	57	52	48	13	26	61	17	9
Rio Grande do Norte	73	55	36	9	18	55	18	0
Paraíba	40	20	0	0	40	100	40	20
Pernambuco	38	19	48	0	10	33	33	38
Alagoas	44	0	33	17	17	44	39	33
Sergipe	75	0	25	0	25	75	0	25
Bahia	66	23	34	6	14	57	51	14
Sudeste	42	9	10	10	7	41	20	48
Minas Gerais	36	13	10	10	10	56	18	41
Espírito Santo	17	0	33	0	0	50	33	67
Rio de Janeiro	57	2	17	11	9	46	15	57
São Paulo	38	13	3	9	5	28	23	45
Sul	47	29	27	16	2	53	18	29
Paraná	45	27	18	0	9	9	18	36
Santa Catarina	54	23	23	38	0	69	15	8
Rio Grande do Sul	43	33	33	10	0	67	19	38
Centro-Oeste	70	11	19	11	0	26	15	56
Mato Grosso do Sul	67	0	33	0	0	33	17	50
Mato Grosso	60	0	40	20	0	60	0	100
Goiás	63	38	0	13	0	25	13	25
Distrito Federal	88	0	13	13	0	0	25	63
Total	49	21	23	10	10	47	24	35

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 16A
Principais dificuldades na elaboração do projeto

Estado	Nenhuma	Compreensão do edital	Falta de equipe capacitada	MinC não esclarecia dúvidas	Contrapartida	Dificuldade de comunicação com MinC/Rede	Excesso de exigências	Muitos documentos exigidos	Falta de apoio do município	Outros
Norte	4	4	6	7	3	5	3	4	2	7
Rondônia	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Acre	0	1	1	0	0	1	2	2	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Roraima	0	0	2	1	1	1	0	0	1	1
Pará	3	2	4	4	0	3	1	2	0	1
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tocantins	0	1	0	0	2	0	0	0	1	1
Nordeste	34	20	20	23	26	22	27	21	13	27
Maranhão	1	1	0	0	1	3	3	0	2	1
Piauí	0	3	4	4	5	1	1	4	3	0
Ceará	6	4	6	3	4	4	4	6	3	3
Rio Grande do Norte	3	1	2	3	5	2	4	2	0	1
Parabá	1	1	0	0	0	1	3	0	0	0
Pernambuco	4	2	3	5	5	5	4	3	0	6
Alagoas	5	3	1	3	4	2	1	1	0	8
Sergipe	1	0	0	1	0	1	1	1	0	2
Bahia	13	5	4	4	2	3	6	4	5	6
Sudeste	39	21	10	6	10	4	19	9	3	66
Minas Gerais	13	4	2	1	2	1	2	3	3	18
Espírito Santo	0	0	0	0	0	0	2	1	0	5
Rio de Janeiro	13	6	2	0	3	1	7	1	0	16
São Paulo	13	11	6	5	5	2	8	4	0	27
Sul	7	6	4	6	5	8	5	4	4	20
Paraná	1	2	1	3	0	3	0	1	1	4
Santa Catarina	2	1	0	3	1	3	3	2	3	4
Rio Grande do Sul	4	3	3	0	4	2	2	1	0	12
Centro-Oeste	6	6	2	1	3	1	5	5	0	9
Matto Grosso do Sul	1	2	0	1	0	0	1	0	0	3
Matto Grosso	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Goiás	4	1	1	0	1	0	1	1	0	1
Distrito Federal	1	2	1	0	1	1	3	4	0	2
Total	90	57	42	43	47	40	59	43	22	129

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 16B
Principais dificuldades na elaboração do projeto
(Em %)

Estado	Nenhuma	Compreensão do edital	Falta de equipe capacitada	MinC não esclarecia dúvidas	Contrapartida	Dificuldade de comunicação com MinC/Rede	Excesso de exigências	Muitos documentos exigidos	Falta de apoio do município	Outras
Norte	17	17	25	29	13	21	13	17	8	29
Rondônia	50	0	0	50	0	0	0	0	0	50
Acre	0	25	0	25	0	25	50	50	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Roraima	0	0	67	33	33	33	0	0	33	33
Pará	30	20	40	40	0	30	10	20	0	10
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Tocantins	0	50	0	0	100	0	0	0	50	50
Nordeste	25	15	15	17	19	16	20	16	10	20
Maranhão	17	17	0	0	17	50	50	0	33	17
Piauí	0	25	33	33	42	8	8	33	25	0
Ceará	26	17	26	13	17	17	17	26	13	13
Rio Grande do Norte	27	9	18	27	45	18	36	18	0	9
Paraíba	20	20	0	0	0	20	60	0	0	0
Pernambuco	19	10	14	24	24	24	19	14	0	29
Alagoas	28	17	6	17	22	11	6	6	0	44
Sergipe	25	0	0	25	0	25	25	25	0	50
Bahia	37	14	11	11	6	9	17	11	14	17
Sudeste	25	14	6	4	14	3	12	6	2	43
Minas Gerais	33	10	5	3	5	3	5	8	8	46
Espírito Santo	0	0	0	0	0	0	33	17	0	83
Rio de Janeiro	28	13	4	0	7	2	15	2	0	35
São Paulo	20	17	9	8	8	3	13	6	0	42
Sul	16	13	9	13	11	18	11	9	9	44
Paraná	9	18	9	27	0	27	0	9	9	36
Santa Catarina	15	8	0	23	8	23	23	15	23	31
Rio Grande do Sul	19	14	14	0	19	10	10	5	0	57
Centro-Oeste	22	22	7	4	22	4	19	19	0	33
Mato Grosso do Sul	17	33	0	17	0	0	17	0	0	50
Mato Grosso	0	20	0	0	20	0	0	0	0	60
Goiás	50	13	13	0	13	0	13	13	0	13
Distrito Federal	13	25	13	0	13	13	38	50	0	25
Total	23	15	11	11	12	10	15	11	6	33

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 17A

Adesão à ação Cultura Digital

Estado	Recebeu ou comprou o kit	Participa da rede	Utiliza conhecimentos técnicos	Adota conceitos	Criou rede	Adota softwares livres	Outros
Norte	17	4	7	5	1	9	0
Rondônia	1	0	0	1	0	1	0
Acre	2	0	0	0	0	1	0
Amazonas	2	0	0	1	0	0	0
Roraima	2	0	0	0	0	0	0
Pará	8	3	5	3	1	5	0
Amapá							
Tocantins	2	1	2	0	0	2	0
Nordeste	70	15	44	33	7	39	8
Maranhão	3	0	3	2	1	2	0
Piauí	2	0	0	0	0	0	0
Ceará	12	4	17	10	1	11	2
Rio Grande do Norte	4	2	4	3	1	2	1
Paraíba	3	0	3	1	0	2	0
Pernambuco	13	4	7	5	1	8	1
Alagoas	8	0	4	2	1	4	3
Sergipe	2	1	0	3	0	2	0
Bahia	23	4	6	7	2	8	1
Sudeste	84	30	58	54	23	69	4
Minas Gerais	27	7	17	13	6	20	0
Espírito Santo	3	2	3	3	0	3	0
Rio de Janeiro	27	12	16	19	12	20	2
São Paulo	27	9	22	19	5	26	2
Sul	17	10	14	11	5	16	1
Paraná	3	1	3	2	0	5	0
Santa Catarina	5	2	3	3	2	3	1
Rio Grande do Sul	9	7	8	6	3	8	0
Centro-Oeste	17	8	14	11	3	11	3
Mato Grosso do Sul	3	3	3	3	1	3	0
Mato Grosso	4	4	4	3	2	4	0
Goiás	5	1	3	3	0	2	0
Distrito Federal	5	0	4	2	0	2	3
Total	205	67	137	114	39	144	16

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 17B

Adesão à ação Cultura Digital

(Em%)

Estado	Recebeu ou comprou o <i>kit</i>	Participa da rede	Utiliza conhecimentos técnicos	Adota conceitos	Criou rede	Adota <i>softwares</i> livres	Outros
Norte	71	17	29	21	4	38	0
Rondônia	50	0	0	50	0	50	0
Acre	50	0	0	0	0	25	0
Amazonas	100	0	0	50	0	0	0
Roraima	67	0	0	0	0	0	0
Pará	80	30	50	30	10	50	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	100	50	100	0	0	100	0
Nordeste	52	11	33	24	5	29	6
Maranhão	50	0	50	33	17	33	0
Piauí	17	0	0	0	0	0	0
Ceará	52	17	74	43	4	48	9
Rio Grande do Norte	36	18	36	27	9	18	9
Paraíba	60	0	60	20	0	40	0
Pernambuco	62	19	33	24	5	38	5
Alagoas	44	0	22	11	6	22	17
Sergipe	50	25	0	75	0	50	0
Bahia	66	11	17	20	6	23	3
Sudeste	54	19	37	35	15	45	3
Minas Gerais	69	18	44	33	15	51	0
Espírito Santo	50	33	50	50	0	50	0
Rio de Janeiro	59	26	35	41	26	43	4
São Paulo	42	14	34	30	8	41	3
Sul	38	22	31	24	11	36	2
Paraná	27	9	27	18	0	45	0
Santa Catarina	38	15	23	23	15	23	8
Rio Grande do Sul	43	33	38	29	14	38	0
Centro-Oeste	63	30	52	41	11	41	11
Mato Grosso do Sul	50	50	50	50	17	50	0
Mato Grosso	80	80	80	60	40	80	0
Goiás	63	13	38	38	0	25	0
Distrito Federal	63	0	50	25	0	25	38
Total	53	17	35	30	10	37	4

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 18A

Problemas de gestão, segundo coordenadores dos pontos

Estado	Falta de equipe capacidade	Falta de recursos	Falta de motivação da equipe	Falta de apoio das secretarias	Excesso de exigências	Excesso de formulários	Falta de orientação do Minc	Atraso do Minc	Outros
Norte	3	15	0	9	7	4	3	6	9
Rondônia	0	1	0	1	0	0	0	2	2
Acre	0	1	0	0	2	2	0	0	4
Amazonas	0	2	0	1	1	0	0	0	0
Roraima	0	3	0	2	0	0	1	1	1
Pará	2	7	0	3	4	1	2	2	1
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tocantins	1	1	0	2	0	1	0	1	0
Nordeste	31	78	3	36	26	7	31	67	27
Maranhão	1	1	0	3	3	0	4	2	0
Piauí	7	5	1	7	3	2	1	2	2
Ceará	5	15	0	8	4	1	7	13	4
Rio Grande do Norte	2	8	0	4	2	1	1	6	1
Paraíba	1	3	1	2	1	0	2	4	0
Pernambuco	4	14	0	4	4	1	4	13	4
Alagoas	3	8	0	2	3	0	3	8	6
Sergipe	1	3	0	1	0	0	0	0	2
Bahia	7	21	1	5	6	2	9	19	8
Sudeste	24	63	2	4	12	2	16	35	85
Minas Gerais	6	10	1	3	7	1	7	6	21
Espírito Santo	0	4	0	0	0	0	0	2	4
Rio de Janeiro	7	27	0	0	3	1	1	12	22
São Paulo	11	22	1	1	2	0	8	15	38
Sul	7	21	2	6	5	6	3	13	21
Paraná	2	4	0	0	1	0	1	2	5
Santa Catarina	1	6	0	3	0	2	1	2	8
Rio Grande do Sul	4	11	2	3	4	4	1	9	8
Centro-Oeste	3	16	0	2	5	2	4	3	13
Mato Grosso do Sul	0	5	0	0	0	0	1	1	2
Mato Grosso	0	2	0	0	0	0	1	1	5
Goiás	1	4	0	2	4	1	2	1	3
Distrito Federal	2	5	0	0	1	1	0	0	3
Total	68	193	7	57	55	21	57	124	155

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

TABELA 18B
Problemas de gestão, segundo coordenadores dos pontos
(Em %)

Estado	Falta de equipe capacidade	Falta de recursos	Falta de motivação da equipe	Falta de apoio das secretarias	Excesso de exigências	Excesso de formulários	Falta de orientação do MinC	Atraso do Minc	Outros
Norte	13	63	0	38	29	17	13	25	38
Rondônia	0	50	0	50	0	0	0	100	100
Acre	0	25	0	0	50	50	0	0	100
Amazonas	0	100	0	50	50	0	0	0	0
Roraima	0	100	0	67	0	0	33	33	33
Pará	20	70	0	30	40	10	20	20	10
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Tocantins	50	50	0	100	0	50	0	50	0
Nordeste	23	58	2	27	19	5	23	50	20
Maranhão	17	17	0	50	50	0	67	33	0
Piauí	58	42	8	58	25	17	8	17	17
Ceará	22	65	0	35	17	4	30	57	17
Rio Grande do Norte	18	73	0	36	18	9	9	55	9
Paraíba	20	60	20	40	20	0	40	80	0
Pernambuco	19	67	0	19	19	5	19	62	19
Alagoas	17	44	0	11	17	0	17	44	33
Sergipe	25	75	0	25	0	0	0	0	50
Bahia	20	60	3	14	17	6	26	54	23
Sudeste	15	41	1	3	8	1	10	23	55
Minas Gerais	15	26	3	8	18	3	18	15	54
Espírito Santo	0	67	0	0	0	0	0	33	67
Rio de Janeiro	15	59	0	0	7	2	2	26	48
São Paulo	17	34	2	2	3	0	13	23	59
Sul	16	47	4	13	11	13	7	29	47
Paraná	18	36	0	0	9	0	9	18	45
Santa Catarina	8	46	0	23	0	15	8	15	62
Rio Grande do Sul	19	52	10	14	19	19	5	43	38
Centro-Oeste	11	59	0	7	19	7	15	11	48
Mato Grosso do Sul	0	83	0	0	0	0	17	17	33
Mato Grosso	0	40	0	0	0	0	20	20	100
Goiás	13	50	0	25	50	13	25	13	38
Distrito Federal	25	63	0	0	13	13	0	0	38
Total	18	50	2	15	14	5	15	32	40

Elaboração dos autores, a partir dos dados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, I.; FIORE, M. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo**: relatório da primeira parte da pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole. São Paulo, 2005.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In : **Questions de sociologie**. Éditions de Minuit, Paris , 1980.

BOURDIEU, P. **A distinção crítica social do julgamento**. Editora Zouk, São Paulo, 2007.

BRUNNER, J. J. **A propósito de políticas culturales y democracia**: um ejercicio formal, Documento de Trabajo. Programa FLACSO - Santiago de Chile, n. 254, agosto 1985a.

_____. **La cultura como objeto de políticas, Documento de Trabajo**. Programa FLACSO – Santiago de Chile, n. 74, Octubre, 1985b.

BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo, Ed. Saraiva, 2006.

_____. **Direito administrativo e políticas públicas**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2002.

CANCLINI, N.G. Definiciones em transición. In: MATA, D. (Org.) **Cultura, política y sociedad**. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: CLACSO (Consejo latinoamericano de ciencias sociales), 2005.

FIGUEIREDO M. F.; FIGUEIREDO, A. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, 1986.

FORTUNA, C.; SILVA, A. A. **Projeto e circunstância**: culturas urbanas em Portugal. Edições Afrontamento, Portugal, 2002.

GALLAND, O. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie**. Paris, n.42, v.4, p.611-640, Oct. – Dec. 2001.

HERSENT, J. **Les pratiques culturelles adolescentes**. Ministère de la culture et de la communication, 2004.

IPEA. **Avaliação do Programa Educação Cultura e Cidadania**: Cultura Viva. Brasília: IPEA/FUNDAJ, Relatório, 2009.

LAHIRE, B. **Crenças coletivas e desigualdades culturais, Educação e Sociedade**. Campinas, Vol. 24, número 84, p. 983-995, setembro de 2003.

_____. **La culture dès individus**: dissonances culturelles et distinction de soi. La Découverte, 2006.

PASSERON, J. **O raciocínio sociológico**: o espaço não popperiano do raciocínio natural. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1995.

RAWLS, J. Uma Teoria da Justiça, Martins Fontes, SP, 2002.

SARAVIA, S. R. Introdução à análise de políticas públicas. *In*: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, Volume 1, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ação Griô Nacional**. Brasília, 2007.

CUNHA FILHO, F. H. **Direitos culturais como Direitos Fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Ed. Brasília Jurídica, Brasília, 2000.

DWORKIN, R. **Uma questão de princípio**. Ed. M. Fontes, São Paulo, 2005.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Ed. UNESP, São Paulo, 2000.

FERREIRA, H. *Et al.* **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas**: o modelo lógico do programa segundo tempo. Ipea, Texto de Discussão 1369, 2009.

FUMAROLI, M. **El Estado cultural**: ensayo sobre una religión moderna. Acanalado, Barcelona, 2007.

LEDUR, J. F. **Direitos Fundamentais sociais**: efetivação no âmbito da democracia participativa. Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2009.

MILLER, T.; YÚDICE, G. **Política Cultural**. Gedisa Editorial, Barcelona, Espanha, 2002.

PERALTA, A. T.; SPOSITO, M. P. **Juventude e contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, n. Especial, 1997.

PEREIRA DA SILVA, V.; **A cultura a que tenho direito**: direitos fundamentais e cultura. Edições Almedina, Portugal, 2007.

SANTOS, M. DE L. L. **Políticas culturais e juventude**: análise social. Vol. XXVI (114), 1991 (5º), 991-1009.

SANTOS, T. M. **O direito à cultura na Constituição Federal de 1988**. Verbo jurídico, Rio Grande do Sul, 2007.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Cláudio Passos de Oliveira

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Luciana Dias Jabbour

Leonardo Moreira de Souza (estagiário)

Maria Angela de Jesus Silva (estagiária)

Editoração Eletrônica

Bernar José Vieira

Claudia Mattosinhos Cordeiro

Everson da Silva Moura

Renato Rodrigues Bueno

Helenne Schroeder Sanderson (estagiária)

Eudes Nascimento Lins (estagiário)

Capa

Helenne Schroeder Sanderson (estagiária)

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES

70076-900 – Brasília-DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11/13,2 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em Pólen Sof 80g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF
